

CAPITALISMO E PEQUENA PRODUÇÃO
NA AGRICULTURA DO NORDESTE.

Ricardo de Medeiros Carneiro

Orientador: Wilson Cano

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual
de Campinas para obtenção do
título de Mestre em Ciências Econô-
micas.

CAMPINAS
Dezembro-1978

Í N D I C E

Apresentação	pág.	i
PARTE I - A interpretação estruturalista: uma crítica		01
- Capítulo I O GTDN: um paradigma estruturalista		02
- Capítulo 2 A comercialização da produção e o capital mercantil		18
- Capítulo 3 O progresso técnico e as formas de prole- tarização		27
- Capítulo 4 O papel da pequena produção		39
PARTE II - Formas da Pequena Produção e Produ- ção Capitalista		52
- Capítulo 5 A região canavieira		56
- Capítulo 6 A região do gado-policultura		79
- Capítulo 7 A região do gado-algodão		95
- Capítulo 8 A região da frente pioneira		111
Conclusões		124
Anexo - Microrregiões componentes das várias sub-regiões		127
Bibliografia Utilizada		129

A P R E S E N T A Ç Ã O

Analisar o problema agrário do Nordeste, é uma opção que, antes de refletir uma escolha acadêmica, se impõe como uma necessidade para aqueles que, residindo na região, conhecem no dia a dia, o peso e a importância dos senhores de terras locais. Atraso, opressão, miséria, constituem-se a paisagem cotidiana tanto na cidade quanto no campo. Aliás, diga-se de passagem que, excetuando-se a miséria, o atraso e a opressão fazem também parte da vida da casa grande.

Tentâr compreender melhor a situação em que se encontra hoje o Nordeste, ou melhor, a maioria da população, requer necessariamente um aprofundamento dos estudos da problemática agrária regional. Apesar do disfarce dos grandes centros urbanos, e da fachada de progresso dos novos e pequenos bairros de classe média, a importância do mundo rural, através de sua tradicional classe dominante, se faz sentir a todo instante. Não seria exagero afirmar que, sob a aparência da mudança, ou mais especificamente, travestido de capitalista - capitalista pobre é verdade - é sempre possível identificar o latifundiário, agente de uma transformação que ficou a meio caminho.

Neste trabalho, procura-se tentativamente discutir os problemas do desenvolvimento capitalista numa região dominada econômica e politicamente por uma classe de grandes proprietários de terras. Justamente por esta razão é que dedica-se grande parte do mesmo à análise das interpretações cepalinas-estruturalistas formuladas pela Sudene, considerando esta instituição como a expressão intelectual de forças organizadas, que constituíram em determinado momento uma possível alternativa para uma organização social da produção distinta.

A Parte I deste trabalho dedicada exclusivamente a uma análise da interpretação estruturalista, é marcada pelo tom polêmico. O que se procura fazer é tão somente contrapor, às análises correntes derivadas da Sudene, interpretações alternativas inspiradas nos clássicos da economia política sobre o de-

envolvimento capitalista no campo. O caráter polêmico e insuficientemente conclusivo desta parte do trabalho, decorre de duas razões: em primeiro lugar, é necessário enfatizar que as interpretações estruturalistas não podem ser negadas, em absoluto. Por outro lado, torna-se difícil e até mesmo impossível comprovar tendências distintas das previstas por estas interpretações, a partir de mesmo equívoco que generalizar um tipo de comportamento para uma agricultura cujo traço característico é a diversidade das relações de produção.

A Parte II, procura justamente dar conta desta diversidade, examinando os diferentes caminhos do desenvolvimento capitalista na agricultura do Nordeste, considerando não só os diferentes condicionantes externos da produção, mas fundamentalmente as características específicas das várias formas de produção. Às afirmações mais gerais da primeira parte do trabalho, tanto às da Sudene quanto as que lhe são contrapostas, são reexaminadas, considerando-se as especificidades das relações de produção. A perspectiva desta parte do trabalho é a de questionar qualquer tipo de generalização proposto a um nível de agregação que não considere a heterogeneidade da agricultura regional. Parte-se da hipótese da diversidade de caminhos na intensificação da dominação capitalista no campo, testando em cada caso específico as tendências gerais enunciadas.

Por fim, caberia fazer referência aos dados utilizados neste trabalho. Sem dúvida alguma, uma grande limitação na realização de trabalhos sobre a agricultura, diz respeito às informações estatísticas disponíveis. Optou-se neste caso pela utilização dos dados censitários, que apesar de insuficientes, possibilitaram num primeiro momento, o entendimento de alguns processos mais gerais que se fazem presentes na agricultura. Como forma de aprofundar os estudos, fez-se uso sistemático de monografias sobre a agricultura nordestina, escritas em sua maior parte pelos estudiosos da Geografia Agrária da região. Esta literatura, embora descritiva, constitui-se de um conjunto de obras de elevada importância para o conhecimento da organização social da produção no campo. As viagens de campo, intensificadas durante o ano de 1978, contribuíram decisivamente para esclarecer al-

guns pontos obscuros. Desta forma, utilizando exaustivamente estas duas fontes adicionais de informação, foi possível reinterpretar os dados censitários e estabelecer corretamente as principais tendências que vinham se desenvolvendo na agricultura regional.

Isto posto, caberia finalmente tornar público meus agradecimentos às pessoas que de uma forma ou de outra contribuíram para este trabalho. De Cláudia, minha companheira durante 5 anos, recebi sempre o incentivo maior, que me permitiu enfrentar mais tranquilamente os desafios colocados não só pelo trabalho intelectual, como aqueles que são fruto do cotidiano. Wilson Cano, orientador desta tese, assumiu o ônus de se dedicar intensivamente à crítica das últimas versões deste trabalho, o que resultou em importantes reformulações do texto original. José Graziano da Silva, contribuiu com suas observações para que alguns pontos polêmicos do trabalho fossem esclarecidos. Antonio e Ana Célia Castro, discutiram comigo as primeiras versões do trabalho, resultando dessas discussões o esclarecimento de algumas idéias que constituem a essência desta dissertação. A eficiência de Márcia Leitão, secretária de pós-graduação do IFCH, contribuiu decisivamente para que ainda no ano de 1978, fosse possível apresentar formalmente à UNICAMP este trabalho. Fica portanto aqui registrado meus agradecimentos a estas pessoas que desinteressadamente contribuíram para que a tarefa de apresentação desta tese de mestrado fosse bem sucedida.

À Claudia.

PARTE I - A INTERPRETAÇÃO ESTRUTURALISTA: UMA CRÍTICA

INTRODUÇÃO

Das diversas fontes que constituem o conjunto das interpretações cepalinas acerca do desenvolvimento agrícola do Nordeste, a que merece maior destaque pela sua sistematização e abrangência, é, sem dúvida alguma, a análise do problema agrário regional contida nos planos regionais de desenvolvimento elaborados pela Sudene. Esta é a referência fundamental, ponto de partida obrigatório para o aprofundamento dos estudos sobre o problema agrário do Nordeste.

No período que cobre aproximadamente dez anos, desde o GTDN (1958), até o IV Plano Diretor (1968), a Sudene analisou através destes diagnósticos as principais tendências da agricultura regional. Diversas interpretações de autores individuais, são em grande medida resultado do aprofundamento destas análises, quando não meras repetições empobrecidas. Portanto, neste trabalho, atenção fundamental será dispensada aos planos regionais de desenvolvimento, e, quando for o caso, a alguns trabalhos isolados, que dentro da concepção estruturalista, conseguiram aprofundar questões de importância.

Da análise estruturalista sobre a agricultura nordestina, quatro aspectos merecem uma atenção especial: o paradigma estruturalista contido no GTDN; a comercialização da produção e sua dominação pelo capital mercantil; a questão do progresso técnico; e, finalmente, o papel da pequena produção. Desses, o primeiro constitui-se na inspiração principal, sobre a qual se desenvolvem as análises posteriores, representando portanto o marco das interpretações cepalinas na região. Constitui-se o GTDN, num paradigma que influenciou e influencia ainda hoje a maior parte das análises sobre a agricultura nordestina, que procuram sempre enfatizar, a incompatibilidade do latifúndio e das relações de produção atrasadas que lhe são subjacentes, com o crescimento econômico.

C A P Í T U L O 1

O GTDN: UM PARADÍGMA ESTRUTURALISTA

A análise estruturalista do GTDN, desenvolve-se em torno de um ponto fundamental que pode ser resumido, como o da inviabilidade do modelo primário exportador no Nordeste. Questiona-se num primeiro plano a própria viabilidade do crescimento econômico, a partir da intensificação das atividades exportadoras, cujo dinamismo, repousa em última instância na demanda externa. É justamente a partir deste questionamento da economia primário exportadora, que o GTDN, procura apontar uma alternativa para o desenvolvimento econômico regional, onde o papel da agricultura encontra-se redefinido, assumindo este setor uma função secundária.

Ao se atribuir ao caráter primário exportador da economia nordestina, a responsabilidade pelo seu atraso histórico, são explicitadas duas das características fundamentais dessa forma de organização da produção. Em relação a natureza das relações de produção internas a passagem a seguir é bastante significativa.

"As causas profundas que respondem pela tendência secular ao atraso da economia nordestina — a escassez relativa de terras aráveis, inadequada precipitação pluviométrica, extrema concentração da renda na economia açucareira, predominância do setor de subsistência na pecuária do hiterland semi-árido — vieram adicionar-se outras do tipo circunstancial, decorrentes da própria política de industrialização seguida no último decênio".¹

Embora se dê destaque tanto a fatores conjunturais; como é o caso da política econômica; quanto a estruturais, fica patente que a raiz do problema de atraso histórico do Nor

¹ GTDN - Uma política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste. Ministério do Interior. Sudene. Assessoria Técnica. Recife, 1967. 2ª edição, página 10.

deste, se encontra na organização da produção do setor primário. Quanto a este aspecto, o que se procura realçar implicitamente são as consequências de uma forma de produção que se assenta sob o latifúndio. Entretanto, faz-se necessário destacar que no caso específico da região nordestina, fatores ecológicos como a qualidade das terras e a precipitação pluviométrica, ganham um destaque que inexistente nas interpretações cepalinas sobre outras realidades. Em outras palavras, a limitação dos recursos naturais introduz um elemento novo nas análises estruturalistas, desde que em grande parte das análises cepalinas, preocupadas em explicar o subdesenvolvimento, a abundância de recursos naturais se constitui quase num pressuposto.²

O outro aspecto de importância na caracterização da economia nordestina, diz respeito a sua dependência do setor externo, considerado como o elemento que determina o crescimento e as flutuações da produção.

"O desenvolvimento da economia nordestina tem recebido seu impulso básico até o presente do setor exportador. Foram as exportações de açúcar, algodão, cacau, fumo, couros e peles, algumas oleaginosas e uns poucos minérios que permitiram alcançar o atual grau de limitado desenvolvimento".³

É a partir deste diagnóstico que enfatiza o caráter primário exportador da economia nordestina, que o GTDN se preocupa em apontar o caminho mais correto para o desenvolvimento. Convém destacar aqui, que o documento enfatiza a precária base industrial da região como um fator de limitação do crescimento, apontando ao mesmo tempo as causas históricas que contrariamente ao Centro Sul, não permitiram no Nordeste, o surgimento de um processo de industrialização.

"Caberia perguntar por que razão o debilitamento do impulso externo não deu lugar, na economia açucareira, no conjunto de reações que caracterizam a transição na economia cafeeira do Sul do país do desenvolvimento com base em exportações

² Ver por exemplo, FURTADO, Celso - Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. Cia Editora Nacional. Rio de Janeiro, 1977.

³ GTDN - op. cit. página 11.

para o crescimento com base no mercado interno. Sem pretender a profundar essa questão, que escapa aos objetivos do presente trabalho, devemos lembrar que a grande concentração da renda, característica da economia açucareira, entravou o desenvolvimento do mercado interno no Nordeste".⁴

O que convém destacar nesta passagem é que, a questão da forma da organização social da produção, tem um destaque quase único, o que não acontece posteriormente, quando o documento procura aprofundar o diagnóstico da economia nordestina, face às alternativas de desenvolvimento. Assim, a possibilidade de crescimento através da intensificação das exportações é negada, a partir do pressuposto da incapacidade de conciliar ampliação de excedentes exportáveis, com os excedentes de alimentos para o mercado interno.

"No entanto, deve-se observar que, sendo uma região escassa de boas terras aráveis, e de elevada densidade demográfica, o Nordeste dificilmente poderá alcançar um nível de renda apoiado na exportação de produtos agrícolas. Sua situação assemelha-se a de regiões como Porto Rico ou o Japão. A elevação da renda se traduz em grande aumento da procura de alimentos, o que por si, já representa forte pressão sobre os recursos de terra. Ora, sendo escassos tais recursos, dificilmente se poderá conciliar esse aumento da pressão interna com uma maior exportação de produtos agrícolas. No caso do Nordeste, é necessário ter em conta que parte substancial das melhores terras já foi absorvida por uma cultura de exportação: a do açúcar".⁵

A partir das passagens anteriormente citadas, parece ser possível caracterizar, os vários fatores que o GTDN, considera importantes na explicação do atraso histórico do Nordeste. Abstraindo a política nacional de industrialização, fator conjuntural que se considera mais como um agravante do que como determinante, a natureza primário exportadora da economia, somada às

⁴ GTDN - op. cit. página 50.

⁵ GTDN - op. cit. página 51.

suas características naturais bem como a sua distribuição espacial, parecem ser os principais fatores históricos limitativos do desenvolvimento. É importante caracterizar assim o diagnóstico do GTDN, pois como veremos, a superação do modelo primário-exportador, traria uma nova série de problemas que diriam respeito muito mais aos dois últimos fatores citados.

Como possibilidade de superar o baixo nível de desenvolvimento, o GTDN, indica o caminho da industrialização como o único possível. É portanto, justamente a partir desta proposição que o papel da agricultura no crescimento econômico regional é redefinido. Nesta nova perspectivas de crescimento econômico a agricultura deixa de ser o setor principal cabendo-lhe entretanto um papel de peso na viabilização da industrialização. Considerando que a industrialização da região teria que se realizar num período histórico em que a indústria do Centro Sul encontrava-se em plena expansão, a sua viabilidade, dependeria do seu poder de competição. Em outras palavras, só seria viável se assentada sobre vantagens comparativas. Dentre estas a que mais se sobressaía, era o mais baixo custo da força de trabalho, que se expressava em salários comparativamente mais baixos. A agricultura caberia portanto manter esta vantagem comparativa, fornecendo crescente excedente de alimentos a preço estável. Como os alimentos tinham um peso fundamental na cesta de consumo dos trabalhadores, estaria assim assegurada a estabilidade dos salários e portanto o baixo custo da força de trabalho.

Entretanto, dadas as características da agricultura nordestina apontadas pelo GTDN, questionava-se a capacidade da agricultura em cumprir este papel, se se mantivessem suas características.

"A questão do custo relativo da mão-de-obra do Nordeste deve ser considerado de frente, em um programa voltado para intensificar os investimentos industriais na região. Com efeito, a indústria têxtil algodoeira que representa cerca de um terço de todo o parque manufatureiro nordestino, baseou-se desde o começo, no fato de a mão-de-obra ser mais barata que a do Sul. Mas está se observando uma tendência ao encarecimento relativo

da mão-de-obra na região, como reflexo de uma mais rápida elevação dos preços dos alimentos. ... Esta tendência à elevação relativa dos preços dos alimentos constitui de maneira inegável o principal óbice ao desenvolvimento industrial da região na etapa atual. Eis um problema que merece cuidadosa atenção".⁶

O fenômeno da elevação dos preços dos alimentos, seria resultado da forma como se organizava a produção agrícola da região, tanto a nível interno quanto espacial. Na verdade, considerando estas características, O GTDN, aponta para a impossibilidade absoluta da ampliação dos excedentes, o que faria com que a região recorresse às importações sistemáticas de alimentos. Ora, considerando que, apesar da menor produtividade, e do custo de comercialização mais elevado, o baixíssimo nível de remuneração do pessoal ocupado permitia ainda a produção de alimentos a preços relativamente menores, as importações representariam uma elevação dos preços destes alimentos. Note-se bem, que, se recorresse às importações pela própria incapacidade da agricultura em ampliar a produção.

"Estes dados são particularmente alarmantes por que traduzem uma situação que, tudo indica, tende a agravar-se. Sendo a terra um fator escasso, em grande parte monopolizada, aliás para o cultivo da cana, e crescendo intensamente a população, a região inclina-se a depender cada vez mais de alimentos importados do Centro-Sul. Por conseguinte, a tendência do nível dos preços dos alimentos é para crescer, relativamente à região sulina, reduzindo-se a pequena vantagem derivada dos preços mais baixos dos alimentos de produção local. Trata-se de um processo que leva necessariamente, ao estrangulamento das indústrias da região, que, mais cedo ou mais tarde estarão incapacitadas para concorrer dentro de seu próprio mercado com as manufaturas importadas do Sul. Pode-se afirmar, portanto, que o ponto mais fraco

⁶ GTDN. op. cit. página 58. É curioso que apesar de se referir com tanta ênfase à tendência do encarecimento dos preços relativos dos alimentos, o GTDN não apresente nenhuma série estatística que comprove o fenômeno. Aliás, diga-se de passagem que é possível pensar que esta elevação dos preços dos alimentos tenha sido meramente conjuntural, reflexo da seca de 1958.

das indústrias do Nordeste reside na própria agricultura da região".⁷

Não fica suficientemente explícito, a razão que leva o GTDN, a tomar como absoluta a limitação da agricultura do Nordeste em ampliar o excedente de alimentos, na medida em que não analisa suas possibilidades concretas. Deduz-se do documento como um todo que a alternativa à importação é considerada uma alternativa de menor custo e risco, pois, dadas as características já apontadas da agricultura, uma maior produção de alimentos só poderia ser conseguida com a intensificação da produção nas zonas semi-áridas, o que significaria além de uma maior instabilidade da produção, custos bastante mais elevados em decorrência da pior qualidade das terras.⁸

Levar a industrialização a bom termo, pressuporia portanto a reorganização da economia agrária da região, como forma de eliminar a possibilidade de elevação dos preços relativos dos alimentos. Em outras palavras tratava-se de evitar o problema dos rendimentos decrescentes na agricultura, que pelas características do Nordeste assumiriam efeitos explosivos, ou mesmo alternativamente, o incremento de preços resultante de importações.

A reorganização da economia agrária da região centra-se sobre três pontos principais:

⁷ GTDN. op. cit. página 60.

⁸ Seria importante registrar aqui, a semelhança existente entre a análise do GTDN, e aquela desenvolvida por David Ricardo nos primórdios da Revolução Industrial na Inglaterra. A elevada participação das matérias primas e dos salários nos custos de produção, o grande peso dos alimentos na cesta de consumo dos trabalhadores, e, em termos dinâmicos, a possibilidade de esmagamento dos lucros industriais, em razão da elevação dos preços agrícolas (ou se quisermos, dos rendimentos decrescentes na agricultura), revelam uma análise tipicamente ricardiana.

Há que se destacar entretanto que o GTDN, não se constitui num mero decalque. O elevado peso dos setores produtores de "wage goods" na indústria nordestina, até a metade dos anos 60 - têxtil e alimentar principalmente -, e a integração destes setores com a base de matérias primas regional, bem como o caráter altamente empregador desta indústria, revestem a análise do GTDN de elevada dose de realismo. Ver a propósito: CASTRO, A.B. - O Desenvolvimento Recente do Nordeste. In: 7 Ensaios sobre a Economia Brasileira. Volume II. Companhia Editora Forense. Rio de Janeiro 1971.

a) transformação da economia agrícola da faixa úmida , com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos setores urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada.

b) transformação progressiva da economia das zonas semi-áridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas; e

c) deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas do hinterland maranhense, que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da faixa semi-árida⁹.

Em linhas gerais esta estratégia deve ser entendida como uma proposta de intensificação do desenvolvimento capitalista, através da constituição de uma agricultura especializada. No caso específico do Nordeste a realização desta estratégia, implicaria ao nível das grandes propriedades na destruição de relações de produção tais como, a condição, a sujeição e a parceria, cuja característica comum, é a desmonetização de parte do salário, pela cessão de terras das grandes propriedades aos trabalhadores que nelas plantam culturas de subsistência. Em outras palavras a especialização acarretaria a separação das lavouras comerciais e de subsistência, constituindo-se ambas em atividades mercantis especializadas.

Isto posto, caberia discutir em que medida as propostas de transformação da economia agrícola do Nordeste, tal qual propunha o GTDN, chegaram efetivamente a se concretizar. Do ponto de vista da economia açucareira do litoral, considerada estratégica no fornecimento de alimentos para o setor urbano, ao invés de uma reestruturação fundiária com a constituição de uma economia de pequenos produtores de alimentos, coexistindo com a grande lavoura da cana, o que ocorreu foi uma intensificação da lavoura canavieira, que passou inclusive a ocupar as áreas vazias do litoral. Na zona, semi-árida, permaneceu o consórcio al

⁹ GTDN. op. cit. página 14.

godão-gado-lavoura de subsistência e no que diz respeito à fronteira agrícola, grande parte destas terras foram ocupadas com pecuária extensiva. Sem pretender aprofundar por ora a evolução das principais formas de produção na agricultura do Nordeste, caberia entretanto registrar que as transformações não se deram na direção para a qual apontava o GTDN.¹⁰

Aquí a questão principal é saber se, em como a agricultura do Nordeste resolveu a questão dos excedentes crescentes de alimentos considerando que não pode contar com a produção do litoral, e apenas parcialmente com a nova produção da fronteira agrícola. Os dados do Gráfico I, são bastante esclarecedores sobre a evolução da produção agrícola desde o imediato pós-guerra. Os dados apresentam a evolução da produção agrícola subdividida em dois grandes setores: as culturas alimentares, constituída das lavouras mais diretamente vinculadas à reprodução da força de trabalho, e as culturas industriais, compostas de matérias primas e alimentos que exigem uma elaboração prévia, destinando-se preponderantemente para o mercado externo. Apresenta-se também o crescimento da população tanto urbana quanto rural.

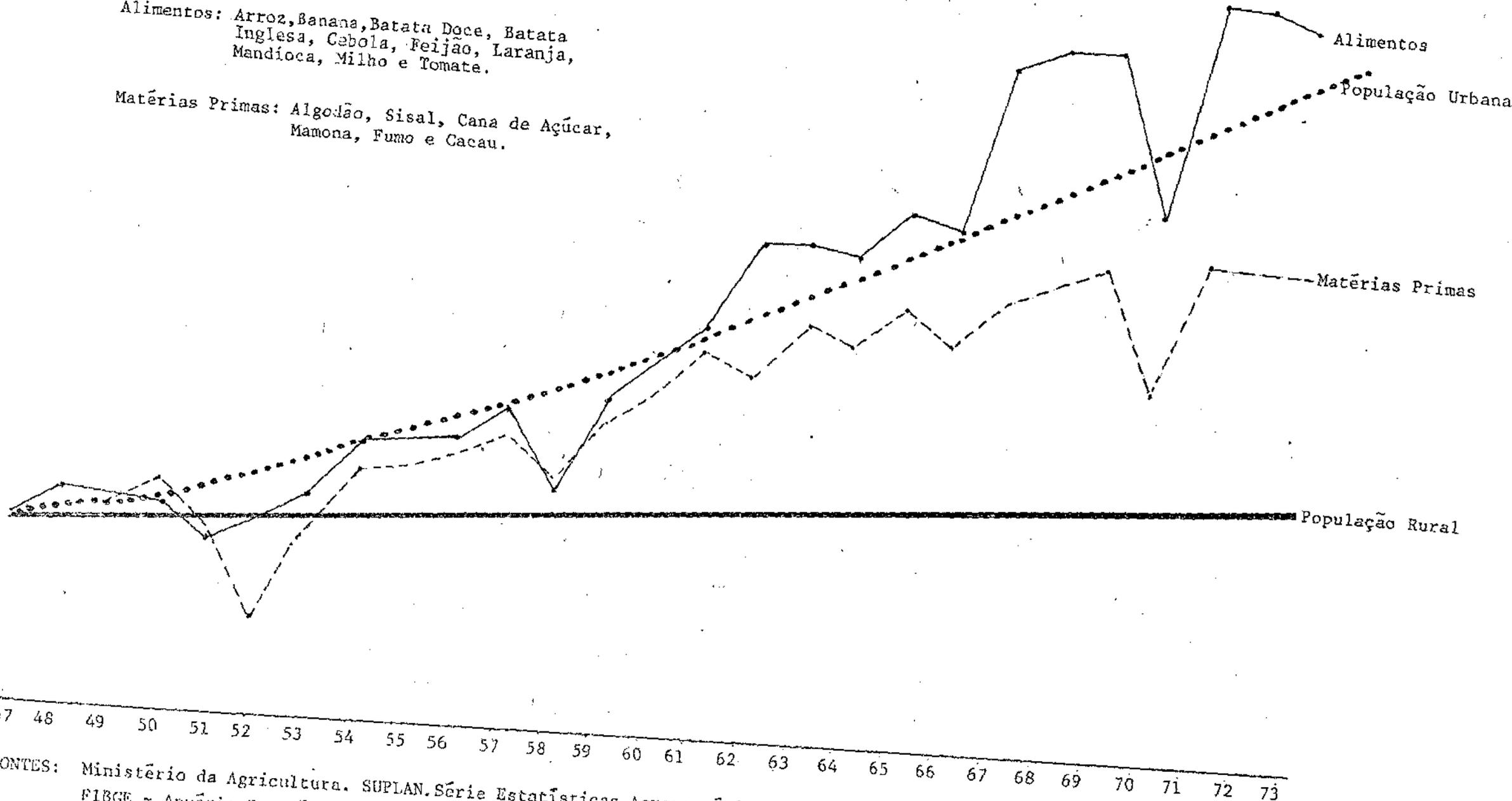
Considerando-se o período como um todo, fica patente a capacidade da agricultura em aumentar a produção mais rapidamente do que a população. Entre 1947 e 1973, enquanto a população urbana da região crescia a uma taxa média anual de 4,1%, a produção de alimentos crescia a 4,8% ao ano. Isto quer dizer que a disponibilidade de alimentos nos centros urbanos acompanhou o incremento de população, ou seja, aumentou ligeiramente a disponibilidade per capita de alimentos nos centros urbanos. Ressalte-se ainda, que, no mesmo período, enquanto a população rural crescia anualmente, a uma taxa média de 1,1%, tanto as culturas industriais quanto as alimentares cresciam muito mais rapidamente — 3,4 a 4,8% ao ano respectivamente — o que leva a concluir por uma possível elevação da produtividade do trabalho na agricultura durante este período.

Caberia destacar entretanto que os dados sugerem a existência de dois períodos bem distintos. O primeiro compreende

¹⁰ A respeito da evolução dos vários tipos de agricultura que correspondem a grosso modo à divisão ecológica do Nordeste, ver a Parte II deste trabalho.

Alimentos: Arroz, Banana, Batata Doce, Batata
Inglesa, Cebola, Feijão, Laranja,
Mandioca, Milho e Tomate.

Matérias Primas: Algodão, Sisal, Cana de Açúcar,
Mamona, Fumo e Cacau.



FONTES: Ministério da Agricultura. SUPLAN, Série Estatísticas Agropecuárias (nº 3)
FIBGE - Anuário Estatístico do Brasil.

de os anos entre 1947 e 1960, e é marcado por um crescimento da produção de alimentos inferior ao crescimento da população urbana - 4,6 e 4,8% ao ano respectivamente. Se considerarmos conjuntamente com este fenômeno, as crises de produção provocadas pelas secas nos anos de 1951-52 e 1958, pode-se compreender toda a preocupação que estava subjacente ao GTDN. Outro dado da maior importância no período, é o crescimento semelhante das culturas alimentares (4,6% a.a.) e das culturas industriais (4,4% a.a.). Mais do que uma coincidência este fenômeno revela um padrão de crescimento bem característico, ou seja, as lavouras alimentares crescem simultaneamente e subsidiariamente às lavouras industriais, como resultado da organização social da produção.

O período seguinte; 1960/73, é marcado por características completamente distintas do anterior. De um lado, amplia-se a diferença de ritmos de crescimento entre a produção agrícola e a população rural, ampliando-se também a diferença entre as taxas de crescimento da população urbana (4,4% a.a.) e da produção de alimentos (5,0% a.a.), embora seja importante destacar que a seca ainda cria sérios problemas ao reduzir drasticamente o nível de produção, como ocorreu em 1970. Por outro lado, o fenômeno que chama mais atenção neste período é o crescimento bem mais rápido das culturas alimentares (5,0% a.a.) em relação às culturas industriais (2,3% a.a.). O que estes dados sugerem é que a produção de alimentos adquire em caráter especializado e independente das tradicionais culturas de exportação, ou seja, o mercado interno já tem suficiente dinamismo para justificar a constituição de uma agricultura mercantil de alimentos.

Os dados da Tabela I, são bastante explícitos no que diz respeito à forma de crescimento da agricultura nordestina nos dois períodos distintos. Cabe entretanto, fazer referência à tendência mais geral que abrange todo o período. Desde logo, fica patente a sobrevivência e mesmo ampliação em termos absolutos das culturas de autoconsumo nos grandes estabelecimentos. Entretanto a diminuição da importância relativa desta produção de autoconsumo na produção total de alimentos está a indicar um processo de especialização em curso na economia agrária do

Nordeste. Assim é que em 1970, nenhum alimento produzido sob a forma de autoconsumo, atinge uma fração expressiva da produção total. Este dado tem um duplo significado: de um lado, aponta para uma especialização da produção de alimentos e de outro, para uma especialização da produção das culturas industriais. Evidentemente esta é uma tendência para o conjunto da produção agrícola, que pode não se verificar no caso de determinadas culturas. Aliás a própria ampliação absoluta da produção particular dos residentes nos estabelecimentos, sugere a sobrevivência deste tipo de produção em algumas das culturas industriais da região.

A idéia da especialização é fundamental para a explicação das elevadas taxas de crescimento da agricultura do Nordeste. Entretanto, antes de analisar detidamente esta questão cabe fazer referência ao comportamento distinto da agricultura nos dois períodos. Entre 1950 e 1960, os dados mostram que não houve especialização nem relativa nem muito menos absoluta. Estes dados são profundamente coerentes com a tendência observada do crescimento simultâneo das culturas alimentares e industriais até 1960. Ou seja, a produção de alimentos cresce em grande medida subsidiariamente à produção das culturas industriais ou de exportação, configurando um tipo de problemática, já expressa no GTDN.

Já a partir de 1960, o que se percebe é uma especialização acelerada da agricultura nordestina, o que justifica em grande medida as elevadas taxas de crescimento da produção agrícola. Em outras palavras, a intensificação do desenvolvimento capitalista se reflete no campo, através da constituição de uma agricultura especializada onde a produção ligada ao mercado interno - culturas alimentares - revelam maior dinamismo do que a tradicional produção para exportação.

Isto posto, caberia agora explicitar, como o movimento de especialização explica em grande medida as elevadas taxas de crescimento agrícola. Desde logo convém notar que a especialização passa por duas fases distintas. No primeiro momento, do pós-guerra até os anos 60, a paulatina penetração de bens de consumo manufaturados no campo, é em grande medida responsável pela desagregação da atividade artesanal, que respondia pela produ

ção de parte dos meios de subsistência do homem do campo.¹¹ Elimina-se portanto da agricultura a atividade artesanal, possibilitando assim uma maior disponibilidade da força de trabalho para o trabalho na lavoura. Por outro lado, notadamente a partir de 1960, a especialização de culturas, permite obter uma maior produtividade do trabalho pela simples razão da especialização. A ausência da transformação ocorrida no campo nesta época, poderia ser resumida como uma realocação da força de trabalho no tempo e no espaço, a favor da produção agrícola especializada, o que em última instância justificaria o acelerado crescimento da produção.¹²

A partir do que foi exposto anteriormente, pode-se indagar da validade da estratégia de transformação da agricultura contida no GTDN. Desde logo, fica explícito que a intensificação do desenvolvimento capitalista no campo, se deu através da especialização. Entretanto ao contrário do que postulava o GTDN, esta especialização não se fez através de uma reorganização da produção, seja ao nível da estrutura agrária, seja ao nível espacial. Em outras palavras, ao invés da especialização na produção de alimentos a partir da reorganização das grandes propriedades, o que se observa é de um lado a intensificação da produção das culturas industriais nos grandes estabelecimentos e o surgimento da produção mercantil de alimentos nas pequenas propriedades.

Os dados da Tabela II dão uma boa indicação a respeito da distribuição das culturas alimentares e industriais por tamanho de estabelecimento. Estabelecendo grosso modo que as pequenas propriedades se situam na faixa de 0 a 100 hectares e as grandes, a partir deste tamanho, o que se nota é o pa

¹¹ Para se ter uma idéia da intensidade deste fenômeno, a importância do processamento caseiro ou doméstico de cana de açúcar e leite no total da produção destes produtos, se reduz a metade entre 1950 e 1970. Ver a propósito GUIMARÊS Neto, Leonardo. - A Heterogeneidade do Mercado de Trabalho Urbano: O Caso do Nordeste. BNB/ETENE. Mimeografado. Recife, 1978.

¹² Ver também a este respeito: CASTRO, A.B. - Desenvolvimento Recente do Nordeste, op. cit.

TABELA I
 PRODUÇÃO PARTICULAR DO PESSOAL RESIDENTE* E PRODUÇÃO
 MERCANTIL DOS PRINCIPAIS ALIMENTOS
 (TONELADAS)
 1950-1960-1970

A N O S C U L T U R A S	1 9 5 0			1 9 6 0			1 9 7 0		
	PRODUÇÃO MERCANTIL (I)	PRODUÇÃO PARTICULAR (II)	II/I x100	PRODUÇÃO MERCANTIL	PRODUÇÃO PARTICULAR	II/I x100	PRODUÇÃO MERCANTIL	PRODUÇÃO PARTICULAR	II/I x100
Arroz	340.177	-		663.014	56.458	8,5	798.827	16.591	2,1
Banana (cacho)	34.057.679	639.039	2,0	27.904.634	2.321.443	8,3	70.383.813	3.396.790	4,8
Bata-Doce	81.993	22.393	27,3	56.005	32.182	57,5	121.938	18.186	14,9
Feijão	298.242	66.502	22,3	377.245	79.400	21,0	443.150	31.828	7,2
Mandioca	2.239.947	538.390	24,0	2.841.913	269.065	9,5	5.420.443	531.772	9,8
Milho	706.210	171.924	24,3	854.063	151.681	17,7	824.510	54.369	6,6

FONTE: Censo Agrícola 1950 e 1960.
 Censo Agropecuário 1970.

* Definida pelo censo como a produção obtida pelos empregados, colonos, etc, para sua subsistência em terras cedi-
 das pelos estabelecimentos.

TABELA II
 PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E MATÉRIAS PRIMAS, SEGUNDO O
 TAMANHO DO IMÓVEL
 1972

TIPO DE PRODUÇÃO TAMANHO (ha)	A L I M E N T O S				M A T É R I A S P R I M A S			
	Nº DE IMÓVEIS	% DO TOTAL	ÁREA COLHIDA (ha)	% DO TOTAL	Nº DE IMÓVEIS	% DO TOTAL	ÁREA COLHIDA (ha)	% DO TOTAL
0 - 100	578.246	83,4	4.410.959	64,1	258.926	82,2	1.970.121	38,9
100 +	115.140	16,6	2.472.640	35,9	56.199	17,8	2.668.971	61,1
T O T A L	693.386	100,0	6.883.599	100,0	315.125	100,0	4.639.092	100,0

FONTE: INCRA, Estatísticas Cadastrais/2.

pel preponderante das pequenas propriedades nas culturas alimentares e das grandes nas culturas industriais. No caso da produção de alimentos o papel da pequena produção deve ser maior ainda. Isto porque o dado utilizado diz respeito à propriedade das terras incluindo nos imóveis de mais de 100 hectares as pequenas explorações dos trabalhadores que produzem para autoconsumo.

Faz-se referência ao longo do texto, à especialização como fator de principal importância na explicação das elevadas taxas de crescimento da produção agrícola, notadamente a de alimentos. Este fenômeno da especialização representa na verdade, um aspecto típico do crescimento capitalista na agricultura, ou seja, a passagem da produção de subsistência, entendida este como a produção voltada para o consumo imediato, para a produção mercantil.¹³ Considerando ainda, que este crescimento da produção agrícola não ocasionou uma elevação dos preços relativos dos alimentos, caberia indagar, se a elevação da produtividade do trabalho através da especialização foi suficiente para compensar os custos crescentes de produção, decorrentes da utilização de terras de pior qualidade e mais distantes dos centros consumidores, ou seja, em que medida a especialização conseguiu com o aumento de produtividade, compensar os rendimentos decrescentes.¹⁴

Tem-se sugerido uma série de explicações para o fenômeno da ampliação da produção agrícola do Nordeste, a taxas elevadas e simultaneamente sem crescimento sistemático de preços. Fatores tais como a ampliação da rede de estradas e incorporação de novas terras são constantemente citados. Entretanto estes fatores reduzem-se em grande medida ao próprio processo de especialização, na medida em que, é a integração ao mercado possibilitado pela ampliação da rede de estradas que permite a especialização das áreas antigas e ao mesmo tempo das novas áreas incorporadas. O

¹³ Sobre esta tendência geral do desenvolvimento capitalista no campo, ver: Kautsky, Karl. A Questão Agrária. Portucalense Editora Portugal, 1972.

¹⁴ Apesar da inexistência de séries estatísticas suficientemente seguras que permitam concluir pela permanência da estrutura relativa de preços, é bem provável que este não tenha se alterado. A inexistência de referências ao crescimento dos preços relativos dos alimentos, nos documentos da Sudene, já é uma indicação bastante sistemática que o problema nunca chega a se colocar como uma questão de importância, pelo menos até os primeiros anos da década de 70.

próprio aspecto de incorporação de novas terras através da fron
teira agrícola, não parece por si só ter grande importância, se
considerarmos a pequena taxa de crescimento da população rural.

O que se propõe portanto é que a questão seja tra
tada a outro nível, aliás já proposto pelo diagnóstico estrutura
lista. Trata-se de examinar em que medida, os acrêscimos de cus
tos estariam sendo absorvidos pelos pequenos produtores, que se
veriam assim na contingência de aumentar a intensidade de seu tra
balho e/ou piorar seu nível de vida. Esta questão está intimamente
ligada à problemática da atuação do capital mercantil na agri
cultura do Nordeste, ou seja, em que medida, o monopólio de co
mercialização continua atuando como um mecanismo de extração do
excedente dos pequenos proprietários e conseqüentemente impedir
do a acumulação neste tipo de produção, acarretando a ausência
de progresso técnico e a impossibilidade de diminuir custos.

CAPÍTULO 2 - A COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E O CAPITAL MERCANTIL

O exame da forma pela qual a produção agrícola responde ao crescimento do mercado, requer necessariamente uma análise da atuação do capital mercantil na comercialização da produção. No Nordeste, esta questão assume uma importância fundamental, desde que, a produção agrícola, e, mais especificamente, a produção de alimentos origina-se na sua maior parte da pequena e média exploração. Determinar em que medida, o crescimento da produção resultou de um aumento de produtividade, pela incorporação de novas técnicas, ou pelo contrário, de uma intensificação do trabalho e/ou diminuição do nível de consumo da força de trabalho familiar, predominante neste tipo de exploração, requer uma análise detalhada do papel do capital mercantil.

Este problema foi exaustivamente examinado pelo diagnóstico estruturalista, que colocava na estrutura da comercialização, em grande medida resultado da estrutura agrária, um dos principais obstáculos à ampliação da produção agrícola. Por esta dominação é que a agricultura se encontrava incapacitada de se articular diretamente com o mercado em crescimento. "O que uma análise mais detalhada da situação revela é que, para além do efeito das secas, já de si mesmo, e a todos os títulos, ponderável a agricultura do Nordeste não vem podendo responder favoravelmente aos estímulos do mercado".¹⁵

A explicação para este tipo de comportamento se encontraria na estrutura agrária, que concentrando a produção de alimentos na pequena exploração, lhe conferiria um caráter específico. "A oferta de alimentos proporcionada neste contexto resulta fundamentalmente de um somatório de pequenos excedentes da produção de subsistência".¹⁶

Esta caracterização, é suficiente para delimitar

¹⁵ Sudene, I Plano ... pág. 115.

¹⁶ Sudene, I Plano ... pág. 119.

a natureza da problemática da produção de alimentos no Nordeste. Em primeiro lugar, caracteriza-se uma economia de subsistência, onde a produção não visa sistematicamente o mercado, sendo portanto o excedente, eventual. Ou seja, está-se diante de uma economia onde o desenvolvimento capitalista não difundiu em larga escala as relações mercantis. Por outro lado, o excedente de alimentos canalizado para o setor urbano, advém na sua grande parte, das pequenas explorações. O que se pode deduzir desta caracterização, é que, segundo o diagnóstico estruturalista, o caráter predominante da produção de subsistência e a presença maciça da pequena exploração na produção de alimentos, constituem-se num estímulo fundamental para a dominação do capital mercantil.

A possibilidade da dominação da produção pelo capital mercantil na agricultura produtora de alimentos coloca portanto questões fundamentais. A sua atuação através do atravessador não permite que os estímulos de preços cheguem aos produtores diretos, apropriando-se o excedente na esfera de circulação, impedindo assim uma capitalização da produção. A impossibilidade de capitalização da pequena exploração, traz importantes consequências: de um lado implica no aumento da exploração dos pequenos produtores, e de outro numa restrição a ampliação do mercado interno, principalmente o mercado de meios de produção. Nestas circunstâncias, esta economia passa a ter uma dinâmica própria que depende fundamentalmente do crescimento demográfico.

" A insuficiência da oferta de alimentos apresenta-se como fenômeno estrutural, pois deve-se a que os aumentos de produção — marginais na economia de subsistência — não acompanham o crescimento da demanda. Em outras palavras, o crescimento da oferta de alimentos depende mais do crescimento extensivo da zona semi-árida do que de uma resposta aos estímulos decorrentes do aumento da demanda".¹⁷

Esta caracterização tem um peso importante nos diagnósticos estruturalistas desde que constitui-se numa das principais justificativas para a reforma agrária. Entretanto, antes de discutir este ponto, caberia aprofundar a discussão em torno

¹⁷ Sudene, I Plano ... pág. 122.

da presença do capital mercantil na agricultura da região. Em outras palavras, caberia examinar, em que medida a realidade dá suporte a interpretação estruturalista.

A dominação do capital mercantil na agricultura nordestina, decorreria de: "a) do caráter atomizado da produção e, portanto, da oferta ao nível do produtor ... b) do caráter oligopsonico da demanda, ao nível do primeiro elo da cadeia de intermediários. É relativamente pequeno o número dos que adquirem os produtos agrícolas para levá-los aos centros consumidores" Quanto as formas de apropriação do excedente, é destacado o seguinte: "a) é comum o agricultor realizar a venda antecipada da sua safra pendente, mediante pagamento adiantado. Nessa operação denominada de "venda na folha", os preços naturalmente são os que consultam mais os interesses do comprador dada a baixa capacidade de barganha do vendedor acima referida; b) também é usual que a intermediação especulativa se oriente pelo calendário agrícola. Na fase anual da colheita e, portanto de super oferta sazonal, adquire a produção a preços vis, para vendê-la nos meses de escassez, a cotação mais elevadas".¹⁸

Em síntese, o que se aponta como condição fundamental para a dominação do capital mercantil é de um lado o tamanho do produtor e do outro o grau de competição no 1º elo da cadeia de comercialização. Como fator secundário, se destaca a capacidade financeira do produtor (acesso a crédito) que lhe permitiria escapar das formas mais comuns de apropriação do excedente. Caberia portanto examinar concretamente em que medida o capital mercantil dispõe de condições para se impor na agricultura regional, notadamente na de alimentos.

A pesquisa de campo mais completa realizada sobre o assunto, de autoria da Sudene/Michigan State University, concluiu o trabalho de campo em 1967, sendo publicada em 1970.¹⁹ Neste trabalho, pesquisou-se fundamentalmente a pequena exploração sob várias formas; dando-se ênfase à produção de alimentos. Os dados da Tabela III, mostram mais detalhadamente os produtos

¹⁸ Sudene, IV Plano ... págs. 56 e 58.

¹⁹ Sudene/Michigan State University - Processos de Mercado no Recife - Área do Nordeste Brasileiro. Sudene. Recife, 1970.

e os tipos de exploração pesquisados. Com exceção do algodão, os demais produtos são alimentos de grande importância na cesta de consumo da maioria da população nordestina. Para alguns alimentos, como o caso do arroz e feijão, foram pesquisadas duas áreas distintas, desde que revelaram-se importantes no abastecimento urbano de Recife.

Segundo os dados da Tabela III, várias são as formas de organização da produção, segundo o produto e a área pesquisada. Como casos extremos pode-se destacar o da produção de arroz em Codó no Maranhão onde predominam os arrendatários e parceiros na exploração direta da terra, e o caso de Irecê área

TABELA III
CARACTERÍSTICAS DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS
NAS ÁREAS PESQUISADAS
1967

CARACTERÍSTICAS E PRODUÇÃO PRODUTO E ÁREA	ÁREA MÉDIA DA PROPRIEDADE (ha)	PERCENTAGEM DE PROPRIETÁRIOS DE TERRAS		PERCENTAGEM DE ARRENDATÁRIOS E PARCEIROS	ÁREA MÉDIA DE EXPLORAÇÃO (ha)
		SEM PARCEIROS E ARRENDATÁRIOS	COM PARCEIROS E ARRENDATÁRIOS		
<u>Arroz</u>					
Codó	444	30,8	28,5	40,7	11,0
S. Francisco	96	69,7	17,0	13,4	19,0
<u>Feijão</u>					
AL/PE	74	86,0	12,0	2,0	12,0
Irecê	81	92,3	6,9	0,8	11,0
<u>Mandioca</u>	19	82,3	9,1	8,6	3,4
<u>Algodão</u>	104	85,3	26,8	7,9	3,4

FONTE: Sudene/Michigan State University op. cit., pags. 7-7 e 7-8.

produtora de feijão na Bahia, onde a terra é a explorada diretamente por pequenos proprietários. Como áreas de grande presença de arrendatários e parceiros, segue-se a do algodão e a de arroz no São Francisco. Nas demais áreas, Feijão em Alagoas/Pernambuco

e Mandioca, os pequenos proprietários são amplamente predominantes.

Estes dados são importantes, pois demonstram que a produção de um mesmo produto em áreas de localização diferentes em relação ao centro consumidor, podem comportar formas distintas de organização da produção, o que se reflete sem dúvida na possibilidade de fugir ao monopólio da comercialização imposto pelo capital mercantil. Isto posto, seria importante analisar em que medida, estas formas de produção, condicionam o acesso ao crédito institucional por parte dos produtores diretos. Desde logo, convém lembrar que é justamente no financiamento da produção que o capital mercantil, amarra a compra a baixo preço, atuando como apropriador do excedente.

TABELA IV
ORIGEM DO CRÉDITO PARA O PRODUTOR
DIRETO
1967

ACESSO AO CRÉDITO PRODUTO E ÁREA	PERCENTAGEM DE PRODUTO- RES COM CRÉDITO. (I)	FONTE DE CRÉDITO		PERCENTAGEM DE PRODUTO- RES SEM CRÉ- DITO (IV)	SEM CRÉDI- TO + CRÉ- DITO USU- RÁRIO (III+IV)
		INSTITUCIONAL (II)	USURÁRIA (III)		
<u>Arroz</u>					
Codô	7,4	0,0	7,4	92,6	100,0
São Francisco	63,8	43,3	19,5	37,2	56,7
<u>Feijão</u>					
AL/PE	47,7	32,8	12,5	52,3	64,8
Irecê	56,1	47,7	8,4	43,9	52,3
<u>Mandioca</u>	36,1	28,6	8,1	63,3	71,4
<u>Algodão</u>	68,5	47,9	23,6	31,5	55,1

FONTE: Sudene/Michigan State University op. cit. pág.

Desde logo, os dados chamam atenção para o fato de que em nenhum produto, a percentagem de produtores que obtém crédito institucional, alcança os 50%, o que sem dúvida indica

uma ampla margem de atuação para o capital mercantil. Entretanto, caberia destacar que existem diferenciações internas ao nível destes pequenos produtores, no que diz respeito a uma maior ou menor possibilidade de se libertar da apropriação do excedente. Estas diferenciações repousariam sem dúvida em fatores tais como: as relações de produção predominantes, a localização em relação ao centro consumidor, o tipo de produto e também a estrutura de comercialização.

Evidentemente que para analisar estas questões teria que se levar a cabo uma pesquisa detalhada a nível de cada área e de cada produto. Entretanto, os dados parecem ser suficientes para estabelecer algumas diferenças no que diz respeito ao grau de autonomia em relação ao capital mercantil. Se tomarmos a percentagem de produtores sem crédito somada a dos que obtêm crédito usurário, como indicador da maior submissão ao capital mercantil-usurário, constata-se que a autonomia é maior no caso da produção de feijão em Irecê, onde predominam amplamente os pequenos proprietários. Como outro extremo, temos o caso dos produtores de arroz em Codô, onde predominam os arrendatários e parceiros, que não tem acesso ao crédito institucional de forma absoluta.

Um dado que parece ser um tanto quanto discrepante, é o referente aos produtores de Arroz no São Francisco e de Algodão. Embora predominem nestes casos, parceiros e arrendatários, a percentagem que consegue crédito institucional é bastante elevada. Possivelmente o que ocorre nestes casos, é um controle e extração do excedente pelos beneficiadores, que por deterem o monopólio do beneficiamento na região conseguem impor preços sem necessitar recorrer a mecanismos mercantis-usurários de extração do excedente.

Isto posto, caberia agora, através da identificação dos principais tipos de atravessadores presentes no meio rural, lançar algumas luzes sobre as formas diferenciadas de extração do excedente. A pesquisa de campo citada, identificou nas áreas pesquisadas os seguintes tipos de comerciantes:

" Ajuntadores; são os produtores que frequente

mente compram de seus vizinhos e juntam tais produtos com os seus próprios antes de os conduzirem para os centros de comercialização locais. Também se acham incluídos nesta categoria os proprietários de carros de bois ou de animais de carga (tropeiros), que apanham sacas de produtos à medida que eles passam pelas pequenas propriedades no caminho da vila.

Comerciantes Locais: localizados em cruzamentos de estradas ou em pequenas vilas, são aqueles que compram os produtos ou os trocam por outros gêneros de primeira necessidade tais como querosene, sal e fósforos.

Açambarcadores das Feiras: compram os produtos em pequena quantidade em feiras rurais e revendem localmente. Às vezes também alugam um caminhão juntamente com outros atravessadores e vendem suas mercadorias na cidade.

Açambarcadores dos Caminhões: viajam de mercado a mercado utilizando o seu próprio caminhão ou um alugado, para negociar em quantidades que variam de 6 a 8 toneladas, comprando os produtos em áreas rurais e vendendo nas cidades.

Açambarcadores Locais ou Compradores das Cidades: são os compradores de um tipo especial de produto com locais de negócio estabelecidos num centro comercial da localidade. Esses compradores são os que mais fornecem crédito aos produtores e armazenam grandes quantidades de mercadorias.

Grandes Atravessadores Coordenados: são aqueles normalmente estabelecidos em centro de convergência. Compram principalmente de açambarcadores dos centros comerciais rurais que podem fornecer produtos em quantidades relativamente grandes.

Compradores Comissionados: comerciantes que atuam subordinados ao capital industrial, recebendo deste uma comissão pela compra dos produtos.

Beneficiadores: proprietários de usinas de beneficiamento, descaroçadoras, situadas no meio urbano, comandando uma extensa rede de compradores comissionados, ou mesmo de concentradores rurais. Seu pequeno número geralmente possibilita a

fixação do preço mais conveniente a seus interesses".²⁰

Esta tipologia de compradores atuando no meio rural, parece ser suficiente para caracterizar as várias formas pela qual o excedente do pequeno produtor é apropriado, bem como, a possibilidade do pequeno produtor, reter em parte este excedente. Três tipos de estrutura de comercialização parecem emergir desta tipologia de comerciantes: uma caracteristicamente mercantil-usurária, representada pela maioria dos tipos de compradores, outra dominada pelo capital industrial (beneficiadores) que se utiliza do mecanismo de fixação de preços como forma de extrair o excedente e, por fim uma última mais comercial, representada pelos caminhoneiros que apropriariam apenas uma fração do excedente.

A presença do "caminhoneiro" na estrutura de comercialização é um dado novo na agricultura do Nordeste. Seu surgimento vincula-se sem dúvida, ao grande crescimento da rede de estradas, intensificado no início da década dos 60. A sua presença é bastante benéfica para os pequenos produtores, pois o seu elevado número permite estabelecer uma concorrência ao nível do 1º elo da cadeia de comercialização, abrindo a possibilidade para o pequeno produtor de reter parte maior do excedente. Evidentemente que a presença dos caminhoneiros na comercialização é apenas uma possibilidade para que o pequeno produtor retenha o excedente, não estando assegurado que isto aconteça.

A percentagem da produção dos pequenos produtores comercializadas pelos caminhoneiros nas áreas pesquisadas é a seguinte: Arroz: (São Francisco, 12,2%) e (Codô, 10,2%); Feijão: (AL/PE, 16,9%) e (Irecê, 30,2%); Mandioca, 40,8% e Algodão, 0,0%. O que se pode concluir destes dados é que a presença dos caminhoneiros é maior numa área onde predominam os pequenos produtores que tem em grande parte acesso ao crédito institucional. O caso da mandioca é evidentemente uma exceção por se tratar de um produto de pouco valor comercial, cuja produção está disseminada em toda a agricultura da região. Um outro aspecto de fundamental importância é a relação existente entre a presença do caminhoneiro na comercialização e a predominância de arrendatários e parcei

²⁰ Sudene/Michigan State University - op. cit.

ros. Quanto maior o número destes, menor a percentagem da produção comercializada pelos caminhoneiros.

A partir destes dados é possível generalizar algumas tendências prováveis no que diz respeito à dominação do capital mercantil. Em primeiro lugar, não há como discordar da proposição de que, lógica e historicamente, uma economia de pequenos produtores que inicia um processo de mercantilização, seja um campo fértil para a dominação do capital mercantil. Entretanto enquanto tendência é de se esperar que esta extração do excedente mercantil usurária seja substituída ou por uma maior autonomia dos pequenos proprietários ou por sua subordinação ao capital comercial e/ou industrial.

Os dados discutidos neste trabalho mostram desde logo um predomínio do capital mercantil-usurário na extração do excedente, mas também a presença do capital industrial com seu mecanismo específico de apropriação e ainda a presença do capital comercial. Embora a presença do capital comercial em escala significativa se dê em apenas uma única área, este dado adquire um significado especial. A conclusão mais geral que se pode deduzir deste fenômeno é que em determinadas áreas localizadas, está havendo margem para a capitalização do pequeno produtor.

Em última instância o que foi posto acima, permite concluir que o processo de crescimento da produção agrícola tem como um dos seus suportes sociais, uma fração de pequenos proprietários mais abastados, que ao invés de empobrecer no processo de crescimento, como aliás acontece com a maioria destes pequenos proprietários, estão se capitalizando. Isto significa que mesmo ao nível dos pequenos agricultores, a dinâmica do crescimento da agricultura, não repousa unicamente no fator demográfico, mas num processo de capitalização que atinge uma pequena fração destes pequenos proprietários. Em síntese, enquanto para a maioria submetida ao processo de mercantilização da produção e ao capital mercantil, o aumento de produção, resulta de uma diminuição do consumo e/ou aumento da jornada de trabalho, para uma pequena fração, o aumento da produção pode ser o resultado da incorporação do progresso técnico.

C A P Í T U L O 3

O PROGRESSO TÉCNICO E AS FORMAS DE PROLETARIZAÇÃO

A possibilidade da incorporação do progresso técnico na agricultura nordestina, encontra-se intimamente vinculada a questão da dominação do capital mercantil, notadamente no que diz respeito à pequena exploração. O crescimento extensivo da agricultura, baseado na incorporação de novas terras e de força de trabalho, embora seja uma tendência apontada pelo diagnóstico estruturalista, para o conjunto das explorações agrícolas, ganha maior significado no caso da pequena produção. Em outras palavras, apesar de se considerar que o crescimento extensivo é o padrão generalizado de crescimento da agricultura, as maiores dificuldades de absorção do progresso técnico, estaria nas pequenas explorações.

A ausência de aumento da produtividade na agricultura do Nordeste, através da incorporação do progresso técnico seria resultado em última instância da própria estrutura agrária, mas também da estrutura de comercialização da produção dela decorrente. O III Plano Diretor apresenta resumidamente uma caracterização importante do diagnóstico estruturalista sobre este tema.

"Apesar da existência de certos estímulos, como os representados pela elevação dos preços dos produtos agrícolas nos mercados, as inversões não se realizam em virtude de vários obstáculos, que residem principalmente na estrutura agrária e no sistema de comercialização.

A estrutura agrária da região desestimula as inversões na agricultura pelos seguintes motivos:

a) a falta de segurança, que tem caracterizado até o presente as relações com os proprietários, desencoraja os não-proprietários (rendeiros, parceiros, etc.) a realizarem melhorias na capacidade produtiva desde que não há garantias para usufruir os resultados. Ademais, na hipótese da realização de melhorias, o proprietário, através da percepção de parte da colheita, como ren

da da terra, se beneficiaria sem haver contribuído para as referidas melhorias e inversões.

b) o pagamento da renda da terra, sobretudo em pequenas explorações, de produtividade reduzida, deprime a renda dos não-proprietários (rendeiros, parceiros, etc.) mantendo-os a um nível de vida em que o esforço para sobreviver elimina as perspectivas de progresso.

c) o contexto em que se insere o latifúndio habitua o proprietários a viver das renda recebidas de parceiros. Isso o torna avêso às responsabilidades administrativas, que são pressupostos de uma produção agrícola racional, levando-o a transferir a parceiros e "rendeiros" os riscos e custos das culturas, sobretudo anuais".²¹

Enquanto a nível interno dos latifúndios, as relações de produção se constituíam no principal entrave ao progresso técnico, no plano das pequenas propriedades, o capital mercantil, através da apropriação do excedente eliminava a sua capacidade de capitalização. É a partir desta análise estrutural que o III Plano Diretor caracteriza o crescimento da agricultura no Nordeste como extensivo, limitando entretanto a sua análise até o início dos anos 60.

"No período 1952/62, o crescimento da agricultura do Nordeste foi de tipo "extensivo", tendo como fatores a expansão da área das culturas e aumento na mão-de-obra ocupada. As áreas ocupadas pelas 15 principais culturas da região aumentou em 34% entre 1955 e 1962, enquanto a produção agrícola total, no mesmo período, cresceu 37%".²²

A preocupação com o crescimento extensivo da agricultura do Nordeste persiste nos planos seguintes, sendo inclusive incorporada nas interpretações de inspiração não-estruturalistas, que sustentam que a mesma tendência se verifica durante a dē

²¹ Sudene - III Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social 1966-1966. Sudene. Divisão de Documentação. Recife. 1966. pág. 32.

²² Sudene - III Plano Diretor ... pág. 31.

cada dos 60.

"O aumento da produção agrícola constituiu basicamente resultado de crescimento - incorporação de novos recursos à produção com pouca mudança de produtividade - e não de desenvolvimento do setor. Os aumentos na área cultivada e da pecuária juntamente com maior uso de mão-de-obra, constituíram as principais fontes de aumento em ambas as esferas".²³

Uma vez delineada a interpretação estruturalista, a respeito do crescimento extensivo da agricultura do Nordeste, caberia verificar em que medida, os dados dão suporte a esta concepção. Como ficou estabelecido, a idéia do crescimento extensivo da agricultura do Nordeste, é constituída basicamente, a partir da constatação da não elevação da produção por hectare das principais culturas da região. Entretanto, já no capítulo I, a análise dos dados demonstrou que o produto agrícola cresce mais rapidamente do que a população rural, o que se constitui numa possível indicação da elevação da produtividade do trabalho no campo. Em que medida este aumento de produtividade resultou da incorporação de novas técnicas no processo produtivo, é uma questão que merece ser discutida.

Os dados da Tabela-V, sobre o uso de máquinas na agricultura da região, permitem inferir importantes conclusões. No período 50-60, embora já se tenha iniciado um crescimento não desprezível das máquinas na agricultura, este ainda não tem significado, se compararmos o número absoluto de máquinas, relativamente à área cultivada. Mais ainda, neste período, cresce basicamente o número de tratores e de arados de tração mecânica, sugerindo um progresso técnico localizado em algumas culturas de exportação, notadamente a do açúcar.

Aparentemente, os dados analisados para o período 50-60, confirmam a interpretação estruturalista do crescimento extensivo da agricultura, na medida em que o progresso técnico

²³ PATRICK, G.F.- Desenvolvimento Agrícola do Nordeste, IPEA/INPES. Relatório de Pesquisa nº 11. Rio de Janeiro, 1972.

co parece sô ter expressão em algumas áreas localizadas. Os dados sobre utilização das terras corroboram esta tendência, desde que, no período, a área cultivada (lavouras + pastagens) aumentou 36%, ampliação esta que foi realizada não sô pela ampliação da fronteira, através de incorporação de novas terras, como também por uma maior utilização das terras dentro dos estabelecimentos já existentes, onde o percentual de terras incultas, cai de aproximadamente 30% em 1950 para 21% em 1960. Mesmo assim não se deve esquecer o fato de que, este padrão de crescimento extensivo, que se caracteriza em grande medida por um crescimento subsidiário das lavouras alimentares em relação às industriais, já admite a elevação da produtividade do trabalho, não sô pela incorporação do progresso técnico em área localizadas, como também por uma certa especialização da produção rural, devido a extinção do artesanato.

TABELA V
NÚMERO DE TRATORES E ARADOS UTILIZADOS NA
AGRICULTURA

1950 - 1960 - 1970

ANOS TIPOS DE MÁQUINAS	1950	1960	1970
- Arados de tração mecânica	1.387	6.461	5.735
- Arados de tração animal	7.644	18.345	122.692
- Tratores	324	3.130	7.281

FONTE: Censo Agrícolas, 1950 e 1960.
Censo Agropecuário 1970.

A partir de 1960, entretanto, a incorporação de progresso técnico na agricultura do Nordeste, passa a ser um dado indiscutível. O dado que mais merece destaque, é o crescimento do número de arados de tração animal. No intervalo de 10 anos o seu número mais que sextuplica. Embora em geral as análises que con

cluem pelo crescimento extensivo da agricultura do Nordeste, não levem em consideração este fenômeno, é importante ressaltar que, do ponto de vista do progresso técnico, a passagem de uma agricultura que utiliza instrumentos primitivos como a enxada, para a utilização de arados de tração animal, representa um salto tecnológico mais amplo, do que a passagem de arados de tração animal para tração mecânica. O que se pode concluir destes dados é que, a partir de 1960, o aumento da produção agrícola se explica em grande medida, pela incorporação de progresso técnico, fator principal de elevação da produtividade do trabalho no campo.

Outro dado de importância que corrobora a afirmativa anterior, refere-se as mudanças ocorridas na composição das despesas de produção, como mostra a Tabela VI.

TABELA VI
NORDESTE
ESTRUTURA DAS DESPESAS DE PRODUÇÃO (%)
1950 - 1960 - 1970

ANOS	1 9 5 0	1 9 6 0	1 9 7 0
CATEGORIAS			
- Salários	61,8	51,4	46,7 ⁽¹⁾
- Quota-parte entregue a parceiros	9,3	12,7	2,9
- Arrendamentos	3,1	3,2	3,3
- Insumos	6,7	13,8	19,8
- Juros	-	-	3,1
- Impostos	-	-	5,8
- Outros	25,1	18,9	18,4

FONTE: Censo Agrícola, 1950 e 1960.
Censo Agropecuário 1970.

(i) Em 1970, adicionou-se aos Salários os Serviços de Empreitada.

O aspecto fundamental destes dados, é a tendência observada, da queda do peso relativo dos Salários nas despesas de produção, simultaneamente com a elevação da participação dos Insumos, o que indica uma capitalização da agricultura regional. Poder-se-ia entretanto argumentar que numa agricultura como a do Nordeste, onde é pequeno o grau de monetarização, e expressiva a parcela de trabalhadores não remunerados (força de trabalho familiar); qualquer despesa monetária apareceria magnificada, o que contestaria a representatividade dos dados. Entretanto cabe lembrar que no caso em questão, não se invalida a tendência observada pois as duas categorias de despesas seriam afetadas igualmente.

Uma vez comprovada a capitalização crescente da agricultura do Nordeste, a partir dos anos 60, caberia agora discutir, em que medida esta capitalização e conseqüente aumento de produtividade, teve um caráter restrito, circunscrevendo-se às tradicionais culturas de exportação e/ou aos grandes estabelecimentos. Os dados da Tabela VII mostram a distribuição dos vários tipos de máquinas agrícolas por estrato de área, no Nordeste em 1970.

TABELA VII
NORDESTE
TRATORES E ARADOS SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA
1970

TIPOS DE MÁQUINAS GRUPOS DE ÁREA (ha)	TRATORES (nº)	% DO TOTAL	A R A D O S			
			TRAÇÃO MECÂNICA	% DO TOTAL	TRAÇÃO ANIMAL	% DO TOTAL
0 - 10	382	5,3	326	5,7	36.751	30,0
10 a 100	1.528	21,0	1.149	20,0	57.471	46,8
100 +	5.370	73,7	4.276	74,3	28.467	23,2
T O T A L	7.280	100,0	5.751	100,0	122.689	100,0

FONTE: Censo Agropecuário 1970.

Desde logo, fica patente que utilização de máquinas nas mais modernas, no caso tratores e arados de tração mecânica, é um privilégio dos grandes estabelecimentos, embora as médias explorações (de 10 a 100 hectares) detenham uma fração expressiva destes meios de produção. No que diz respeito aos arados de tração animal, é óbvia a sua concentração nas médias e pequenas explorações, o que levaria a concluir pela difusão do progresso técnico nos vários tipos de exploração. Evidentemente que esta proposição tem que ser qualificada; ou seja; é improvável que todas as pequenas e médias explorações possuam meios de produção modernos. O que provavelmente ocorre, que aliás é próprio do desenvolvimento capitalista, é a concentração destes meios de produção numa pequena fração destas pequenas e médias explorações, enquanto a maioria continua utilizando métodos de produção arcaicos.

A distribuição das despesas por grupos de área, confirma em grande medida, os dados anteriores, referentes à utilização de máquinas. Pela Tabela VIII, pode-se perceber que os grandes estabelecimentos de mais de 100 hectares, concentram em grande medida as despesas de produção próprias de explorações mais capitalizadas. Nestes estabelecimentos, está concentrada - mais da metade das despesas com insumos modernos, juros e impostos, embora seja conveniente lembrar que as demais explorações de tem uma parcela expressiva destes gastos.

TABELA VIII
NORDESTE

DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS DE PRODUÇÃO POR GRUPOS
DE ÁREA (%)

1970

GRUPO DE ÁREA TIPO DE DESPESAS	0 - 10	10 - 100	100 +
- Salários	22,8	28,4	48,8
- Arrendamento e Parceria	37,2	27,4	35,4
- Insumos para a Lavoura	22,0	23,3	54,7
- Insumos para a Pecuária	23,4	33,0	43,6
- Juros e Impostos	8,0	26,4	65,6
- Outros	37,5	34,6	27,9

Fonte: Censo Agropecuário 1970.

Embora tenha ficado estabelecido que os grandes estabelecimentos possuem um mais alto grau de capitalização, relativamente aos pequenos e médios, é necessário confirmar esta superioridade, levando-se em consideração, a área explorada pelos vários grupos de estabelecimentos. Este procedimento se torna necessário desde que a área total explorada pelos vários grupos de estabelecimentos é extremamente variada, sendo portanto insuficientes os dados de distribuição que não levam em conta este aspecto. Na construção destes dados, dois indicadores merecem um maior destaque; as despesas com insumos modernos por hectare cultivado (Lavoura + Pastagens) e o número de hectares cultivado para cada arado. Estes indicadores estão apresentados na Tabela IX, para o ano de 1970.

TABELA IX
NORDESTE
INDICADORES DO PROGRESSO TÉCNICO POR GRUPO DE ÁREA
1970

GRUPO DE ÁREA (ha)	0 - 10	10 - 100	100 +
INDICADORES			
Insumos área cultivada ⁽¹⁾	27,23	11,95	8,28
Área cultivada/Árados animais	87,5	162,5	784,6
Área cultivada/Arados mecânicos	9.869,6	8.128,4	5.223,8
Área cultivada/Tratores	8.422,7	6.112,2	4.159,5

FONTE: Censo Agropecuário 1970.

(1) Cr\$ correntes de 1970

Os dados confirmam em grande medida a superioridade de técnica do grande estabelecimento, na medida em que os indicadores do progresso técnico referentes aos meios de produção mais sofisticados, são mais expressivos. Entretanto, cabe ressaltar que estes indicadores analisados de uma forma absoluta, levam inexoravelmente à conclusão de que mesmo nos grandes estabelecimentos, a

difusão do progresso técnico é restrita. Em outras palavras, o que se pode deduzir dos dados é que a agricultura capitalizada, deve se restringir a algumas áreas e/ou produtos. Outro dado de importância diz respeito à significativa presença dos arados de tração animal nos pequenos estabelecimentos, ou melhor dizendo a sua grande difusão neste tipo de exploração. Mais ainda, estes pequenos estabelecimentos apresentam um gasto de insumos por hectare bastante superior aos demais estratos, o que se explica em grande medida pela insuficiência de terras nestes estabelecimentos, onde o progresso técnico é orientado no sentido de seu aproveitamento intensivo.

Caberia por fim, discutir o sentido mais geral, dos dados analisados anteriormente, confrontando-os com o diagnóstico estruturalista. Em primeiro lugar, é importante destacar que, a partir dos anos 60, não se pode de forma alguma, falar num crescimento de tipo extensivo na agricultura do Nordeste. Os dados sobre a utilização de meios de produção são suficientemente expressivos, para que se admita, se não uma modernização generalizada, pelo menos uma modernização localizada em determinadas áreas e/ou produtos. O outro aspecto importante a enfatizar diz respeito à incorporação de progresso técnico pelos pequenos estabelecimentos, embora caiba fazer referência à natureza deste progresso técnico, certamente inferior aos das grandes explorações, pelo tipo de máquinas e instrumentos de trabalho utilizados. Entretanto, o há que se considerar com maior ênfase, é que estes pequenos estabelecimentos conseguem de alguma maneira se capitalizar, implicando reconhecer que em maior ou menor grau, conseguem se libertar da apropriação do excedente pelo capital mercantil.

Em que medida a incorporação do progresso técnico se deu de uma forma generalizada, ou pelo contrário, em áreas e/ou produtos localizados, e mesmo em frações restritas dos vários tamanhos de exploração agrícola, é uma questão que não pode ser respondida com a base de dados utilizadas até o momento. Entretanto, esta será uma preocupação central da II Parte deste trabalho. Desde logo, convém deixar claro que o que se acredita seja o mais provável é que, enquanto ao nível das grandes explorações o progresso técnico restringiu-se a

algumas áreas e/ou produtos, abarcando entretanto todos os estabelecimentos, no caso das médias e pequenas explorações, embora aparentemente, a incorporação de progresso técnico tenha se dado num maior número de áreas e/ou produtos, certamente restringiu-se a uma pequena fração de explorações.

O êxodo rural, como reflexo do processo de proletarização, jamais poderia ser atribuído ao progresso técnico na agricultura, pelo menos ao nível das interpretações correntes. Entretanto é inegável que este se acelera no pós-guerra e notadamente a partir dos anos 50.²⁴ No contexto da interpretação estruturalista, grande ênfase é dada às mudanças ocorridas ao nível da utilização das terras, como fator principal de determinação do êxodo rural.

Especificamente, no caso das transformações ocorridas com a utilização das terras, a preocupação central passa a ser com o denominado movimento de "pecuarização", que passa a aparecer na agricultura do Nordeste, na década dos 60. A pecuarização, não significa apenas um crescimento mais rápido das pastagens relativamente às lavouras senão, que, um crescimento das pastagens em detrimento das áreas de lavouras. "Entretanto, deve-se lembrar que o chamado fenômeno de pecuarização (alargamento do criatório, como atividade de substituição, em antigas terras de lavoura), liberando mão-de-obra, tende a agravar um dos mais sérios problemas do Nordeste".²⁵

Há duas razões fundamentais para a pecuarização, atuar como fator de proletarização: do ponto de vista da demanda de uma força de trabalho permanente, é uma atividade que absorve uma menor quantidade de trabalhadores por unidade de área, se comparada às lavouras. Da perspectiva de utilização sazonal de força de trabalho, a pecuarização acarreta importantes mudanças, pois elimina os picos da demanda, retirando assim a possibilidade de assalariamento temporário, e portanto destruindo uma fonte de ren

²⁴ Ver por exemplo: Guimarães, Leonardo. O Emprego Urbano no Nordeste: Situação Atual e Evolução Recente 1950/1970. BNB-ETENE-GEDUR. Fortaleza 1976.

²⁵ Sudene - IV Plano Diretor ... op. cit. pág. 48.

da suplementar de elevada importância para os pequenos agricultores proprietários.

A pecuarização é entretanto, um fenômeno restrito aos grandes estabelecimentos e a determinadas áreas na região Nordeste. Os dados da Tabela X mostram que não há sentido em se falar num movimento de pecuarização que atinja todos os estabelecimentos, pois, o que ocorre a este nível é apenas um crescimento mais rápido das pastagens em relação às lavouras a partir de 1960. O fenômeno da pecuarização, se mostra bastante visível nos grandes estabelecimentos, ou seja, aqueles com área superior à 100hec

TABELA X
NORDESTE
UTILIZAÇÃO DAS TERRAS: TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS
E ESTABELECIMENTOS DE + 100 HECTARES. (EM 1.000 HECTARES)
1950 - 1960 - 1970

ANOS CATEGORIAS	1950		1960		1970	
	TOTAL DE ESTABELEC	ESTABELEC DE+100 HA	TOTAL DE ESTABELEC	ESTABELEC DE+100 HA	TOTAL DE ESTABELEC	ESTABELEC DE+100 HA
- Lavouras	5.334	2.586	8.731	3.770	10.439	3.450
- Pastagens	16.986	14.274	11.631	16.724	27.875	18.837
- Matas e Florestas	15.151	13.306	15.393	12.628	16.526	13.033
- Terras Incultas	15.152	11.975	12.534	9.602	15.320	11.262
T O T A L	52.821	42.141	58.287	42.724	70.160	46.582

FONTE: Censos Agrícolas, 1950 e 1960.
Censo Agropecuário 1970.

tares, e ainda assim, a partir do ano de 1960.

Se considerarmos o nível de agregação em que se encontra os dados ou seja, refletindo processos extremamente diversos, que ocorrem em distintas sub-regiões do Nordeste, pode-se inferir que o processo de pecuarização, na medida em que se mostra um

processo localizado, representa um fator importantíssimo de proletarização da força de trabalho. Por fim cabe fazer a referência à crescente subutilização das terras nos grandes estabelecimentos, que de uma ou de outra maneira refletem o caráter de exploração extensiva que é reforçado nos grandes estabelecimentos a partir de 1960. Provavelmente, em determinadas áreas do Nordeste, a mudança de orientação da agricultura do mercado externo para o interno; que se deu sem uma correspondente reestruturação fundiária; implicou em transformações que terminaram por agravar os problemas de uma agricultura capitalista mas que contraditoriamente carece de capital e por isto mesmo acentua seu caráter extensivo, com graves consequências sobre a força de trabalho.

C A P Í T U L O 4

O PAPEL DA PEQUENA PRODUÇÃO

Da análise da incorporação do progresso técnico na agricultura do Nordeste, ficou estabelecido que a pequena produção, ao contrário do que propugnava o estruturalista, tem se mostrado capaz de se capitalizar, utilizando novos instrumentos de trabalho e insumos modernos. A nossa hipótese entretanto é a de que, esta capitalização não é privilégio de todas as pequenas explorações, mas de uma fração das mesmas. Definir que fração é esta, significa portanto ter que analisar as várias formas da pequena produção, e sua evolução recente na articulação com a produção capitalista.

Na interpretação estruturalista, a análise da pequena produção, parte, do seu papel crucial, que diz respeito à produção de alimentos para os centros urbanos. Não se analisa formas distintas da pequena produção; ou seja; qualquer que seja seu tamanho, articulação com a produção capitalista, a sua característica fundamental é a produção de subsistência. É a partir desta caracterização que se propõe o caráter precário da produção de alimentos no Nordeste, cuja dinâmica iria levar a sérios pontos de estrangulamento. A idéia fundamental é a de que a ausência de progresso técnico na pequena produção, bem como o crescimento da população ocupada neste tipo de agricultura, comprometeria sua capacidade de produzir excedentes.

"Esse fato (pressão demográfica), à primeira vista não se harmoniza com o relativamente baixo índice de aumento da população do campo. Mas isto perde significação quando se tem em vista o crescimento do número de consumidores nas categorias de estabelecimentos de onde procedem predominantemente os produtos alimentares. Sinal inequívoco está nos índices de aumento da população ocupada nas unidades produtoras de mais baixa categoria dimensional".²⁶

²⁶ Sudene - IV Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social (1968-1973). Recife, Sudene 1968, pág. 44.

Partindo-se da idéia, de que, nem o setor urbano, nem as culturas capitalistas, têm suficiente dinamismo para absorver o acréscimo da força de trabalho, uma das alternativas desta força de trabalho seria localizar-se nos pequenos estabelecimentos, implicando portanto num aumento da subocupação no meio rural e paralelamente acentuando-se o caráter de subsistência da pequena produção. "A forma pela qual se processa a mutação da estrutura em causa, acentua outrossim, o caráter de subsistência de parcela ainda muito elevada da economia rural do Nordeste".²⁷

Evidentemente que não se pode contestar a interpretação de que o pessoal ocupado nos pequenos estabelecimentos - cresce rapidamente, sendo portanto a pequena produção a principal forma de absorção da força de trabalho no campo. Os dados da Tabela X são aliás bastante explícitos a este respeito. Entretanto não parece lícito concluir a partir destes dados, que esteja ha

TABELA XI
NORDESTE
PESSOAL OCUPADO SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA
1950 - 1960 - 1970

ANOS GRUPOS DE ÁREA (ha)	1950	1960	1970	ÍNDICE EVOLUTIVO		
				50	60	70
0 - 10	1.514.217	3.017.936	4.272.987	100	199	282
10 - 100	1.662.446	2.360.295	2.296.567	100	142	138
100 +	1.157.939	1.279.413	976.546	100	110	84
T O T A L	4.334.601	6.657.644	7.546.100	100	154	174

FONTE: Censos Agrícolas 1950 e 1960.

Censo Agropecuário 1970.

vendo uma regressão econômica nas pequenas explorações, no sentido da acentuação do seu caráter de subsistência. Senão, como explicar a elevada taxa de crescimento da produção de alimentos - 5% ao ano entre 1960 e 1973 - que provêm em quase sua totalidade dos

²⁷ Sudene - IV Plano Diretor ... op. cit. pág. 55.

pequenos e médios estabelecimentos?

O diagnóstico estruturalista parece entretanto não se colocar este tipo de questionamento, desde que o desdobramento da sua análise se dá, no sentido de afirmar a regressão econômica da pequena produção no Nordeste. Partindo da idéia, do enfraquecimento da articulação entre a grande e pequena exploração, através da força de trabalho, que seria o resultado do progresso técnico na agricultura capitalista, tenta-se demonstrar - que o crescimento do pessoal ocupado nos pequenos estabelecimentos e seu pouco crescimento e mesmo diminuição nos grandes, estaria levando a constituição de duas agriculturas distintas na região, cuja dinâmica repousaria em variáveis diferentes. "A agricultura camponesa, isto é, a dos pequenos proprietários e arrendatários, dedicados em grande parte à produzir para seu próprio consumo, não parece portanto, dar mostras de estar sendo superada pela agricultura comercial, muito embora esta se encontre também em expansão".²⁸

A análise da proposição estruturalista de existência de duas formas de agricultura, bem como das articulações existentes entre estas duas formas de produção, constitui-se numa questão fundamental. Entretanto, antes de mais nada é necessário investigar como se chega à conclusão de que o caráter de subsistência da produção dos pequenos estabelecimentos estaria se acentuando. Os dados da Tabela XII, apresentam as principais características dos pequenos estabelecimentos utilizados para se chegar a esta conclusão, incluindo-se em adição os resultados do Censo Agropecuário de 1970, não disponível à época da realização do diagnóstico estruturalista.

Desde logo, fica patente, a elevada expansão do número de pequenos estabelecimentos, o que sem dúvida é uma indicação bastante séria para o destaque da questão da pequena produção na agricultura regional. Este crescimento dos pequenos estabelecimentos tem entretanto características específicas, que le

²⁸ Sã. Jr., Francisco. O desenvolvimento da agricultura Nordeste na e a função das atividades de subsistência. Seleções Cebrap nº 1. São Paulo 1975.

TABELA XII
 ÍNDICE EVOLUTIVO DAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
 DOS ESTABELECIMENTOS DE < 10 HECTARES

1950 - 1960 - 1970

ANOS CARACTERÍSTICAS	1950	1960	1970
- Nº de estabelecimentos	100	194	333
- Área ocupada	100	167	247
- Área média	100	89	78
- Pessoal Ocupado	100	199	282
- Área explorada/PEA agrí cola total	100	100	100
- Área de lavoura/PEA agrí cola total	100	100	100

FONTE: Censos Agrícolas 1950 e 1960.
 Censo Agropecuário 1970.

vam a proposição de que estaria se processando numa involução econômica neste tipo de produção. Em primeiro lugar, percebe-se que o número dos pequenos estabelecimentos cresce mais rapidamente do que a área ocupada pelos mesmos, implicando portanto no decréscimo da área média. Some-se a este fenômeno, o crescimento extremamente rápido do pessoal ocupado neste estrato de área, e estaria configurado segundo a interpretação estruturalista, a regressão econômica. Isto porque como resultado destas tendências, ter-se-ia uma diminuição da área disponível de terras para cada trabalhador ocupado, configurando o que a interpretação estruturalista denominava de "pressão demográfica sobre as terras", cuja consequência mais palpável era a diminuição da capacidade de produzir excedentes.

Primeiramente, é preciso contrapor à esta interpretação o fato de que a análise da disponibilidade de terra por pessoa não tem maior significado econômico, nem permite levar a este tipo de conclusão. Há que se analisar fundamentalmente, as

mudanças no uso da terra, bem como as transformações havidas nos instrumentos de trabalho, para se chegar a alguma conclusão mais definitiva. Entretanto, mesmo sem entrar a este nível de detalhe, é possível apontar as falhas da análise dos dados no diagnóstico estruturalista, através de alguns índices da Tabela XII. A rigor, não houve um decréscimo da área explorada por pessoa ocupada nos pequenos estabelecimentos, ou seja manteve-se invariável a quantidade de terras por pessoa. Isto porque o decréscimo da área média do estabelecimento, foi compensada por uma ampliação da sua fronteira interna, aproveitando-se as área anteriormente inexploradas.

Por outro lado, caberia indagar, que papel vem desempenhando a pequena produção na agricultura regional, e em que medida estão se processando modificações, na função primordial da pequena exploração, suposta pelo diagnóstico estruturalista como a produção de excedentes de alimentos para o meio urbano. Desde logo, convém lançar a hipótese de que embora o papel de produzir mercadorias, especificamente alimentos, por parte da pequena exploração, não seja desprezível, o desenvolvimento capitalista no campo exige também desta forma de exploração, a produção de outra mercadoria ; a força de trabalho.

Voltemos portanto à idéia estruturalista de que o progresso técnico nas culturas capitalistas, estaria tornando desnecessária a utilização da força de trabalho de pequenos proprietários rurais, que se dispõem a trabalhar como assalariados durante parte do ano. Esta proposição nega fundamentalmente uma das formas clássicas de articulação entre a grande e pequena exploração, bastante comum na agricultura do Nordeste. Desde logo, convém alertar que esta proposição se baseia numa incompreensão da natureza do progresso técnico na agricultura. Em geral a incorporação do progresso técnico na atividade agrícola, não abrange todo o processo produtivo, mas, partes dele, o que contribui para acentuar o caráter desigual da demanda por força de trabalho, concentrando-a em determinados picos. Os dados da Tabela XIII, dão uma idéia da extrema variação da demanda de trabalho assalariado na agricultura regional.

TABELA XIII
NORDESTE
NÚMERO MÁXIMO DE ASSALARIADOS TEMPORÁRIOS MÊS A MÊS
1970

CATEGORIAS MESES	Nº ABSOLUTO DE TRABALHADORES TEMPORÁRIOS	PERCENTAGEM DA FORÇA DE TRABALHO TOTAL (1)	PERCENTAGEM DA FORÇA DE TRABALHO ADULTA MASCULINA (2)
Janeiro	1.356.705	21,6	33,0
Fevereiro	768.691	12,3	18,7
Março	809.904	12,9	19,7
Abril	538.759	8,6	13,1
Maió	822.399	13,1	20,0
Junho	735.856	11,7	17,9
Julho	573.148	9,1	14,0
Agosto	750.055	12,0	18,3
Setembro	874.058	13,9	21,3
Outubro	617.137	9,8	15,0
Novembro	592.933	9,4	14,4
Dezembro	897.654	14,3	21,9

FONTE: Censo Agropecuário 1970.

(1) Número obtido através da soma de Responsáveis e membros não remunerados da família + Assalariados Permanentes + Assalariados Temporários + Parceiros + Outra condição, de ambos os sexos com + 14 anos.

(2) Mesmo procedimento anterior, excluindo-se as mulheres e os menores de 14 anos de ambos os sexos.

Estes dados permitem tirar uma série de conclusões, que põem em cheque a proposição estruturalista. Em primeiro lugar, destaca-se a variação mes a mes do número de trabalhadores temporários, confirmando portanto a importância do trabalho sazonal, sendo importante ressaltar também que o pico de utilização se localiza nos meses de Dezembro e Janeiro. É de importância também registrar que o Censo Agropecuário não permite distinguir, entre os trabalhadores temporários, aqueles que são tra

balhadores sazonais, dos proletários rurais, ou seja dos que vi vem exclusivamente da venda da força de trabalho. Isto porque a categoria dos Assalariados Temporários é definida como aqueles "contratados para atividades eventuais ou de curta duração". Dependendo portanto da data de referência do Censo, o número de trabalhadores registrados como temporários pode sofrer uma variação extremamente elevada. Em 1970 por exemplo, são computados co mo tal 642.745 trabalhadores, número que representa o número de assalariados temporários empregados na data de referência (31-XII). Evidentemente que este número poderia chegar até ao dobro se fos se considerado não só outro mês de referência, como também a mê dia mensal, ao invés do número de um só dia.²⁹

Os dados da Tabela XIII, permitem ir além, em al gumas conclusões importantes a respeito da importância do traba lho sazonal, ou melhor dizendo, da articulação pequena-grande ex ploração via força de trabalho. Se considerarmos a participação da força de trabalho adulta no emprego assalariado temporário, constata-se que em 1970, entre 10 e 20% desta força de trabalho se assalariou em algum período de tempo. Mais ainda, se admitir mos como hipótese que a força de trabalho adulta masculina é a que mais se encontra disponível para este tipo de trabalho, perce be-se que no mês de maior utilização de pessoal temporário, cerca de 1/3 desta força de trabalho se assalaria. A conclusão mais ge ral a se extrair destes dados, é a de que a articulação entre a grande e pequena exploração se mantém, ou seja, que a importân cia da pequena exploração como fornecedora da mercadoria força de trabalho não pode ser posta de lado. Consequentemente não é lícito concluir, como faz o diagnóstico estruturalista, que a ex pansão dos pequenos estabelecimentos represente uma forma de crescimento independente da agricultura capitalista dos grandes estabelecimentos.

²⁹ É importante chamar atenção para o fato de que, as datas de referência de realização dos censos são diferentes para 1950, 1960 e 1970. Isto torna portanto impraticável a comparação das várias categorias de força de trabalho entre estes anos, pois como ficou demonstrado a composição do pessoal ocupado sofre variações significativas, em função da data de referên cia.

A constatação da importância da pequena exploração enquanto fornecedora de força de trabalho, não é entretanto suficiente para explicar o fenômeno do elevado crescimento dos pequenos estabelecimentos, e paralelamente da crescente importância da força de trabalho familiar na agricultura nordestina. Os dados da Tabela XIV são bastante esclarecedores sobre a crescente importância da força de trabalho familiar, embora esta categoria possa estar superestimada pelas razões apontadas anteriormente.

TABELA XIV
EVOLUÇÃO DO PESSOAL OCUPADO POR CATEGORIA
1950 - 1960 - 1970

ANOS CATEGORIAS	1950		1960		1970	
	NÚMERO	% DO TOTAL	NÚMERO	% DO TOTAL	NÚMERO	% DO TOTAL
- Familiar ⁽¹⁾	2.460.658	56,8	4.228.682	63,5	6.321.724	83,5
- Ass. Permanentes	374.993	8,7	378.548	5,7	298.795	3,9
- Ass. Temporários	1.172.643	27,0	1.571.909	23,6	642.745	8,5
- Parceiros	326.642	7,5	229.850	3,4	160.120	2,1
- Outra Condição	-	-	252.756	3,8	145.463	2,0
T O T A L	4.334.936	100,0	6.661.745	100,0	7.568.847	100,0

FONTE: Censos Agrícolas 1950 e 1960.

Censo Agropecuário 1970.

(1) Responsável e Membros não Remunerados da Família.

Desprezando a importância do pequeno estabelecimento e da força de trabalho familiar, no fornecimento de assalariados temporários, a interpretação estruturalista, propõe-se a explicar o fenômeno, através do surgimento de uma nova forma de articulação entre o minifúndio e o latifúndio.

"O vínculo histórico existente entre o grande estabelecimento monocultor e o minifúndio, e que consistia principalmente no abastecimento de gêneros alimentícios e mão-de-obra barata do último para o primeiro, embora hoje subsista, tem sua

importância enfraquecida por dois motivos. O primeiro é o surgimento de novos vínculos com a economia urbana e o mercado interno de um modo geral, e o segundo é a incapacidade que os grandes e médios estabelecimentos têm mostrado para absorver a força de trabalho excedente do minifúndio.

O complexo minifúndio-latifúndio, contudo, não tende a desaparecer. Ele simplesmente muda de configuração. No lugar da conexão entre o grande estabelecimento e o minifúndio, a qual está perdendo sua importância relativa, emerge o vínculo entre a grande propriedade, muitas vezes inexplorada como grande estabelecimento, e o minifúndio arrendado dentro dela".³⁰

Em síntese, o que propõe o trabalho de Sá Jr; autor que mais aprofunda a interpretação estruturalista é que a principal forma que a pequena produção assume no Nordeste, é a da multiplicação dos pequenos arrendamentos dentro do grande latifúndio. O proprietário converter-se-ia num comerciante que apropriaria o excedente do pequeno arrendatário através da comercialização da produção. A ampliação desta forma de pequena produção, possuiria uma dinâmica própria, vegetativa, função do crescimento da população. Reedita-se aqui a velha proposição estruturalista, da dependência do crescimento da produção relativamente ao crescimento demográfico.

Evidentemente, que esta interpretação é insuficiente sob vários aspectos: em primeiro lugar, a tradicional articulação latifúndio-minifúndio persiste na agricultura regional; mantendo a sua importância; por outro lado, não se pode reduzir a articulação latifúndio-minifúndio a uma nova forma, qual seja, a do minifúndio arrendado dentro da grande propriedade. Isto porque, esta articulação não é nova, mas secular; mas também porque não dá conta do enorme crescimento dos pequenos estabelecimentos no Nordeste, durante as últimas décadas. A Tabela XV coloca aproximadamente a evolução dos principais tipos de pequena exploração na região, a partir de 1950.

³⁰ Sá Jr., Francisco - A agricultura nordestina e a função das atividades de subsistências. op.cit. pág. 128.

Pelos dados da Tabela XV, percebe-se que no período 50/70, a forma de pequena produção que revelou menor dinâmica foi a da pequena propriedade. Entretanto cabe ressaltar que, mesmo diante desta tendência, esta continua a ser a forma de pequena exploração predominante no Nordeste, o que se comprova, não só pela sua participação no número dos pequenos estabelecimentos, como também, pela sua predominância quanto a área ocupada. A perda de importância relativa da pequena propriedade como forma de pequena produção, se explica em grande medida, pelos mecanismos de sua expansão. É muito provável que numa região de antiga ocupação, com uma estrutura de propriedade definida, e onde predominam grandes propriedades, não haja a possibilidade de surgimento de pequenas propriedades, pelo fracionamento das grandes explorações. Em geral, embora isto possa ocorrer em períodos de crise, não há referências a este fenômeno, no Nordeste do pós-guerra. Resta portanto à pequena propriedade, se multiplicar pelo fracionamento, o que aliás pode ser comprovado pela constante diminuição da sua área média.

Considerando-se ainda o período como um todo, (50/70) percebe-se que as duas formas de pequena exploração que mais se expandem são as arrendadas e ocupadas. Na primeira, é maior a expansão do número de estabelecimentos, enquanto a segunda tem a primazia no crescimento da área ocupada. Considerando entretanto os dois subperíodos, (50/60 e 60/70), percebe-se que o crescimento da pequena produção através de terras arrendadas, só é a principal forma de crescimento no período 50/60, sendo entretanto superada pelas pequenas explorações "ocupadas" na década seguinte. Este dado coloca portanto em dúvida a interpretação estruturalista de que o crescimento das pequenas explorações arrendadas, seria a principal forma de crescimento da pequena produção no Nordeste. Isto posto, caberia lançar algumas evidências, sobre os mecanismos da reprodução desta formas de pequena produção.

Embora este assunto seja discutido mais exaustivamente na Parte II deste trabalho, caberia levantar os principais aspectos dos mecanismos de multiplicação destas formas de produção através dos dados da Tabela XV. Quanto as terras arrendadas, os dados não estabelecem diferenças entre seus vários tipos. No

TABELA XV
 NORDESTE
 CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS DOS ESTABELECIMENTOS DE < 10 HECTARES
 1950-1960-1970

ANOS CATEGORIAS	1 9 5 0					1 9 6 0					1 9 7 0				
	Nº DE ESTABELECIMENTOS	% DO ESTRATO	ÁREA OCUPADA (ha)	% DO ESTRATO	ÁREA MÉDIA (ha)	Nº DE ESTABELECIMENTOS	% DO ESTRATO	ÁREA OCUPADA (ha)	% DO ESTRATO	ÁREA MÉDIA (ha)	Nº DE ESTABELECIMENTOS	% DO ESTRATO	ÁREA OCUPADA (ha)	% DO ESTRATO	ÁREA MÉDIA (ha)
- Próprias	290.343	65	1.219.386	75	4,2	459.599	53	1.588.011	63	3,4	628.854	42	2.025.031	54	3,4
- Arrendadas	74.547	17	193.080	12	2,6	252.758	29	541.063	21	2,1	453.267	30	798.624	21	1,7
- Ocupadas	81.017	18	214.791	13	2,6	156.863	18	405.397	16	2,6	400.864	28	904.017	24	2,2

FONTE: Censos Agrícolas 1950 e 1960.

Censo Agropecuário 1970.

Nordeste, poder-se-ia distinguir dois tipos de pequeno arrendamento: o arrendamento por quantia fixa e o por quota parte da produção (parceria). Embora se alegue constantemente que a distinção entre estes tipos de arrendamento é apenas formal, a sua separação nos parece de suma importância, desde que representam formas distintas de subordinação do pequeno produtor ao grande proprietário e ao capital. Justamente por isto é que, apesar de sempre representarem formas de desmonetarização do salário e portanto um recurso da produção capitalista para se viabilizar, sua articulação com a grande produção lhe dará uma dinâmica distinta, dependendo da área de sua localização e do produto.

Se tomarmos a área média dos pequenos arrendamentos, veremos que esta diminui constantemente a partir de 1950. Este dado poderia ser interpretado não como uma crescente incapacidade destes estabelecimentos em produzir excedentes, como quer a interpretação estruturalista, mas como uma maior subordinação dos vários tipos de arrendatários, à grande exploração. Em outras palavras, reduz-se a sua possibilidade de adquirir seu sustento com o produto da terra, diminuindo-se a área de terra em seu poder. Em contrapartida, o sustento passa a ser adquirido cada vez mais com a venda da força de trabalho. Esta parece ser uma hipótese mais plausível do que a interpretação estruturalista, e plenamente de acordo com a tendência da intensificação da dominação capitalista no campo.

Por fim, cabe fazer referência à forma de pequena produção, que teve a primazia de crescimento na década dos 60, primazia esta que já se pré-anunciava na década anterior. O crescimento do número dos estabelecimentos ocupados, representa a grande expansão da fronteira agrícola do Nordeste, a partir de 1950. Pelas suas peculiaridades, esta expansão permitiu a absorção de grande parte do excedente relativo de população da agricultura regional. Esta incorporação de novas terras se deu em grande medida, a partir da pequena posse, da "roça" de subsistência, fruto dos fluxos migratórios espontâneos, que passam a adquirir certa regularidade a partir dos anos 60. A articulação da pequena posse com a grande exploração, ou melhor, os seus conflitos, como formas de produção antagônicas, serão registradas posteriormente, por hora, basta as

sinalar que, apesar do maior dinamismo desta forma de pequena produção, o decréscimo da sua área média em 1970, já se constitui numa indicação de sua perda de dinamismo.

A questão do papel e da importância da pequena produção na agricultura do Nordeste, emerge como o principal aspecto a ser aprofundado neste trabalho. Desde logo, fica patente a insuficiência da interpretação estruturalista para dar conta da multiplicidade de forma que esta assume, bem como das suas articulações com a grande exploração. A segunda parte deste trabalho, pretende investigar mais detidamente este problema, partindo-se da hipótese de que as várias formas de pequena produção, expressam diferentes graus de subordinação da força de trabalho ao capital. Subordinação que vai do limite superior da força de trabalho assalariada, passando pelas formas intermediárias de arrendamento e parceria, onde esta se faz através de relações mercantis, ou seja via apropriação de produto excedente; até o limite inferior, onde predominam mecanismos extraeconômicos de apropriação do trabalho incorporado, como por exemplo, na frente pioneira. A identificação concreta destas formas de produção, bem como a sua evolução recente, constitui-se no objetivo da Parte II a seguir.

PARTE II - FORMAS DA PEQUENA PRODUÇÃO E PRODUÇÃO CAPITALISTA

INTRODUÇÃO

A existência de várias formas de pequena produção, e sua larga importância na agricultura do Nordeste, parecem ter sido demonstradas. A partir desta constatação elegeu-se como hipótese de trabalho, que estas várias formas de pequena produção são manifestações dos distintos graus de subordinação da agricultura ao capital. O passo seguinte consiste portanto em tentar identificar concretamente estas várias formas de produção, analisando a sua evolução histórica, no intuito de estabelecer as principais tendências de sua transformação.

Considerando a extrema diversidade que assumem na região, estas formas de produção, e conseqüentemente as relações de trabalho e formas de apropriação do excedente que lhes são correspondentes, cabe definir critérios que permitam identificar e analisar suas manifestações principais.³¹ O critério que tem sido utilizado com alguma frequência, propõem-se associar as distintas formas de pequena produção e sua articulação com a produção capitalista vale dizer, os distintos graus de desenvolvimento capitalista no campo, com o tipo de cultura ou consórcio de culturas comerciais dominantes.

O que está implícito neste procedimento é que, considerar-se que as condições sob as quais se realiza a produção agrícola; tais como: solos, estrutura agrária, mercado, bem como a intensidade de capital da exploração cristalizam determinadas formas de produzir, que dão à produção localizada num espaço qualquer, um caráter homogêneo. Este critério a ser seguido que consi-

³¹ A propósito da diversidade das relações de trabalho e formas de apropriação do excedente na agricultura do Nordeste; ver os clássicos da Geografia Agrária sobre a região: ANDRADE, M.C. de - A Terra e o Homem no Nordeste; LACERDA DE Melo, Mário - Espaços Geográficos e Política Espacial no Nordeste, BERNARDES, Nilo - A Utilização da terra no Nordeste.

dera de um lado, a cultura agrícola predominante, e de outro a intensidade do uso de recursos, encontra-se profundamente desenvolvido para a região Nordeste, um trabalho de regionalização de Lacerda de Melo.³² O critério utilizado para a regionalização é o que se segue.

"A divisão do Nordeste em regiões agrárias deverá consistir fundamentalmente na compartimentação do seu espaço territorial através da identificação e delimitação de áreas que se diferenciem, se caracterizem e se individualizem segundo formas ou sistemas de uso de recursos. Essas formas ou sistemas são representadas pelas atividades de lavoura e de extrativismo vegetal e pelas atividades pastoris. Para se chegar à identificação e delimitação referidas, adotamos dois tipos de procedimentos. O primeiro deles tem por finalidade conhecer em suas variações espaciais, os graus ou densidades de aproveitamento do espaço produtivo, tanto no tocante à produção de origem vegetal (lavouras e extrativismo vegetal) como no concernente às atividades pastoris ou da produção de origem animal. O segundo visará ao conhecimento, também em suas variações espaciais, das formas ou sistemas segundo os quais se combinam os diferentes ramos de produção das atividades de lavoura e de extrativismo vegetal e os diferentes ramos de produção animal bem como as formas segundo as quais se associam as categorias de atividades respectivas."³³

Estes critérios são suficientes para identificar regiões, onde às características de intensidade do uso de recursos somadas às culturas comerciais dominantes, correspondam formas de produção distintas. Entretanto, por serem excessivamente exaustivos, estes critérios levam à identificação de 10 regiões distintas. Examinando mais detidamente estas regiões, pode-se para fim desta análise, selecionar quatro delas, que da perspectiva deste trabalho apresentam maior interesse. Isto porque estas regiões contém as principais formas de pequena produção, bem como as articu

³² Lacerda de Melo, Mário - Regionalização Agrária do Nordeste. UFPE. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Ciências Geográficas. Recife, 1978. Mimeografado.

³³ Lacerda de Melo, Mário - Regionalização Agrária do Nordeste. op. cit. pág. 46.

lações mais importantes com a produção capitalista.

A composição da produção agropecuária das distintas regiões, indicam, através das várias combinações da produção agrícola, as possibilidades de existência de várias formas de produção. Na verdade, o autor, utiliza-se bastante do seu conhecimento empírico da região, para definir as principais características de cada região, com a forma de organização da produção que lhes são peculiares. Entretanto, no momento, o objetivo do trabalho é registrar a diversidade da composição da produção de cada área, procurando posteriormente estabelecer as relações de produção correspondentes a cada forma de produção.

Assim, caberia assinalar como elementos distintos dos das várias regiões, os seguintes aspectos.

Região Canavieira: predominância do subsetor agrícola, e, dentro deste, extrema especialização na produção de cana-de-açúcar.

Região do Gado-Policultura: predominância do subsetor pecuário, que se combina com uma atividade agrícola extremamente diversificada, basicamente de produtos alimentares.

Região do Gado-Algodão: predominância do subsetor pecuário, que tem como combinação, a cultura do algodão e das tradicionais "culturas de subsistência".

Região Agropastoril-Estrativista e Região de Baixa Ocupação do Solo:³⁴ predominância do subsetor pecuário, que se combina com a produção de Arroz e tradicionais "culturas de subsistências".

A partir desta regionalização agrária, o que se pretende mostrar é que, a cada uma destas regiões, corresponde um tipo específico de pequena produção, bem como um modo particular de articulação com a produção capitalista. Através da análise de cada área específica, procurar-se-á demonstrar os diversos caminhos da intensificação da dominação capitalista no campo.

³⁴ Estas duas regiões serão desmembradas e convertidas em uma só; a Região da Frente Pioneira, utilizando-se para tal, o critério do desempenho demográfico.

TABELA XVI
NORDESTE
COMPOSIÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA SEGUNDO AS REGIÕES (%)

1974

REGIÕES CULTURAS	REGIÃO CANAVIEIRA	REGIÃO DO GA- DO-POLICULTURA	REGIÃO DO GADO-ALGODÃO	REGIÃO AGROPASTO RIL-EXTRATIVISTA	REGIÃO DE BAIXA OCUPAÇÃO DO SOLO
- Abacaxi	1,2	0,9	0,0	0,1	0,2
- Algodão	1,0	7,6	42,2	1,0	7,4
- Arroz	0,1	0,4	3,7	34,5	17,3
- Banana	3,8	3,6	4,5	1,8	2,8
- Batata Doce	1,7	1,7	1,5	0,1	1,0
- Batata Inglesa	-	1,5	-	-	-
- Cacau	-	0,9	-	-	0,0
- Café	0,0	3,7	0,1	0,0	0,0
- Cajú	0,8	0,9	1,1	0,3	0,3
- Cana-de-Açúcar	72,0	4,8	3,8	2,0	3,4
- Cebola	0,0	0,1	0,1	0,0	1,7
- Coco da Praia	5,9	0,4	0,5	0,2	0,3
- Feijão	0,9	14,4	13,1	4,5	13,6
- Fumo	0,0	2,6	0,1	0,6	1,9
- Laranja	1,4	2,6	0,9	0,8	2,0
- Mamona	0,0	0,8	1,0	0,1	4,6
- Mandioca	6,9	18,2	4,1	11,9	19,3
- Milho	0,7	9,4	10,5	7,3	6,6
- Tomate	0,0	13,3	4,8	-	0,0
- Sisal	0,3	8,6	0,3	0,2	0,3
- Extrativismo	3,2	3,6	7,7	34,7	17,4
T O T A L	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agricultura	66,0	37,0	35,0	41,0	18,0
Pecuária	34,0	63,0	65,0	59,0	82,0
T O T A L	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE/CBEA, Apud. Lacerda de Melo, Mário. Regionalização Agrária do Nordeste, op. cit.

CAPÍTULO 5

A REGIÃO CANAVIEIRA

A cultura da cana-de-açúcar na região Nordeste, sempre encontrou formas de organização que lhe possibilitasse enfrentar as crises sucessivas, determinadas pelas oscilações do mercado mundial. É justamente em decorrência desta dependência da demanda externa, que a grande exploração agrícola lança mão, de formas de produção e relações de trabalho, que, aparentemente se apresentam como relações de produção pertencentes a outros modos de produção, que não o capitalista.

É por estas razões, que, como forma de se viabilizar, a lavoura da cana, apresenta até os anos 50, várias relações de trabalho, sob a denominação mais genérica de "morador", dada ao conjunto da força de trabalho, que têm como característica essencial, a desmonetarização de parte do pagamento do salário. Em linhas gerais, o morador recebia um lote de terra, onde plantava culturas de subsistência, se obrigando a determinado número de dias de trabalho na grande lavoura, onde recebia um pagamento sob a forma de salário.

Várias são as razões da existência desta relação de produção; em primeiro lugar, a já apontada necessidade de garantir a continuidade da produção, face a exigua rentabilidade da cultura. Intimamente ligado a esta questão, estaria a possibilidade de manter cativa uma oferta de força de trabalho, mesmo em épocas de crise, onde as atividades de subsistência se intensificavam. Este conjunto de fatores, aliados ao baixo nível técnico de produção agrícola, são os elementos fundamentais para a compreensão da forma de como se estruturava a produção. A respeito do nível técnico da produção, a passagem que se segue é bastante elucidativa.

"A rotação de terras constituía o sistema de culturas generalizado. Utilizava-se uma gleba durante o tempo corres

pondente ao número de "cortes" que, em função dos solos, o canavial permitia. Após o último corte, ficava o terreno em pousio durante alguns anos, cobrindo-se de capoeira, e nova área era cultivada. Mercê desse sistema de rotação dos campos cultivados, as terras de cultura de um engenho estavam sempre cobertas, em certas parcelas, pelos canaviais de várias idades (planta, soca, resoca, etc.) e, em outras parcelas, pelas capoeiras, também de várias idades. Geralmente a área coberta de capoeiras (inclusive capoeirões) era maior do que a ocupada pelos canaviais.³⁵

Estas características da produção, permitiam que, sob um regime de elevada concentração da propriedade das terras, coexistissem com a grande lavoura da cana, as pequenas explorações de subsistência, realizadas através dos moradores. Do ponto de vista da lógica interna da produção, estas relações eram compatíveis não só com o tipo de exploração da terra descrito anteriormente, como também com as exigências relativamente fracas de subordinação do trabalhador ao processo de trabalho. Esta idéia só pode ser compreendida, através de uma análise mais detalhada das várias categorias de moradores presentes na grande exploração.

Segundo o grau de subordinação ao processo produtivo da grande lavoura, estes moradores poderiam ser classificados em dois grupos distintos: os "moradores de condição" e os "trabalhadores de eito", ou "moradores". As diferenças entre estes dois tipos de trabalhadores, reduzia-se em essência a sua maior vinculação com a grande lavoura. Enquanto os primeiros possuíam "sítios" maiores, embora obrigados ao trabalho na grande lavoura, a baixo preço ou mesmo gratuitamente (cambão), os últimos trabalhavam a maior parte do tempo na exploração de cana-de-açúcar, a troco de salário, embora possuíssem também pequenas áreas para plantar subsistência. Há evidentemente uma variada gama de denominação para estes tipos de trabalhadores segundo as localidades da Zona da Mata; entretanto o que parece ser essencial, é entender o caráter da dependência em que se encontravam estes trabalhadores em relação à grande exploração. Esta entretanto, por não ter capaci

³⁵ Lacerda de Melo, Mário - O Açúcar e o Homem: problemas sociais e econômicos do Nordeste canavieiro. Recife. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1975 (Série Estudos e Pesquisas, 4) pág. 102.

dade suficiente para assumir integralmente os custos monetários da força de trabalho, concedia-lhe relativo grau de autonomia, utilizando-se de mecanismos extraeconômicos para a apropriação do trabalho excedente.

Esta autonomia alcançava o seu auge, no caso dos "foreiros", grupo de lavradores que arrendavam parcelas das grandes propriedades, pagando "foro" em dinheiro a título de renda da terra. Mesmo neste caso, apesar da maior independência deste grupo em relação à grande exploração, o peso dos senhores das terras se fazia sentir na exigência do trabalho gratuito por um certo período anual, 15 a 20 dias, o denominado "cambão" que estes foreiros se obrigavam a cumprir.

Esta classe de pequenos arrendatários se forma na região, a partir da crise secular da grande lavoura, que restringiu a possibilidade de cultivo da cana, nas terras mais distantes. Muitas vezes o grande proprietário decidia, ser financeiramente mais conveniente, parcelar as suas terras, arrendando-as a troco do fôro, passando a viver nas cidades. Neste caso, onde o absentismo do proprietário era patente, e onde tornava-se inviável a produção de cana, estes foreiros vieram a se constituir numa categoria que em muito se assemelhava a um campesinato independente.³⁶

Esta forma de organização da produção, denominada por muitos como o "sistema engenho", passa a se tornar obsoleta, a partir de uma série de modificações que atingem a lavoura canavieira a partir do início do século, e que vão se somando no sentido de preparar o surgimento de uma forma de produção mais avançada. Destas transformações, duas merecem um maior destaque: a implantação das usinas, e o controle e regulamentação da produção através do Estado. O significado mais geral destas transformações como pré-condições para o processo de mudança interna, reside de um lado, na concentração econômica da produção e de outro, na estabilização da demanda e dos preços.

³⁶ Ver a propósito dos foreiros. Garcia Jr, Afranio - Terra de Trabalho. Tese de Mestrado apresentada ao FPGAS/UFRJ. Rio de Janeiro, 1977.

O papel desempenhado pelo Estado a partir da criação do Instituto do Açúcar e do Alcool em 1933, é fundamental, pois resulta em última análise numa garantia da rentabilidade da exploração canavieira, possibilitando assim uma maior capitalização da produção. Esta intervenção, se faz no sentido de regulamentar a produção entre regiões (Nordeste e Centro-Sul), garantindo mercado estável para a produção que passa inclusive a ser regulada pela criação de quotas, tanto para as usinas como para fornecedores, além de subsidiar a produção do Nordeste, realizada em condições de menor produtividade. O estado toma o seu cargo por tanto uma tarefa, jamais conseguida pelo livre jogo das forças de mercado, que poderia ser resumida na criação de uma demanda estável, propiciando em decorrência, uma maior possibilidade de capitalização da produção.³⁷

Como outra face das transformações ocorridas, destaca-se a concentração da produção advinda da substituição dos velhos engenhos banguês, pelas usinas. Estes processo caminha lentamente, embora as usinas possuam em relação aos banguês, vantagens econômicas indiscutíveis, resultantes da maquinaria mais moderna, e da elevada escala de produção exigida. Entretanto o processo de destruição dos banguês e sua substituição definitiva pelas usinas, dura cerca de 70 anos, só vindo a se completar na década de 50, conforme afirma Manoel Correia de Andrade.³⁸

Em resumo são estas as duas condições mais gerais que permitem, uma radical transformação das relações de produção na região canavieira, e que tem como consequência, do ponto de vista do trabalhador rural, a sua proletarização radical, constituindo uma força de trabalho volante na região. Examinando mais

³⁷ Para uma descrição detalhada dos mecanismos de intervenção do Estado na produção canavieira, ver: Szmeccsányi, Tamás - Contribuição à Análise do Planejamento da Agroindústria Canavieira do Brasil. Tese de doutoramento apresentada do DEPE/Unicamp. 3 vols. Mimeografado. Campinas, 1976.

³⁸ Andrade, M. Correia de - A Terra e O Homem no Nordeste. Editora Brasiliense, São Paulo. 1973. A propósito dos mecanismos específicos de resistência dos banguês à usina ver: Gaacariní, J.C. - A economia do açúcar: processo de trabalho e processo de acumulação. In - O Brasil Republicano.

detidamente a questão, parece claro que a intervenção do Estado, ao garantir a rentabilidade da exploração, cria condições para que os proprietários, sejam usineiros ou fornecedores, passem a arcar com a totalidade dos custos monetários da reprodução da força de trabalho, tornando desnecessário recorrer a artifícios para desmonetarizar os salários.

Esta é entretanto uma condição mais genérica para o processo de transformação, sendo portanto necessário explicar, como, com base nesta pré-condição, se desenvolveram as mudanças, a partir da dinâmica interna das relações de produção. Tem sido comumente aceito, pelos estudiosos da região, que o elemento fundamental do processo de proletarização, se resume à "fome de terras" da lavoura canavieira, resultado da concentração fundiária exigida pelas usinas, bem como da necessidade de expansão da produção.

"Com a adoção de um sistema agrícola de caráter contínuo, a expansão da produção canavieira começou a se fazer mediante a supressão das áreas de pousio e o uso praticamente não interrompido do espaço cultivável. Também se fez em detrimento das reservas de mata. E, finalmente, foi sendo realizada à custa da diminuição e da supressão das áreas privativas onde os numerosos moradores e sitiantes mantinham pequenas lavouras e pequenas criações em forma de policultura de subsistência".³⁹

Privilegiar a necessidade de terras para a lavoura canavieira, como razão fundamental da destruição das lavouras de subsistência dos moradores, parece ser uma interpretação parcial do problema. É bastante provável que no caso dos "foreiros" que ocupavam maiores áreas e às vezes toda uma propriedade, a "fome de terras" da cana-de-açúcar tinha sido um fator fundamental para a sua expulsão, desde que, elevando-se a rentabilidade da cultura, a exploração direta pelo proprietário constituía-se melhor negócio do que o arrendamento. Entretanto do ponto de vista das várias ca

³⁹ Lacerda de Melo, Mário - O açúcar e o Homem ... op. cit. pág.104. A maioria dos trabalhos importantes sobre a região compartilham do mesmo ponto de vista; ver a propósito: Furtado, Celso - Dialética do Desenvolvimento, Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1960. Andrade, M.C. de - A Terra e Homem no Nordeste, op. cit. e Suarez, Maria Tereza S. de M. - Cassacos e Corumbas, São Paulo, Ática, 1977.

tegorias de moradores, submetidos ao controle da grande exploração, muito mais importante do que a necessidade de suas terras de lavouras de subsistência, parece ter sido a necessidade de sua maior subordinação ao processo produtivo da grande exploração. Em outras palavras, a maior necessidade de força de trabalho, resultante da expansão canavieira, se constitui num fator bem mais importante de restrição à relativa autonomia do morador. Tratava-se antes de mais nada, de eliminar qualquer possibilidade de obter o sustento através de outra atividade, que não a venda da força de trabalho. E é neste sentido que a existência do morador torna-se incompatível com o expansionismo da lavoura canavieira.

Os primeiros sintomas do processo de proletarianização, se fazem sentir no Nordeste, no período do pós-guerra. É na década dos 50, onde começam a aparecer mais frequentemente os conflitos de terras, aliás bastante localizados em áreas onde predominavam os foreiros. O surgimento de algumas associações de foreiros, embriões das Ligas Camponesas, se dá na década dos 50, em municípios como Vitória de Santo Antão em Pernambuco, zona de transição entre a Mata e Agreste, que do ponto de vista da cultura da cana, voltava a ser viável economicamente.

É justamente a partir da luta pela terra entre foreiros e grandes proprietários que se inicia o processo de proletarianização na Zona da Mata. Os dados da Tabela XVI, sobre a produção de subsistência dos moradores, mostra que durante a década dos 50, a produção particular dos moradores cresceu em termos absolutos, indicando portanto que o processo de proletarianização não atingia ainda esta categoria. Já a partir de 1960, é bastante claro o decréscimo deste tipo de produção, anunciando um processo de proletarianização em curso.

O processo de proletarianização deve ser entendido portanto como a síntese de várias transformações distintas: em primeiro lugar, como resultado de transformações externas, que garantindo a rentabilidade da cultura da cana, criam as pré-condições para a deflagração do processo. Em seguida, a maior necessidade de subordinação do trabalhador ao processo produtivo, elimina as outras formas de adquirir o sustento, que não a da venda da força

TABELA XVI
REGIÃO CANAVIEIRA⁽¹⁾
PRODUÇÃO PARTICULAR DO PESSOAL RESIDENTE NOS
ESTABELECIMENTOS
1950 - 1960 - 1970

ANOS	PRODUTOS				
	ARROZ	FEIJÃO	INHAME	MANDIOCA	MILHO
1950	82	3.248	594	76.447	6.426
1960	176	3.765	3.931	70.926	6.865
1970	94	888	3.539	64.635	1.208

FONTE: Censos Agrícolas 1950 e 1960.

Censo Agropecuário 1970.

(1) Exclui as microrregiões produtoras do Estado de Alagoas, em razão desta Tabela apresentar sérios erros de impressão, tornando-a ilegível.

de trabalho. Neste processo, criam-se as condições para a formação de uma superpopulação relativa, que conjuntamente com a incorporação de progresso técnico, vão possibilitar a proletarização radical do trabalhador, através do surgimento de uma força de trabalho volante, sem o menor vínculo com a terra, residindo na periferia das cidades e vilas do interior.

O início do processo de proletarização do trabalhador submetido à grande exploração, ou seja, o morador, se expressa nas crescentes restrições impostas pelo grande proprietário as culturas de subsistência. Destruição das árvores frutíferas, restrição da quantidade de terras possibilitando apenas o plantio das lavouras menos exigentes - como a mandioca - fazem parte de um mesmo processo que visa levar o trabalhador a se tornar cada vez mais disponível para o trabalho na cana. Reduzia-se assim, o morador, a um simples assalariado rural, na medida em que aceitava permanecer nos engenhos, enquanto parte dos mesmos migrava para os centros urbanos.⁴⁰

⁴⁰ Sobre o processo de proletarização do morador, e dos vários tipos de assalariados que configuram a nova força de trabalho. Ver: Sigaud, Lygia - Os Clandestinos e os Direitos. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da FFLCH/USP. São Paulo. 1977.

Durante os primeiros anos da década dos 60, a proletarização do trabalhador rural se acelera, tornando a questão do salário, no principal interesse da classe. A este respeito é bastante importante referir as formas concretas de luta social desenvolvida pelos dois grupos distintos, sobre os quais o processo incidia. Enquanto para os foreiros, a questão da terra parecia ter um sentido maior, sendo a principal questão colocada pelas suas organizações isto é, as Ligas Camponesas, para os moradores que se proletarizavam, a questão salarial ocupava o foco das suas atenções.

Transformado num assalariado puro, o morador, via-se obrigado a trabalhar sob a supervisão de um "cabo do eito", que lhes definia tarefas a serem cumpridas, correspondendo estas tarefas a um determinado salário. Evidentemente que a fixação das tarefas, permitia sempre que o trabalhador fosse espoliado. É justamente em torno desta questão que as principais organizações dos trabalhadores desenvolvem a sua luta, e que tem como coroamento o surgimento do famoso "Acordo do Campo" realizado em 1963. Neste acordo, os principais Sindicatos Rurais, em negociação com a associação patronal e sob a mediação do Governo do Estado de Pernambuco, procuraram unificar as várias medidas utilizadas no trabalho por tarefa, transformando-as em horas de trabalho correspondentes. Ou seja, a partir da extensão da legislação trabalhista ao campo, através do Estatuto do Trabalhador Rural, define-se o salário mínimo com a remuneração a ser paga aos trabalhadores. Em seguida calcula-se a diária a ser paga, por 8 horas de trabalho diário, estabelecendo-se a equivalência entre estas horas de trabalho e as diversas tarefas produtivas. O Quadro I, reproduz na íntegra, o documento do "Acordo do Campo".

QUADRO I

PROPOSTA CONJUNTA DAS TABELAS DAS TAREFAS DO CAMPO

-
- I. Os representantes dos produtores de cana-de-açúcar e do açúcar de um lado, a da Federação dos Trabalhadores Rurais, Sindicatos autônomos e Ligas Camponesas de outro, com a presença do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, e Delegado de Trabalho, assessorados pelo Secretário Assistente em Exercício

cio, concordaram em apresentar aos demais membros das respectivas categorias, a presente tabela conjunta que abaixo vai transcrita:

- II. A medida para todo o Estado será a braça de 2,20.
 III. Por "CONTA" entende-se a área de 10 braças por 10.
 IV. Para efeito da elaboração desta tabela, foi tomada como norma, a jornada de trabalho de oito (8) hora por dia, conforme preceituam as Leis Trabalhistas na boa execução do serviço, de acordo com os usos locais.

TABELA

ROÇAGEM

FRACA	-	1,5 Contas
MÉDIA	-	1,0 Conta
DIFÍCIL	-	0,5 Conta

ENCOIVAÇÃO

FRACA	-	2 Contas
MÉDIA	-	2 Contas
DIFÍCIL	-	1 Conta

REVOLVIMENTO DE TERRA COM ARADO

Diária ou produção, por entendimento

PLANTIO DE ESTOURO

Diária ou produção, por entendimento

SUCAGEM COM BOI

Diária ou produção, por entendimento

LIMPA DE SULCO

CHALEIRA OU LAMBAIO - Diária ou produção, por entendimento.

COBERTA DE SULCO

MEIA TERRA	-	1,5 a 2,0 Contas
TODA TERRA	-	1,0 a 1,5 Contas
LIMPANDO	-	1,0 (variando, para menos, dependendo das condições do serviço).

CAVAGEM DE ENXADA

TERRA CULTIVADA	-	250 braças corridas
CAÇEIRÃO	-	150 braças corridas
CAVAGEM DE SULCO	-	50 braça corridas no terreno duro

CORTE DE SEMENTE

Diária ou produção, por entendimento

DESPALHA DE CANA (Sem retoque) 3,0 Contas

ADUBAÇÃO DE SOCA INCLUINDO CAVAGEM

Diária ou produção, por entendimento

TRANSPORTE DE SEMENTE E ADUBO

Diária ou produção, por entendimento

LIMPA DE CANA

Variável de 0,30 a 2,0 de acordo com as condições de serviço.

TRANSPORTE DE CANA (Moagem)

Diária ou produção, por entendimento

LIMPA COM CULTIVADOR

Diária ou produção, por entendimento

ENCHIMENTO DE CARRO

CONDUÇÃO - Por animais ou tração animal - 10 toneladas - Cr\$ 50,30

CAMINHÃO E TRATOR - 5 toneladas - Cr\$ 100,60

REBOLADOR

Diária ou produção, por entendimento

DOSADOR OU IMUNIZADOR (Devendo usar luvas)

Diária ou produção, por entendimento

SEMEIO DE ADUBO OU CANA EM SULCO

TERRENO ACIDENTADO - Onde o boi não pode ir 900 braças corridas.

TERRENO PLANO OU INCLINADO - 1.200 braças corridas

GRADEAÇÃO

Diária ou produção, por entendimento

MOAGEM CORTE DE CANA

BOA - 200 feixes de 20 canas cada

MÉDIA - 150 feixes de 20 canas cada

FRACA - 100 feixes de 20 canas cada

Ordem de 1,20 sendo 10 pedaços de 1,20 e 10 menores que possam ser amarrados pelos dois atilhos.

FORMAS DE MOAGEM:

Por cana boa de cortar - entende-se a cana fina em terreno limpo.

Por cana média - entende-se a cana grossa - (POJ) ou com mato.

Por cana fraca - entende-se com bastante mato ou falhada.

Nos casos especiais entendimento ou diária, inclusive corte por tonelada.

Por canas queimadas, em casos fortuítos, esta tabela deve ser aumentada em 20%.

Quando a queima da cana for realizada por determinação do proprietário, não haverá o aumento dos 20% acima citado.

NORMAS ESPECIAIS:

- I.. Em todo serviço, por produção, quando o material não chegar às mãos do trabalhador, sem ser por sua responsabilidade, este passará a perceber por diária.
- II. Ficarão vetados quaisquer descontos sobre o salário do trabalhador que não se enquadrem na Lei.
- III. Fica determinado que os Sindicatos representante das classes trabalhadoras e patronais, assim como o Governo do Estado, se empenharão junto aos poderes federais no sentido de que, a Previdência Social passe a funcionar objetivamente em benefício do trablhador, e, imediatamente.
- IV. Toda vez que não se chegar a um acordo quanto à classificação dos serviços da tabela acima estipulada, será executada na diária. Essa opção por parte do trabalhador só poderá ser feita na ocasião do início do serviço.
- V. Ficam permitidas modalidades além da tabela, desde que haja acordo entre as partes.
- VI. Os plantadores de cana, para efeito do pagamento do feriado remunerado, em toda zona canavieira, reconhecem os seguintes: Sexta-feira da Paixão, Corpo de Deus, Ascensão do Senhor, o Dia do Padroeiro do Município, o da emancipação municipal ou outro dia, a ser combinado e os 24 e 29 de junho, além dos nacionais que são os seguintes: 1º de janeiro, 21 de abril, 1º de maio, 7 de setembro, 15 de novembro e 25 de dezembro, salvo lei em contrário.
- VII. Concordaram para que em cada engenho haja um representante do Sindicato, devidamente credenciado, trabalhador residente no engenho, sendo o mesmo substituído pelo Sindicato nos casos de incompatibilidade pessoal comprovada.
- VIII. Os plantadores de cada ficam obrigados a fornecer luvas ao envenenador e os semeadores de cana, quando fizerem o tratamento fito-sanitário.

ASSINATURAS

1. MIGUEL ARRAES DE ALENCAR
(Governador do Estado)
2. ENOCH MENDES SARAIVA
(Delegado do Trabalho)
3. MANOEL GONÇALO FERREIRA
(Presidente da Federação dos Sindicatos Rurais)
4. ADAUTO FERREIRA DA CRUZ
(p/Ligas Camponesas)
5. ANTÔNIO GUEDES DA SILVA
(Presidente do Sindicato Rural de Igarassu)

6. ANTONIO CASTRO CERQUEIRA
(p/Sindicato dos Empregados da Cana em Pernambuco)
7. JOSÉ EVANGELISTA NEPAMUCENO
(Jaboatão)
8. JOAQUIM CAMILO DE SANTANA
(Moreno)
9. JÚLIO SANTANA
(p/Sindicato Rural de Barreiros, Serinhaém e Rio Formoso)
10. MANOEL FÉLIX DA SILVA
(p/Sindicato Rural de Palmares, etc)
11. FERNANDES MENDONÇA FILHO
(Secretário Assistente em exercício)
12. RENATO BEZERRA DE MELO
(Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar)

FONTE: Jornal Última Hora, 7/9/63.

O Acordo do Campo, representa sem dúvida a grande vitória dos trabalhadores da cana, durante a época de intensas agitações sociais no início da década dos 60. Entretanto, posteriormente a 1964, o desmantelamento dos organismos representativos dos trabalhadores, permite, o uso por parte dos grandes proprietários rurais, da diversidade dos tipos de trabalhadores, e da complexidade e diferenciação das tarefas agrícolas, para a elevação da taxa de exploração sobre a força de trabalho.

De uma maneira geral, o processo de proletarização implicou na segmentação da força de trabalho em dois grupos básicos: os de "dentro", ou seja trabalhadores permanentes, residindo nos engenhos, e os "de fora" ou cladestinos, trabalhadores volantes, residindo nas periferias das cidades": ... isso permite a segmentação da força de trabalho e a manipulação das condições de trabalho, de tal forma que, sem que se alterasse o processo de trabalho, mas apenas diferenciando as condições em que era executado, os proprietários conseguiram forçar o aumento da intensidade de trabalho dos dois segmentos e com isso aumentar o

valor produzido pelo trabalho",⁴¹

Antes de descrever mais concretamente como o proprietário se utiliza da segmentação da força de trabalho, caberia fazer referência ao desenvolvimento do processo de proletarização. Antes de mais nada, é perfeitamente lógico admitir como hipótese que o processo de proletarização tenha decorrido da formação de uma superpopulação relativa na zona canavieira, superpopulação esta, fruto da maior subordinação ao processo produtivo, dos antigos moradores. Enquanto morador, o trabalhador dedicava em média, metade do seu tempo às culturas de subsistência, que ocupava ainda sua mulher e filhos menores. Sua transformação em assalariado puro, implicou portanto, no mínimo, na duplicação do tempo de trabalho disponível para a cultura da cana-de-açúcar. Isto se considerarmos a intensidade do trabalho constante e a não participação do restante da família como força de trabalho, o que certamente não ocorreu.

É justamente por contar com uma super oferta de trabalho, resultado das transformações descritas anteriormente, e também em razão da destruição das associações representativas dos trabalhadores, que os grandes proprietários tomam a iniciativa de dispensar os moradores, que passam a residir nas cidades da região. Argumenta-se que o Estatuto do Trabalhador Rural, ao encarcerar a força de trabalho, teria sido a principal razão para que os proprietários quebrassem os vínculos empregatícios com os trabalhadores, procurando assim se eximir do pagamento das obrigações sociais. Está claro, que esta interpretação é bastante parcial, desde que, só foi possível eliminar os vínculos empregatícios, por razões mais profundas como a existência de uma superpopulação relativa, que garantia a qualquer tempo e sob qualquer tipo de condições, a existência de uma oferta de força de trabalho adequada - isto é, em quantidade suficiente e a baixo preço - para o trabalho na lavoura canavieira.

Os dados da Tabela XVII, sobre a repartição urbano-rural da população da região canavieira, a partir de 1950, pos

⁴¹ Sigaud, Lygia - Os Clandestinos e os Direitos, op. cit.

sibilitam identificar a década dos 60, como a da intensificação da proletarização. A partir desta data, não só a população urbana cresce mais do que a rural, como também, esta última decresce em termos absolutos. Os dados de crescimento da população urbana

TABELA XVII
REGIÃO CANAVIEIRA
POPULAÇÃO TOTAL SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO
1950 - 1960 - 1970

ANOS	POPULAÇÃO					
	TOTAL	NÚMERO	% DO TOTAL	NÚMERO	% DO TOTAL	
1950	2.588.232	1.241.130	48,5	1.317.102	51,5	
1960	3.348.317	1.940.887	58,0	1.407.430	42,0	
1970	4.264.930	2.883.308	67,6	1.381.662	32,4	

FONTE: Censos Demográficos - 1950, 1960 e 1970.

na região canavieira, antes de revelarem um maior dinamismo do crescimento urbano, representam uma transferência dos trabalhadores rurais para a periferia das cidades, ou seja, o próprio processo de desruralização do trabalhador que continua vinculado ao trabalho agrícola.

Isto posto, caberia examinar agora, o que representa o processo de proletarização do trabalhador, tanto do ponto de vista das várias categorias de trabalhadores, ou seja, no que diz respeito às condições de trabalho e remuneração; quanto do ponto de vista da organização da produção. Desde logo é possível adiantar a conclusão de que o processo de proletarização implicou numa piora sensível das condições de vida e trabalho da maioria dos trabalhadores. Por outro lado, do ponto de vista da organização, na medida em que este processo abriu um espaço para a capitalização da produção, intensificou-se, e mais ainda tor-

nou-se irreversível a proletarização.

Um dado que merece uma explicação minuciosa, diz respeito à elevada expansão da produção de cana a partir de 1950. Entre esta data e o ano de 1973, a quantidade colhida de cana mais que duplicou. Simultaneamente, o pessoal ocupado na área aumentou apenas 1,2 vezes, entre 1950 e 1970.⁴² Mais ainda, a partir de 1960, enquanto a produção de cana, continua crescendo - aumentando cerca de 26% entre 60/64 e 70/73 - o pessoal ocupado na agricultura da região canavieira diminui em termos absolutos.⁴³

A explicação para este aumento da produção por pessoa ocupada, deve ser buscada em dois fenômenos distintos: em primeiro lugar, na intensificação da exploração da força de trabalho, resultado da maior subordinação do trabalhador ao processo produtivo, ou seja, à proletarização do morador e à possibilidade de lhe extrair maior sobre-trabalho. Em segundo lugar à crescente incorporação de novas técnicas que embora descontínuas, sem abarcar o processo produtivo por inteiro, constituiu-se em fator importante na elevação da produção por homem ocupado.

A propósito do processo de proletarização e da possibilidade de intensificação da exploração da força de trabalho, explorando a sua segmentação, a passagem a seguir é bastante esclarecedora.

"Dentro do engenho estão os moradores, que, como vimos, são hoje praticamente trabalhadores assalariados permanentes residentes nos domínios do engenho ... Este contingente de trabalhadores supre as necessidades mínimas de mão-de-obra do engenho, e faz frente a trabalhos mais difíceis. Isto é necessário porque o trabalhador temporário "de fora" do engenho, sendo mais

⁴² A produção de cana, passa de cerca de 10.000.000 de toneladas no quinquênio 50/64, para aproximadamente 21.000.000 de toneladas no quadriênio 70/73. Dados extraídos das Séries Estatísticas Agropecuárias. Ministério da Agricultura Suplan. 1976.

⁴³ Segundo os Censos Agrícola e Agropecuário, o total do pessoal ocupado na agricultura da região canavieira era o seguinte: em 1950, 356.498; em 1960, 469.501; e em 1970, 428.466. Para a distribuição deste total entre as várias categorias de força de trabalho ver a Tabela XIX.

livre para mudar de local de trabalho, não aceitaria trabalhar em tarefas que não lhe dessem razoável ganho, já que ganha por produção. O morador atual, apesar de geralmente ter carteira assinada, sofre ainda pressão extraeconômica, pois deve aceitar todo o trabalho que lhe é dado sob pena de ser demitido por justa causa e perder seus direitos trabalhistas. Assim, por exemplo, quando antes cortava cana por cento, corta agora por tonelada. Ora, como lhes são dadas áreas mais difíceis de trabalhar e com canas geralmente mais leves, o morador é obrigado a dispender maior esforço que o trabalhador "de fora". Como trabalhador "fichado" (com carteira assinada), o morador tem direito ao salário mínimo; porém a organização do trabalho age no sentido de neutralizar essa vantagem: o morador ganha geralmente por produção. Assim a 1/30 do salário mínimo, corresponde uma determinada tarefa. Como a tarefa é geralmente estabelecida tendo como parâmetro uma produtividade acima da média, como já citamos, torna-se difícil para o morador ganhar o salário mínimo. Este tipo de manobra mantém a média dos moradores trabalhando ao máximo de sua capacidade física".⁴⁴

O novo sistema de relações de trabalho, leva também ao máximo a exploração da força de trabalho volante ou trabalhadores "clandestinos", nome pelo qual são conhecidos na região. Estes só conseguem trabalho, através do empregador, intermediário entre o senhor de engenho e/ou usineiro e a massa de trabalhadores volantes. Os trabalhos são quase sempre contratados com o empregador, que em seguida arregimenta a força de trabalho, que é paga em geral por produção. Como consequência, os trabalhadores não mantêm vínculo empregatício com os proprietários de terra, que pagam ao empregador o valor contratado pelo total da tarefa a ser cumprida. Em geral, calcula-se um percentual (5 a 10%) sobre o montante que corresponderia ao pagamento de salários, percentual este que deveria se constituir na remuneração do empregador. Na prática, como os vínculos com a força de trabalho (vínculos pessoais, pois não existe vínculos trabalhistas), são mantidos via empregador, este tenta comprimir ao máximo a parte

⁴⁴ Carneiro, Ricardo e Cabral, Pedro Eugênio T. - As transformações recentes na agricultura do Nordeste. Texto para Discussão nº 66 CME/PIMES. Recife, 1978. Mimeografado.

que caberia aos trabalhadores, a fim de aumentar a sua remuneração.

Do ponto de vista do proprietário, a contratação do trabalhador volante é ainda mais vantajosa, pois além de se eximir do pagamento das obrigações trabalhistas, dá margem à aproveitar também do caráter específico do trabalho temporário: " O trabalhador de fora, geralmente chamado de clandestino (pois não tem carteira assinada) trabalha também por produção, mas no caso do corte, por exemplo, como o engenho tem a opção de dar aos moradores as áreas piores, ao pessoal de fora a quem cabe exatamente as canas melhores (de maior peso) paga-se por cento. Note-se que quanto aos clandestinos, já que não têm carteira assinada, o valor da tarefa não refere-se ao salário mínimo, mas é determinado no mercado. Como para o trabalhador temporário é muito incerta a possibilidade de emprego futuro, este esforça-se também ao máximo, mesmo que seu salário, por contingências de mercado, esteja acima do mínimo. É assim que vários trabalhadores conseguem realizar mais que a tarefa diária.⁴⁵

Em linhas gerais, o que se pretendeu mostrar com estas descrições, é que o aumento da produção por homem ocupado, nada mais foi do que um dos aspectos do processo de proletarianização, que, ao implicar numa maior subordinação do trabalhador ao processo produtivo da grande exploração, acarretou, de um lado uma realocação da força de trabalho, concentrando-a na produção de cana, e de outro, uma intensificação do trabalho, aumentando portanto a produção por trabalhador ocupado.

Há que se destacar ainda, que o processo de proletarianização não explica por si só, a elevação da produção por homem ocupado. A incorporação de progresso técnico na cultura da cana, embora, de uma forma restrita e desigual, constitui-se num fato inegável. Do ponto de vista da produção por hectare, há um aumento de cerca de 20% entre o quinquênio 50/54 e o quadriênio

⁴⁵ Carneiro, Ricardo e Cabral, Pedro Eugênio T. - As transformações recentes na agricultura do Nordeste. op. cit.

70/73,⁴⁶ A capitalização da produção agrícola na região canavieira pode também ser deduzida da análise da composição das despesas de produção, ao longo das últimas décadas. Fica patente pelos dados da Tabela XVIII, o peso crescente das despesas de

TABELA XVIII
REGIÃO CANAVIEIRA
COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS DE PRODUÇÃO (%)
1950 - 1960 - 1970

CATEGORIA DE DESPESA ANOS	SALÁRIOS ⁽ⁱ⁾	PARCERIA E ARREN- DAMENTO	INSUMOS PARA A LAVOURA	INSUMOS PARA A PECUÁRIA	JUROS E DESPESAS BANCÁRIAS	IMPOSTOS E TAXAS	OUTROS
1950	72,1	3,7	8,9	-	-	2,8	13,0
1960	67,9	6,5	12,0	4,0	-	-	9,6
1970	54,0	3,5	15,0	6,4	2,8	10,7	7,6

FONTE: Censos Agrícolas, 1950 e 1960.
Censo Agropecuário 1970.

(i) Em 1970, somou-se aos Salários os Serviços de Empreitada.

produção típicas de uma agricultura capitalizada. Este fenômeno se expressa também no decréscimo da participação relativa dos salários, com o crescimento correspondente da participação dos Insumos Modernos.

Sobre o processo de incorporação do progresso técnico na agricultura canavieira, caberia acrescentar ainda, alguns comentários sobre a sua natureza desigual. Considerando-se aproximadamente as etapas do processo produtivo, como: Plantio, Tratos Culturais e Colheita, pode-se afirmar que o progresso técnico atingiu basicamente as duas primeiras etapas, deixando quase in

⁴⁶ Os rendimentos por hectare a partir de 1950, são; segundo as Séries Estatísticas Agropecuárias do Ministério da Agricultura, Suplan; os seguintes: 1950/54, 34,9 ton/ha; 1955, 39,9 ton/ha; 1960/64, 42,5 ton/ha; 1965/69, 44,7 ton/ha e 1970/73, 45,8 ton/ha.

tocada a última.

A razão deste fenômeno reside na maior dificuldade de mecanização da colheita, que além dos elevados investimentos exige uma mudança radical no sistema de plantio e de tratamentos culturais, além de não ser viável em terrenos de topografia pouco acidentada. Assim é que em consequência, a agricultura canavieira do Nordeste, tem incorporado bastante progresso técnico nas duas primeiras etapas do processo produtivo, no que se refere à adubação, uso de herbicidas, forma de plantio, e ainda no transporte da matéria prima. Entretanto por não conseguir introduzir novas formas de colheita do produto, a lavoura canavieira, cria uma demanda por força de trabalho extremamente desequilibrada.⁴⁷

Quais as implicações sobre o processo de proletarização que tem o acentuamento da demanda desigual por força de trabalho na lavoura canavieira?⁴⁸ Desde logo, convém frisar que este fenômeno implica numa agudização do processo de proletarização, na medida em que a elevada discrepância entre a demanda de força de trabalho nas várias etapas do processo produtivo torna mais vantajoso para o proprietário, a contratação de trabalhadores temporários. Estas transformações se refletem na composição do pessoal ocupado segundo as várias categorias como mostra a Tabela XIX.

Um primeiro aspecto já ressaltado anteriormente, diz respeito ao decréscimo absoluto da força de trabalho total ocupada na região canavieira, fenômeno este explicado pelo próprio processo de proletarização e pela introdução de novas técnicas. O único dado expressivo que é diretamente comparável nos três anos censitários é o dos Assalariados Permanentes. Entretanto para os anos de 1960 e 1970, devem ser computados nestas cate

⁴⁷ O mesmo fenômeno foi percebido para a região canavieira de São Paulo por Graziano da Silva, F. - O Boia Fria entre as pas e com os pingos nos Is. Botucatu, 1977. Mimeografado.

⁴⁸ Viagem de campo realizada no início do ano de 1978 a algumas usinas de Pernambuco, em plena moagem, permitiu estabelecer a proporção entre o número de trabalhadores empregados na colheita e nos demais períodos do processo produtivo como sendo de 4:1.

gorias, pessoal ocupado de Outra condição, que são segundo o Censo, os agregados e moradores dos grandes estabelecimentos. Isto posto, pode-se concluir que a partir de 1960, parece ficar suficientemente claro o processo de proletarização dos moradores que

TABELA XIX
REGIÃO CANAVIEIRA
PESSOAL OCUPADO POR CATEGORIA
1950 - 1960 - 1970

ANOS CATEGORIAS	1 9 5 0		1 9 6 0		1 9 7 0	
	NÚMERO	%	NÚMERO	%	NÚMERO	%
- Familiar	90.416	25,3	172.358	36,8	277.719	53,3
- Ass. Permanente	133.735	37,6	103.179	22,0	94.072	22,9
- Ass. Temporários	125.602	35,2	166.938	35,5	100.819	23,5
- Parceiros	6.745	1,9	3.056	0,6	728	0,1
- Outra Condição	-	-	23.970	5,1	5.128	1,2
T O T A L	356.498	100,0	469.501	100,0	428.466	100,0

FONTE: Censos Agrícolas, 1950 e 1960.
Censo Agropecuário 1970.

se reflete na diminuição drástica dos assalariados permanentes.

No que se refere às outras duas categorias de trabalhadores de maior peso na região canavieira, a Familiar e a dos Assalariados Temporários, as datas de referência distintas dos censos não permitem uma comparação direta, ou mais precisamente, uma análise da variação quantitativa destas duas categorias. Entretanto, algumas conclusões indiretas podem ser extraídas dos dados: em primeiro lugar é patente a diminuição progressiva do trabalhador assalariado permanente "ou morador". Em segundo lugar, a existência de uma força de trabalho temporária é conclusão inevitável de toda a análise realizada neste capítulo. Em que medida esta força de trabalho temporária está constituída apenas

por trabalhadores volantes ou proletários rurais, ou pelo contrário constituiu-se também de trabalhadores sazonais, provenientes de minifúndios, é uma questão a ser investigada.

A partir dos dados censitários torna-se impossível distinguir, dentro da força de trabalho temporária, quais os trabalhadores volantes e quais os sazonais. É impraticável também, localizar na força de trabalho familiar a percentagem que se assalaria temporariamente. A única indicação da presença do trabalhador sazonal, proveniente dos minifúndios no trabalho da cana, só pode ser deduzida a partir da análise do crescimento dos pequenos estabelecimentos na região canavieira.

A presença de trabalhadores sazonais; provenientes do Agreste, os chamados "corumbas"; nos trabalhos do corte da cana, é fato amplamente documentado na literatura sobre a região canavieira.⁴⁹ Segundo a maioria dos autores, este tipo de trabalhador sazonal, proveniente das pequenas propriedades policultoras do Agreste, representaria, o maior contingente de trabalhadores sazonais ocupados no corte da cana. Entretanto, estudos recentes tem apontado para uma perda de significação cada vez maior deste tipo de migrante sazonal, restando portanto indagar de onde provêm a maioria dos trabalhadores sazonais que se ocupam do corte da cana em épocas de safra.⁵⁰

Os dados sobre a expansão do pequeno estabelecimento na região canavieira, permitem levantar a hipótese de que a grande maioria destes trabalhadores, provenham justamente dos minifúndios da região. A Tabela XX mostra a evolução dos pequenos estabelecimentos na área, a partir de 1950. É espantosa, a multiplicação do número destes minifúndios, que é tanto maior quanto menor é a sua área. O aspecto entretanto que merece maior destaque é a proliferação dos micro-estabelecimentos de menos de 2 hectares, cuja área média decresce a partir de 1960.

⁴⁹ Ver por exemplo: Andrade, M.C. - A Terra e O Homem no Nordeste, op. cit. e Lacerda de Melo, Mário - O Açúcar e o Homem. op. cit.

⁵⁰ A propósito da extinção do "corumba", como trabalhador assalariado sazonal na cana de açúcar, ver: Suarez, Maria Tereza de M. - Cassacos e Comrumbas, op. cit.

TABELA XX
REGIÃO CANAVIEIRA
EVOLUÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE < 10 HECTARES
1950 - 1960 - 1970

GRUPO DE ÁREA (ha)	1 9 5 0			1 9 6 0			1 9 7 0		
	NÚMERO DE ESTABEL	ÁREA OCUPADA	ÁREA MÉDIA (ha)	Nº DE ESTABEL	ÁREA OCUPADA	ÁREA MÉDIA (ha)	Nº DE ESTABEL	ÁREA OCUPADA	ÁREA MÉDIA (ha)
Menos de 2	12.700	12.820	1,01	18.227	21.621	1,14	31.994	28.686	0,89
2 a 5	13.968	63.957	2,60	21.458	63.957	2,98	26.399	76.792	2,90
5 a 10	5.617	35.849	6,38	6.978	44.687	6,40	10.706	72.201	6.74
T O T A L	32.285	85.024	2,63	47.263	130.265	2,76	69.099	177.685	2,57

FONTE: Censos Agrícolas, 1950 e 1960.
Censo Agropecuário 1970.

Até o início da década dos 60, o elevado número de pequenos estabelecimentos poderia ser explicado pela existência de grande quantidade de foreiros. A partir desta data entretanto, o desaparecimento desta categoria de arrendatários não afeta o crescimento do número dos pequenos estabelecimentos. Ou seja, apesar da redução drástica dos pequenos estabelecimentos que ocorre a partir de 1960, em função do desaparecimento dos foreiros, tanto o número quanto a área destes continua a se expandir, embora a um ritmo menor.

Tem-se sugerido que a expansão destes pequenos estabelecimentos se deveria em grande parte ao surgimento de granjas, em alguns municípios mais próximos aos centros urbanos. No caso específico de Pernambuco o que se observa entretanto é que o aumento destes estabelecimentos encontra-se distribuído por todos os municípios da Zona da Mata, concentrando-se grande parte do acréscimo, na Mata Seca Pernambucana, região onde a presença de pequenos proprietários de terra sempre se mostrou relativamente -

mais importante.⁵¹ Mais ainda, tem-se mostrado que estes pequenos estabelecimentos que em sua grande maioria não são produtores de cana-de-açúcar, cumprem um papel importante no abastecimento das feiras livres dos centros urbanos menores. De certa maneira, pode-se-ia afirmar que a produção das tradicionais culturas de subsistência nestas pequenas explorações, substitui a produção que outrora era realizada pelos moradores nas grandes propriedades.⁵²

Por fim, cabe registrar que a força de trabalho sazonal que trabalha na cana-de-açúcar, provém em grande parte destes estabelecimentos. Esta conclusão pode ser inferida a partir das seguintes constatações: diminuição do número de "corumbas" apesar da crescente necessidade de força de trabalho sazonal na lavoura canavieira; predominância das lavouras temporárias do curto ciclo nos pequenos estabelecimentos; exiguidade de terras nas pequenas explorações - inclusive com a diminuição da área média nos estabelecimentos de menor de 2 hectares - que não permite a ocupação de toda a força de trabalho familiar. Não seria portanto exagero afirmar que a partir da constatação de que a força de trabalho volante tende muito mais facilmente a migrar, o pequeno estabelecimento tende a desempenhar um papel cada vez mais crucial no fornecimento da força de trabalho para a exploração canavieira.

⁵¹ Ver a propósito: Carneiro, Ricardo e Cabral, Pedro Eugênio - As Transformações Recentes na Agricultura do Nordeste. op. cit.

⁵² Sobre as feiras livres nas cidades da Zona da Mata pernambucana e o papel deste tipo de produção ver: Herédia, Beatriz M.A. de - La Morada, de la Vida. Tese de Mestrado apresentada ao PPGAS/UFRJ. Rio de Janeiro, 1977.

CAPÍTULO 6

A REGIÃO DO GADO-POLICULTURA

A caracterização econômica da região gado-policul- tura, em termos das atividades predominantes, apresentada no início da Parte II deste trabalho, omite informações importantes sobre a organização social da produção. Assim, seria importante levar em consideração que tanto a pecuária quanto as tradicionais cultu- ras industriais, são atividades quase que exclusivas da grande pro- priedade, enquanto que as tradicionais "culturas de subsistência" e a policultura alimentar, concentram-se nas pequenas e médias ex- plorações. Está claro que esta é uma caracterização genérica e li- mitada aos anos recentes, admitindo portanto, variações não só temporais mas também espaciais.

TABELA XXI

REGIÃO DO GADO-POLICULTURA
 ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS SEGUNDO O ESTRATO
 DE ÁREA
 1972

ESTRATOS DE ÁREA PRODUTOS	0 - 10			10 - 100			100 +		
	ÁREA COLHIDA (ha)	REL (1)	REL (2)	ÁREA COLHIDA (ha)	REL (1)	REL (2)	ÁREA COLHIDA (ha)	REL (1)	REL (2)
Algodão	25.124	7,2	8,6	119.848	14,9	41,0	147.395	23,4	50,4
Agave	3.742	1,1	4,2	35.189	4,4	40,0	49.068	7,8	55,8
Cana-de-Açúcar	949	0,3	2,7	6.456	0,8	18,2	27.990	4,4	79,1
Fumo	7.285	2,1	41,4	8.884	1,1	50,5	1.413	0,2	8,1
Côco-da-Bahia	449	0,1	12,7	910	0,1	25,8	2.165	0,3	61,5
Feijão	100.853	29,2	22,5	234.120	29,1	52,4	112.200	17,8	25,1
Mandioca	90.183	26,0	39,2	95.894	11,9	41,7	43.966	7,0	19,1
Milho	93.130	26,8	20,2	224.155	27,9	46,7	143.193	22,7	33,1
Banana	7.369	2,1	27,4	13.799	1,7	51,3	5.728	0,9	21,3
Fava	2.581	0,7	11,9	6.973	0,9	32,3	12.068	1,9	55,8
Outros	15.336	4,4	9,7	57.491	7,1	36,3	85.739	13,4	54,0
TOTAL	347.001	100,0	X	803.720		X	630.946		X

FONTE: INCRA. Estatísticas Cadastrais/2 - 1972.

(1) Percentagem da área colhida do estrato.

(2) Percentagem do total da área colhida do produto em todos os estratos.

Os dados da Tabela XXI sobre a distribuição dos principais produtos agrícolas por estrato de área, mostram uma elevada concentração das tradicionais lavouras de subsistência - feijão, milho e mandioca - nas pequenas explorações de menos de 10 hectares. A diversificação da produção nestes estabelecimentos é mínima, sendo o algodão a única cultura industrial que possui alguma expressão. A medida que aumenta o tamanho das propriedades, a produção se diversifica, e já no estrato que compreende em linhas gerais as médias propriedades, nota-se uma maior participação das culturas industriais. Nas grandes propriedades, embora a pecuária seja a atividade predominante, constata-se uma elevada diversificação de culturas. Entretanto, tanto neste grupo de área, quanto no anterior, a presença das culturas de subsistência ainda é bastante expressiva. Como explicação para este fenômeno haveria que se considerar duas hipóteses distintas: poder-se-ia tomar como verdadeiro que o caráter da produção destas culturas difere segundo o tamanho da propriedade; enquanto nas menores, constituem-se como atividades de autoconsumo, à medida que aumenta o tamanho, tornam-se atividades essencialmente mercantis. Contrariamente, poder-se-ia admitir que a presença destas lavouras nas médias e grandes propriedades, expressam a manutenção de relações de produção arcaicas, ou seja, expressam a produção de subsistência realizada por moradores de grandes explorações voltadas para as culturas industriais de exportação.

Sobre estas hipóteses seria importante destacar que embora as tradicionais culturas industriais ainda mantenham uma certa expressão nas grandes propriedades, a pecuária acentua com o tempo o seu caráter de atividade principal. Assim é que em 1950, 32% das terras da região eram dedicadas às pastagens, aumentando este percentual para 43% em 1960 e 48% em 1970.⁵³ Estes dados já permitem inferir que ao nível das grandes propriedades, onde se concentra a pecuária, relações de produção derivadas da grande lavoura tradicional, não aparecem como um aspecto de destaque. Ao contrário, são as relações de produção derivadas da atividade pecuária que merecem um estudo mais detalha

⁵³ Para os dados completos de Utilização das Terras na região do Gado-Policultura ver a Tabela XXI.

do. Sobre a pequena exploração, onde predominam as culturas de subsistência, o aspecto principal a ser estudado é a possível diferenciação existente ao nível destas pequenas explorações, ou seja em que medida está existindo um tipo de pequena propriedade de cuja produção busca essencialmente o mercado, em contraposição àquela cujo objetivo fundamental é a produção de subsistência.

Isto posto, caberia deixar de lado por enquanto, os aspectos secundários desta região, e centrar o estudo nas suas transformações, principais. No que se refere à pecuária, cabe destacar que esta constituiu-se na atividade econômica que justificou o próprio povoamento da região, sendo por longo período a única atividade comercial. A lavoura só ganha importância a partir dos séculos XVIII e XIX, com o surto algodoeiro. Mesmo assim, a característica instabilidade do mercado internacional, principal comprador do algodão nordestino até os anos 50 deste século, nunca permitiu que este produto se constituísse como principal nesta sub-região do Nordeste. Só mais recentemente, com a ampliação do mercado urbano, é que a policultura de alimentos, constituiu numa atividade comercial de importância, seguindo-se à pecuária como atividade de maior expressão.

Esta breve caracterização, serve para delimitar o ponto de partida da análise sobre as transformações ocorridas nesta sub-região. Historicamente, a análise parte de uma organização da produção que se caracteriza pela predominância da pecuária extensiva nas grandes propriedades, que, em menor escala, dedicam-se a culturas industriais de elevada instabilidade como o algodão. A outra forma de agricultura existente, compreendia a produção de subsistência dos pequenos agricultores proprietários que esporadicamente produziam algodão em fases de melhoria de preço.

É da dinâmica diferenciada destas formas de produção, até certo ponto independentes, que nasce uma articulação entre a grande e pequena exploração, constituindo-se numa característica individualizadora desta área. A crescente pressão demográfica, nas pequenas propriedades, fruto do crescimento da popu

lação e a natureza extensiva da pecuária em larga medida condicionada pelo clima, dão ensejo ao aparecimento do pequeno arrendamento, que assume a forma de arrendamento pela palha.

Constitui-se o arrendamento pela palha, numa forma específica de arrendamento de parcelas da grande propriedade por parte dos pequenos proprietários, e decorre não só da estrutura agrária-convivência entre a grande e a pequena propriedade - mas fundamentalmente, do baixo nível de capitalização da atividade pecuária. Seu surgimento encontra-se condicionado por dois fatores; a partir de certo momento histórico, enquanto as grandes propriedades passam a contar com abundância de terras e escassez relativa de força de trabalho, as pequenas propriedades assumem características opostas; possuem excesso de braços e escassez de terras. Considerando conjuntamente com este fenômeno, a natureza da pecuária, que pelo seu baixo nível de capitalização só ocupava a totalidade das terras durante um período restrito do ano, compreende-se melhor as condições para a existência deste tipo de arrendamento.

O caráter extensivo da pecuária, tornava-a bastante dependente do clima. Assim, na estação chuvosa e de abundância de pastos nativos, o rebanho necessitava ocupar apenas uma fração das terras. Contrariamente, na estação seca, a baixa capacidade de suporte, resultado da inexistência de pastagens plantadas, tornava necessário a ocupação de todas as terras disponíveis. É justamente da disponibilidade de terras durante parte do ano na grande propriedade e da insuficiência de terras na pequena propriedade que induz o arrendamento pela palha. Aos grandes proprietários, interessava ceder as terras temporariamente aos reideiros, recebendo-a de volta na estação seca, com a palha ou restólho das culturas que serviriam de alimentação para o gado. Interessava também ao pequeno proprietário, ampliar a sua capacidade de produzir os meios de subsistência, dado que a mesma se encontrava^{va} diminuída, face à escassez de terras.

Antes de discutir mais profundamente a natureza e evolução do pequeno arrendamento, caberia registrar brevemente as relações de trabalho que em menor grau se faziam presente na

região. Estas relações de trabalho estavam associadas às tradicionais culturas industriais que por curtos períodos rivalizavam em importância com a pecuária dentro da grande propriedade. A instabilidade destas culturas propiciou o surgimento do morador que trabalhava sob o regime de condição ou sujeição, ou seja, recebendo parte do salário em dinheiro e um lote de terras para produzir culturas de subsistência, retirando daí a maior parte de seu sustento. Como contrapartida estes trabalhadores se obrigavam a trabalhar dois ou três dias por semana na grande lavoura.

O caráter secundário destas relações de trabalho, sua pouca importância relativa, contribuem para a sua rápida extinção, desde que o caráter precário das culturas industriais acarretou que, no processo de pecuarização estas fossem rapidamente substituídas por pastagens. Neste processo, os moradores são em grande medida expulsos mas sem converter-se em assalariados temporários, devido a natureza da atividade pecuária, que absorve apenas uma pequena parte destes antigos moradores como assalariados permanentes.

Quanto ao pequeno arrendamento, cabe discutir não só as razões que lhes dão origem como também sua evolução. Antes de mais nada cabe registrar, que a forma específica que este assume de arrendamento pela palha, atende em grande medida aos interesses do grande proprietário. "Surge assim, uma associação entre a agricultura e a pecuária, de vez que o gado se alimenta do restolho das plantas e pastando por dois ou três meses no roçado, aduba a área que será cultivada quando chegarem as primeiras chuvas. Nessa associação há o predomínio da pecuária, de vez que é ela quem interessa ao proprietário da terra, só sendo a agricultura permitida em função da mesma beneficiar a criação. Isto é comprovado pelo fato de que nos primeiros tempos e ainda hoje nas áreas mais distantes onde há menor abundância de braços, costumam os proprietários dar a terra para a cultura "pela palha" considerando esta como renda da mesma"⁵⁴

⁵⁴ Andrade, Manoel Correia de - Agricultura e Regionalização no Nordeste. SUDENE-DAA-DPF, Recife, 1969. Mimeografado.

A partir da citação anterior, é possível repensar os fatores determinantes do surgimento deste tipo de arrendamento. Desde logo, cabe lembrar que o baixo nível de capitalização da pecuária, dando margem à combinação de atividades, constituiu-se num fator importante. Entretanto, como sugere a citação anterior, um outro aspecto de maior relevância contribui para a criação do pequeno arrendamento. O problema da insuficiência de braços, entendido como a inexistência de um mercado de trabalho, parece ser o aspecto crucial da questão. Pode-se portanto levantar como hipótese que a falta de braços, obriga a grande propriedade de lançar mão de outras relações de trabalho, como forma de viabilizar a expansão da pecuária.

O problema central parece ser o de como expandir a pecuária, ocupando novas terras, sem contar com uma disponibilidade adicional de trabalhadores que possam ser contratados temporariamente no mercado. Realizar esta expansão através de trabalhadores assalariados, encontra um limite fundamental que é o do mercado de trabalho. Este não se encontra desenvolvido pelas seguintes razões do ponto de vista da grande propriedade pelo uso de relações de trabalho atrasadas e mesmo pelo caráter extensivo da pecuária que não necessita de grande contingente de mão-de-obra do lado da pequena propriedade a natureza da pequena produção em grande medida baseada na força de trabalho familiar e na produção de subsistência, cria resistências ao trabalho assalariado, que só se desenvolve a partir de casos extremos quando a insuficiência de terras obriga recorrer ao assalariamento como única alternativa de complementar o sustento. Neste caso portanto, o pequeno arrendamento torna-se a única forma viável para a grande propriedade contar com uma força de trabalho adicional.

Cabe entretanto registrar que o pequeno arrendamento, quando a renda é paga com a palha das culturas, esconde na verdade, um outro pagamento implícito e certamente mais importante que se configura no desmatamento. Nas condições em que é paga, esta renda é aparentemente barata, mas para o rendeiro ela significa também todo o gasto de trabalho realizado na operação de desmatamento, sendo esta na verdade, a principal retribuição

pelo uso da terra. Estas considerações permitem inferir que a renda pela palha é apenas um primeiro estágio do pequeno arrendamento predominando sob esta forma, em locais onde a pecuária está se expandindo às custas de áreas virgens, ou seja, pela ampliação da fronteira interna das grandes propriedades.

Na medida em que, num período e/ou local determinado, não seja necessário realizar o desmatamento para a grande propriedade; a renda pela palha será acrescida de outro tipo de pagamento que somados constituirão o pagamento pelo uso da terra. Em geral além da palha das culturas, o rendeiro passa a pagar a renda da terra em dinheiro, ou em produto. "Em geral no Agreste, é comum o grande ou médio proprietário ter maior interesse na pecuária e fornecer em Março aos agricultores, terras que serão cultivadas com as primeiras chuvas. Os agricultores pagam aos proprietários pelo uso da terra uma renda fixa em dinheiro ou em espécie, e dão o restolho das plantações; ficam de posse das terras de Março a Dezembro quando, feita a colheita do algodão, desenvolvem-na ao proprietário a fim de que o gado paste na mesma".⁵⁵

A estas formas de pagamento que em essência pouco diferem, cabe acrescentar ainda a existência da parceria se bem que de uma forma mais restrita. Aliás cabe ressaltar que tanto o arrendamento e mais ainda a parceria já não possuem grande importância a partir dos anos 60, como mostram os dados da Tabela XXII. Apenas uma pequena fração das terras são exploradas através do arrendamento, que diminui em termos relativos mas cresce em termos absolutos. No caso da parceria ou arrendamento por quota parte, é bastante clara a indicação de sua extinção a partir de 1960. Apenas o arrendamento por quantia fixa ainda se mantém com uma diminuta importância.

Os dados apontam claramente a tendência para a extinção, ou quando muito, da manutenção de uma importância restrita do pequeno arrendamento a partir de 1960. Caberia pois mostrar qual o processo de extinção do pequeno arrendamento, bem co

⁵⁵ Andrade, Manoel Correia de - Agricultura e Regionalização no Nordeste. op. cit.

TABELA XXII
REGIÃO GADO-POLICULTURA
TERRAS PRÓPRIAS E DE TERCEIROS
1960 - 1970

ANOS CATEGORIAS	1 9 6 0		1 9 7 0	
	HECTARES	% DO TOTAL	HECTARES	% DO TOTAL
- Próprias	6.835.776	9,58	8.081.402	91,1
- Arrendadas	243.288	3,4	385.187	4,3
Quantia Fixa	194.735	2,7	337.586	3,8
Quota Parte	48.553	0,7	47.601	0,5
- Ocupadas	55.106	0,8	410.151	4,6
T O T A L	7.134.170	100,0	8.876.740	100,0

FONTES: Censo Agrícola 1960.

Censo Agropecuário 1970.

mo o tipo de relações de trabalho que lhe tomam o lugar. A este propósito, seria importante registrar a última forma que assume o pequeno arrendamento no seu caminho para a extinção. Viu-se que ele passa por uma fase, de pagamento da renda com a palha, sendo substituído pelo pagamento em dinheiro ou produto. Na sua última forma entretanto, caracteriza-se novamente por um pagamento implícito desde que ao rendeiro é exigido como pagamento pelo uso da terra, devolvê-la plantada com pastos.

A conversão das terras do pequeno arrendamento temporário, em pastagens permanentes, constitui-se num dos aspectos da principal transformação recente nesta sub-região. Este crescimento da área de pastagens em detrimento da de lavouras, não se restringe somente às terras do pequeno arrendamento, envolvendo também aquelas das tradicionais culturas industriais. Do ponto de vista da relação entre a grande e pequena propriedade, que é o interesse principal deste trabalho, a pecuarização significa a destruição desta articulação que se realizava através do pequeno arrendamento. Caberia portanto analisar melhor o processo de sua extinção.

Desde logo, convém recordar que, a pecuária sempre foi, do ponto de vista do grande proprietário a atividade mais importante. Sua combinação com as lavouras refletia portanto o seu caráter extensivo. Como exemplo, poder-se-ia citar o do plantio da palma forrageira, onde já se decidia de antemão qual o uso futuro da terra pois o rebanho só poderia intercalar culturas de subsistência com a palma até o momento em que não prejudicasse seu desenvolvimento. Neste caso, além do restolho para o gado, o rebanho se obrigava a realizar os tratamentos culturais da palma, abandonando a terra quando não mais fosse possível o consórcio.

Outro aspecto importante a enfatizar, é o de que, a medida que a pecuária se consolidava como atividade mais rentável, o pequeno arrendamento sofria mais restrições, notadamente quanto ao tipo de lavoura que poderia ser cultivada: "Sendo o ciclo mais longo, o algodão retardava a época de utilização da "resteva" como alimento para o gado do fazendeiro. Vê-se que o algodão tornou-se incompatível com expansionismo pecuarista, não somente pela redução dos espaços destinados à lavoura, mas também por ocupar espaços durante mais tempo".⁵⁶

A intensificação do movimento de pecuarização nas terras do pequeno arrendamento, ganha entretanto irreversibilidade com o surgimento de pastagens cultivadas. Enquanto predominavam as pastagens nativas ou capoeiras, sempre era possível utilizar as terras sazonalmente para as lavouras através do pequeno arrendamento. Quando entretanto o rebanho se obriga a entregar as terras com pastagens plantadas, o caráter perene das mesmas, não permite a reconversão sazonal para as lavouras. A partir deste momento está decretado o fim do pequeno arrendamento.

Caberia agora ressaltar a outra dimensão que ganha o processo de pecuarização, a nível das grandes propriedades quando o crescimento das áreas de pastagens, se dá em detrimento das áreas de tradicionais lavouras comerciais como o agave, o algodão e o café. O determinante principal desta substituição, pa

⁵⁶ Lacerda de Melo, M. - Plano de Desenvolvimento do Agreste Meridional - CONDEPE, Recife, 1974 - Mimeografado.

rece ser a maior rentabilidade da pecuária: "As limitações das áreas disponíveis, a valorização das mesmas e o preço elevado da carne permitem que os proprietários façam grandes investimentos a fim de que o gado possa aproveitar sem concorrência de terceiros os pastos de que dispõem. Por isso cercam grandes áreas às vezes com quatro ou cinco léguas de extensão - as chamadas "mangas" - onde colocam o gado comprado magro para engordar ou os utilizam com refrigério no estio para os animais de criação".⁵⁷

Evidentemente que este é um movimento que não se dá simultaneamente nem com a mesma intensidade em toda região, tendo entretanto a tendência de se ampliar. As principais referências, indicam seu início, nos anos 60, no Agreste Meridional de Pernambuco: "O processo de pecuarização no Agreste Meridional, começou a acentuar-se com o declínio da lavoura, na primeira metade da década de 1960. Tornava-se então o criatório uma atividade de substituição, ocupando-se com pastagens os antigos terrenos dos cafezais".⁵⁸

Os dados sobre utilização das terras da Tabela XXIII, sugerem que o movimento de pecuarização, começa a partir de 1970, a atingir toda a região. A área de lavouras embora não apresente decréscimo em termos absolutos, tem um crescimento inexpressivo entre 1960 e 1970. Outro dado significativo, é o crescimento mais rápido das pastagens, tanto no período 50-60 quanto a partir de 60, ampliando-se o diferencial de crescimento em relação a áreas de lavoura. A pecuarização estrito senso, ocorre em 10 das 22 microrregiões que compõem esta sub-região. Nestas microrregiões a área de lavouras decresce em termos absolutos enquanto que nas 12 restantes o crescimento das lavouras é irrelevante.

Os dados da Tabela XXIII, confirmam portanto que a pecuarização é um fenômeno que passa a ocorrer a partir de 1960. Entre 1950 e 1960, o crescimento das lavouras é apenas um

⁵⁷ Andrade, M.C. - Agricultura e Regionalização no Nordeste, op. cit.

⁵⁸ Lacerda de Melo, M. - Plano de Desenvolvimento do Agreste Meridional, op. cit.

pouco inferior ao das pastagens. Aqui o grande peso cabe às lavouras permanentes e especificamente o café e o sisal. Quanto as

TABELA XXIII
REGIÃO DO GADO-POLICULTURA
UTILIZAÇÃO DAS TERRAS
1950 - 1960 - 1970

ANOS CATEGORIAS	1950	1960	1970	INCREMENTO (%)	
	(ha)	(ha)	(ha)	50-60	60-70
- Lavoura	1.113.690	1.616.575	1.705.643	45,1	5,5
Permanentes	123.936	423.913	420.191	242,0	-0,1
Temporários	989.754	1.192.662	1.285.452	20,5	7,7
- Pastagens	1.906.014	3.013.184	4.027.300	58,0	33,6
Naturais	1.401.668	2.224.439	2.721.191	58,7	22,3
Plantadas	504.346	788.745	1.306.109	56,4	65,6
- Matas e Florestas	1.143.440	1.285.909	1.169.606	12,4	-9,9
Naturais	1.101.559	1.215.078	1.155.736	10,3	-5,1
Plantadas	41.881	70.831	13.870	69,1	-410,6
- Terras em descanso e produtivas não utilizadas	1.657.561	1.078.813	1.419.436	-35,0	-31,6
T O T A L	5.820.705	6.994.481	8.321.985		

FONTE: Censos Agrícolas, 1950 - 1960.

Censo Agropecuário 1970.

pastagens, o crescimento mostra-se equilibrado entre as pastagens naturais e plantadas. A partir destes dados, não há como pensar a extinção do pequeno arrendamento durante este período, mas apenas uma mudança de sua forma.

Já no período 60-70, embora o nível de agregação dos dados obscureça a pecuarização, algumas evidências são bastante significativas. Assim, por exemplo, o crescimento mais rápido das pastagens plantadas e o decréscimo da área das lavouras permanentes, estão indicando claramente o fenômeno da pecuari

zação.

A questão que se coloca a partir destas constatações, é a de saber as consequências deste tipo de mudança sobre as relações de trabalho. Concretamente caberia indagar, qual a relação de trabalho que substituiu o pequeno arrendamento. Antes de mais nada convém destacar que as novas relações de trabalho encontram-se profundamente condicionadas pela pecuarização. Mais ainda, é necessário enfatizar que a pecuarização não significa tão somente uma mudança nos padrões de uso da terra, mais uma forma específica da ampliação da dominação do capital no campo. Os dados da Tabela XXIV, indicam a importância da pecuarização na capitalização da produção no campo.

TABELA XXIV
REGIÃO DO GADO-POLICULTURA
ESTRUTURA DAS DESPESAS DE PRODUÇÃO (%)

1950 - 1960 - 1970

ANOS \ CATEGORIAS	SALÁRIOS	ARRENDAMENTO E PARCERIA	INSUMOS P/A LAVOURA	INSUMOS P/A PECUÁRIA	JUROS E IMPOSTOS	OUTROS
1950	56,8	8,6	7,3	0,0	3,2	28,7
1960	47,7	12,8	9,3	7,7	-	22,5
1970	40,9	4,6	9,7	15,4	7,4	22,0

FONTE: Censos Agrícolas, 1950, 1960.
Censo Agropecuário 1970.

O aumento do peso relativo dos insumos com a contrapartida da queda relativa dos salários nas despesas de produção, parecem ser uma clara indicação da capitalização da atividade agrícola. É importante notar entretanto que o aumento da participação dos insumos, é resultado da ampliação de seu uso na atividade pecuária, o que ocorre já a partir de 1950. É possível ainda de confirmação através dos dados da Tabela XXIV, a extin

ção do arrendamento enquanto forma de exploração da terra, o que sem dúvida reflete o processo de pecuarização.

O que fica por explicar, é a manutenção da importância relativa das despesas com insumos modernos para lavoura, mesmo diante da tendência de perda de importância das tradicionais culturas industriais, nas grandes propriedades, talvez as únicas com condições de rentabilidade que justificassem o emprego destes insumos. Se considerarmos os dados da Tabela XV, que mostram que cerca de 23% da produção agrícola nesta sub-região é composta de produtos não tradicionais, isto é, produtos que não compreendem nem tradicional trioômio de subsistência - mandioca, milho e feijão - nem as tradicionais culturas industriais, pode-se levantar como hipótese que a manutenção da participação das despesas com insumos modernos, se deva em grande parte à constituição de uma agricultura policultora de alimentos. Os dados da Tabela XXV, corroboram esta hipótese na medida em que mostram que cerca de 10% das terras de lavouras são dedicadas aos produtos não tradicionais na região.

Embora os dados sobre a organização da produção na policultura alimentar sejam insuficientes, caberia levantar algumas hipóteses acerca das relações de trabalho predominantes neste tipo de produção. A partir dos dados da Tabela XXV pode-se estabelecer que nos pequenos imóveis de 0 a 10 hectares este tipo de produção é relativamente menos importante pois apenas 4,4% da área explorada no estrato é dedicada a estes produtos representando apenas cerca de 10% da área total colhida. O que se pode deduzir destas informações é que apenas uma pequena fração da pequena exploração consegue reunir condições econômicas suficientes que lhe permitam livrar-se da pobreza das culturas de subsistência.

Para a maioria das pequenas propriedades, a tendência mais geral é o seu fracionamento, o que implica de um lado o reforço das culturas de subsistência e por outro a impossibilidade de manter com o produto da terra, a totalidade da força de trabalho familiar, que tem que buscar no trabalho assalariado temporário, uma fonte de renda para complementar o sustento. Os dados da Tabela XXV referentes à evolução dos pequenos estabele

cimentos na região Gado-Policultura em Pernambuco, dão conta do elevado fracionamento das pequenas explorações a partir de 1950. Quanto menor o estabelecimento, mais cresce o seu número, sem

TABELA XXV
REGIÃO DO GADO POLICULTURA ⁽¹⁾
EVOLUÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE < 10 HECTARES
1950 - 1960 - 1970

ANOS GRUPOS DE ÁREA (ha)	1 9 5 0			1 9 6 0			1 9 7 0		
	Nº	ÁREA	ÁREA MÉDIA	Nº	ÁREA	ÁREA MÉDIA	Nº	ÁREA	ÁREA MÉDIA
Menos de 2	26.234	31.649	1,20	64.877	70.708	1,08	95.944	92.161	0,96
2 a 5	36.489	120.489	3,29	64.589	168.926	3,09	53.579	164.171	3,06
5 a 10	15.739	117.589	7,47	17.114	124.961	7,28	20.030	140.662	7,02
TOTAL	78.462	269.434	3,43	136.580	364.325	2,66	169.553	396.994	2,34

FONTE: Censos Agrícolas, 1950 e 1960.
Censo Agropecuário 1970.

(1) Microrregiões do Estado de Pernambuco.

correspondente aumento da área ocupada, acarretando portanto um decréscimo maior na área média. Isto significa que apenas uma fração dos maiores estabelecimentos podem estar cultivando novos produtos e mantendo a força de trabalho familiar com o produto da terra, enquanto nos demais a tendência é de uma crescente semi-proletarização.

Caberia discutir a partir destes dados, qual a possibilidade deste grande contingente de semi-proletários encontrar emprego sazonal desde que, nas grandes e médias propriedades o processo de pecuarização em curso, elimina em grande parte a demanda de trabalhadores temporários. Embora diminuída, esta demanda de força de trabalho continua existindo não só nas grandes e médias propriedades através da persistência de certas culturas industriais tradicionais e mesmo da policultura, mas também naquela fração das pequenas propriedades que conseguem produzir

novos produtos, abandonando as culturas de subsistência. Os trabalhos empíricos sobre esta sub-região trazem constantemente registrado a contratação de assalariados temporários por pequenas explorações mercantis.⁵⁹

Entretanto, parece ficar claro que a oferta de empregos sazonais tem diminuído na região em decorrência do processo de pecuarização que atinge as grandes propriedades. Assim sendo, é lícito supor que a taxa de subemprego tenha aumentado bastante entre os pequenos proprietários. Uma prova inequívoca deste fenômeno é o êxodo rural que se intensifica na região a partir dos anos 60. Os dados da Tabela XXVI mostram que entre 1960 e 1970, o pessoal ocupado não cresceu, o que significa que do aumento vegetativo da população, a quase totalidade migrou. E é este sem dúvida alguma a principal consequência da pecuarização, isto é, uma proletarização dos agricultores que assume a forma específica do êxodo rural.

TABELA XXVI
REGIÃO DO GADO-PÓLICULTURA
PESSOAL OCUPADO POR CATEGORIA
1950 - 1960 - 1970

ANOS CATEGORIAS	1 9 5 0		1 9 6 0		1 9 7 0	
	NÚMERO	%	NÚMERO	%	NÚMERO	%
- Familiar	703.697	67,7	1.162.989	68,9	1.520.856	88,6
- Ass. Permanentes	75.776	6,6	75.749	4,5	48.067	2,8
- Ass. Temporários	310.004	27,1	363.349	21,5	111.620	6,5
- Parceiros	52.645	4,6	43.719	2,6	15.410	0,9
- Outra Condição	-	-	42.912	2,5	21.465	1,2
T O T A L	1.142.122	100,0	1.688.718	100,0	1.717.418	100,0

FONTE: Censos Agrícolas, 1950 e 1960.

Censo Agropecuário 1970.

⁵⁹ Ver a este propósito: Andrade, M.C. de - Agricultura e Regionalização no Nordeste, op. cit.

Embora a importância do emprego sazonal numa área onde a presença de pequenos estabelecimentos é elevada, torne precária a comparação da evolução do pessoal ocupado por categoria, algumas hipóteses podem ser lançadas a partir dos dados. No que diz respeito aos assalariados permanentes a sua diminuição em termos absolutos a partir de 1960, reflete claramente a diminuição dos empregos nas grandes propriedades em razão da substituição das lavouras por pastagens. Quanto à diminuição dos assalariados temporários, pode-se considerá-la como um reflexo da diminuição da oferta de emprego sazonal, embora observando-se que a redução não deve ter sido tão drástica, como mostram os dados, mesmo porque estes não são diretamente comparáveis em razão das datas distintas de referência. Ou seja, como o emprego sazonal depende bastante do calendário agrícola, as datas de referência alteram bastante o número de trabalhadores temporários.

A elevada e crescente importância da força de trabalho familiar, embora deva ser considerada a partir das observações anteriores, aponta sem dúvida para o surgimento de novas relações de trabalho na região. Mesmo considerando o elevado número de semi-proletários e do subemprego a que estão sujeitos, há que se encontrar outras razões que justifiquem o grande crescimento da força de trabalho familiar. Considerando os dados da Tabela XXI que mostram uma relativa importância dos produtos não tradicionais nas médias e grandes explorações, bem como a elevada expansão dos pequenos estabelecimentos, poder-se-ia levantar como hipótese que a presença cada vez maior da força de trabalho familiar na região deve ser explicada pelo surgimento de novas relações de trabalho na grande propriedade. A presença de grande número de agroindústrias na região, que não exploram diretamente a terra, mas o fazem sob pseudos contratos de parceria e arrendamento parece ser uma explicação para tal fenômeno, cabendo portanto um estudo mais detalhado sobre esta nova forma de organização da produção.

C A P Í T U L O 7

A REGIÃO DO GADO-ALGODÃO

Históricamente, a região do Gado-Algodão, pouco se diferenciava da região do Gado-Policultura, se considerarmos as atividades comerciais de maior importância. A pecuária foi essencialmente uma atividade de ocupação do espaço e de povoamento, subsidiária à atividade canavieira, a quem fornecia charque e animais de tiro.⁶⁰ Já o algodão, que em certa época de auge, ultrapassa a pecuária como atividade comercial dominante, surge somente a partir do século XVIII, com a ampliação da demanda, fruto da Revolução Industrial. Tem-se referido constantemente nos trabalhos sobre o algodão nordestino, o caráter instável da demanda, em maior parte dependente do comércio mundial. Este elemento continua até recentemente a ser fundamental no entendimento da organização econômica desta região.

É conveniente lembrar que o caráter instável desta demanda, jamais permitiu que o algodão se fixasse como cultura comercial predominante; convivendo sempre com a pecuária. Em todo caso é importante ressaltar que no caso desta sub-região, a coexistência desta cultura com a pecuária não chegou a ser ameaçada dentro da grande propriedade. Isto em grande parte se deveu ao tipo de algodão plantado nesta zona semi-árida. O algodão arbóreo, planta xerófila, cujo ciclo chega até a 10 anos, adaptou-se de uma maneira extraordinária às precárias condições climáticas do Nordeste semi-árido, suportando com relativo êxito as secas periódicas.

A organização da produção tem caráter distinto segundo o tamanho da propriedade. A este propósito, convém destacar que contrariamente à região do Gado-Policultura, nesta região a grande propriedade é amplamente predominante. A combina

⁶⁰ Ver a propósito; Furtado, Celso - Formação Econômica do Brasil

ção da lavoura com a pecuária, tem originalmente uma característica importante, que se assemelha a das outras sub-regiões nordestinas. Enquanto a pecuária é basicamente extensiva, denomina-se de pecuária em campo aberto, inexistindo cercas delimitando as propriedades, as lavouras procuram as terras de maior fertilidade, sendo então cercadas para sua proteção dos animais. Na época do verão, quando rareiam os pastos, o gado utiliza a palha das culturas nos cercados, como alimento. Neste caso, a pecuária é uma atividade que o grande proprietário realiza através de as salariados permanentes, enquanto as lavouras (algodão e subsistência) realiza-se através da parceria ou arrendamento e em alguns casos por moradores do grande proprietário.

Até recentemente, os pequenos proprietários tinham um grande peso, não só na produção do algodão como também na pecuária. A propriedade de um pequeno lote de terras de boa qualidade, dava a possibilidade de, não só plantar o algodão consorciado com lavouras de subsistência, mas também de ter criação numerosa, pois não havia delimitação de terras com relação aos pastos. A limitação do rebanho do pequeno proprietário era dada muito mais pela capacidade de suporte de suas terras de lavouras no período seco. Apenas mais recentemente, com o surgimento das cercas delimitando as propriedades é que o pequeno proprietário, foi obrigado a converter-se exclusivamente num pequeno agricultor.

No que se refere ao algodão, plantado nas grandes propriedades geralmente em consórcio com lavouras de subsistência, contrariamente à pecuária, não predomina o trabalho assalariado, mas três distintas relações de trabalho: a sujeição, a parceria e o arrendamento. O elemento essencial que une estas relações de trabalho é a desmonetarização do salário do agricultor - que realiza simultaneamente com a lavoura comercial, o plantio da subsistência que garante a maior parte do seu sustento. A produção de subsistência neste caso tem o mesmo papel, qual seja, é realizada fundamentalmente para suprir as necessidades do agricultor e de sua família tendo portanto o caráter de atividade de autoconsumo.

O trabalho de "sujeição", parece ser a relação de

produção mais antiga na área, fruto talvez da regressão econômica que se abateu sobre a cultura do algodão. Neste tipo de relação, o trabalho no algodão é todo realizado pelo morador que possui dentro da grande propriedade um lote de terra onde cultiva as lavouras de subsistência. Em contrapartida, se sujeita a dar 3 ou 4 dias de trabalho a baixo preço ao proprietário, cuidando nestes dias da lavoura comercial. No mais das vezes, este morador consorcia durante 1 ou 2 anos a lavoura de subsistência com o algodão, passando depois a ocupar outro lote de terras designado pelo grande proprietário. Este morador de sujeição, ao exemplo do que ocorria em outras áreas do Nordeste, era basicamente um assalariado, onde parte do salário adquiria uma forma não monetarizada. Estava muito mais diretamente subordinado à grande propriedade e não possuía nenhuma participação na cultura comercial.

A parceria se configura quando o agricultor recebe do proprietário um lote de terra, para cultivar lavoura preestabelecida, no caso, o algodão, tendo direito de intercalar com a cultura principal as lavouras de subsistência. Como regra geral é vedado ao parceiro plantar conjuntamente com a lavoura comercial outras culturas perenes, pois estas poderiam prejudicar a utilização das terras como pastagens para o gado, além de possibilitar uma exigência de indenização por parte do parceiro quando fosse despedido. Nesta relação de trabalho estabelece-se que o parceiro tem direito não só às culturas de subsistência como também à metade da cultura comercial (meia).

Existem variações no contrato de parceria no que diz respeito ao montante da quota parte dos dois tipos de lavoura. Estas variações encontram-se relacionadas basicamente com o grau de autonomia do parceiro. Quando este possui a capacidade de se autofinanciar no período de entressafra, constituindo quase um estabelecimento autônomo, a meação incide tão somente sobre a cultura comercial. Entretanto, quanto ao proprietário, cabe não só financiar o parceiro como também entregar-lhe a terra preparada para o plantio, a quota parte do parceiro pode diminuir (terça, quarta) sendo inclusive exigida, a meação das culturas de subsistência. A qualidade das terras é também um fator importante

na decisão da quota parte do parceiro, tanto do autonomo, quanto do que depende mais do proprietário.

Há que se indagar, quais as razões que levam a esta extrema diversidade no estabelecimento da quota parte do parceiro. Considerando que no consórcio algodão-lavouras de subsistência, o sustento do parceiro e de sua família, garante-se basicamente pelas lavouras de subsistência não é difícil concluir que a quota parte e sua incidência nos dois tipos de lavoura serão definidas pelo proprietário a partir do critério de retirar do parceiro a sua possibilidade de se autonomizar, garantido em tretanto o seu nível de subsistência. Embora a fixação da quota parte não seja no caso da parceria o principal instrumento de extração do excedente, há que se levar em conta que, esta já cumpre um primeiro estágio na operação de apropriação do excedente. Aliás diga-se de passagem que a fixação do quota-parte, constitui-se numa operação quase fictícia, que serve certamente para legitimar o contrato de parceria, dado que o grosso de extração do excedente se dá no momento da comercialização, através de uma combinação do capital mercantil com o usurário. Resta portanto ao parceiro na maioria das vezes, o essencial a sua reprodução e da sua família; comumente, as lavouras de subsistência que foram consumidas ao longo do tempo.

O que foi dito anteriormente fica mais claro, através do exame da forma de apropriação do excedente. Desde o início da produção, cabe ao proprietário financiar o parceiro, quando repassa recursos de agências oficiais de crédito ou das indústrias têxtil e de óleos vegetais, ou através dos adiantamentos em mercadorias. No primeiro caso, cobra uma sobretaxa de juros e no segundo, um preço muito mais elevado pelas mercadorias o que acarreta manter o parceiro altamente endividado. Como a produção do parceiro é obrigatoriamente entregue ao proprietário para ser comercializada, faz-se o acerto de contas, descontando-se da quota-parte do parceiro os adiantamentos. A elevada dívida do parceiro, somada ao fato de que, o acerto de contas é feito a partir de um preço do algodão que representa um preço sazonalmente baixo devido ao pico da safra, implica num resultado líquido negativo para o parceiro, que não raro inicia a safra seguinte

endividado. No caso do parceiro autônomo, mesmo que não necessite de recorrer aos adiantamentos do proprietários, persiste a obrigação de comercialização lhe retirando a maior parte do excedente, embora sua situação seja mais favorável.

O pequeno arrendamento é outra forma de exploração da terra bastante comum na região do Gado-Algodão, coexistindo e em algumas áreas sendo mais importante do que a parceria. Neste pequeno arrendamento, o rendeiro possui bem mais autonomia em relação ao grande proprietário, sendo a sua única obrigação o pagamento da renda em dinheiro. Em geral este pequeno arrendatário possui a grande parte dos meios de produção (que são aliás bastante precários) ou o que é mais importante, a possibilidade de se manter durante a entressafra.

A primeira vista, este arrendamento pareceria ser uma relação de trabalho que deveria permitir uma maior autonomia e independência destes pequenos produtores. Entretanto, tal não é o caso. Em primeiro lugar, ao rendeiro é determinado, o que plantar, o que na região em questão significa que terá que plantar algodão. Em segundo lugar, raramente lhe sobra algum excedente após o pagamento da renda da terra. Esta renda é aparentemente uma renda fixada em dinheiro e independente do produto obtido. Entretanto, em geral, o pagamento estipulado da renda é calculado em determinado montante por hectare arrendado, que deverá ser entregue em quantidade de produto de valor correspondente. Considerando que o pagamento é feito na época da safra não há muitas possibilidades de enriquecimento por parte do rendeiro. Mesmo assim é possível que em anos de bom preço, reste algum excedente para o rendeiro que provavelmente será apropriado pelo capital mercantil não representado pelo proprietário.

Conviria ainda fazer referência ao caso dos pequenos proprietário produtores de algodão. Em geral como acontece com este tipo de produtor, raramente ele possui condições econômicas para se manter durante a entressafra, tendo que recorrer a um grande proprietário ou mais frequentemente a um "bodegueiro". Este bodegueiro é um pequeno comerciante que em geral está articulado com corretores ou mesmo grandes proprietários. O endividado

mento com o comerciante, ou em alguns casos com o usuário, geralmente tem como requisito a obrigação da venda da produção, perdendo o pequeno produtor a possibilidade de se apropriar da maior parte do excedente. O sistema de comercialização que submete a pequena produção tanto de proprietários quanto de parceiros e rendeiros está representando no Gráfico 2.

Poder-se-ia indagar das razões mais genéricas que levam à existência deste tipo de relações de trabalho na produção do algodão e que tem como característica comum um elevado nível de desmonetarização das relações econômicas. Ao que tudo indica, a grande propriedade lança mão deste tipo de relações de trabalho por uma razão fundamental: o risco. Como se sabe, o mercado do algodão nordestino sempre se caracterizou por uma instabilidade bastante acentuada. O algodão concorria no mercado externo com a produção de outros países mais bem situados e internamente, com a produção de São Paulo que já a partir de 1920, começa a substituir as exportações de algodão do Nordeste para o Centro-Sul. Só mais recentemente, a partir de 1960 é que o mercado do algodão nordestino se torna mais estável, em função de sua destinação quase na totalidade para o mercado local e nacional.⁶¹

Há ainda a considerar o aspecto do risco devido ao clima. As secas periódicas sempre foram um fator de instabilidade da produção. Em anos de seca de grande intensidade, a produção chega a cair 70%. O elevado risco envolvido na cultura do algodão, certamente explica em grande parte, as razões que levam a grande propriedade a lançar mão de relações de trabalho como a parceria e o pequeno arrendamento. Produzindo com base nestas relações de trabalho, o proprietário diminui em muito os riscos pois os adiantamento que tem que fazer na entressafra se reduzem bastante, ao mesmo tempo em que o sustento do parceiro ou rendeiro e sua família, se garante basicamente, pelas culturas de subsistência. O proprietário tem portanto a vantagem de arriscar o mínimo de capital na produção, mas também de garantir a apropriação do excedente através da obrigatoriedade da comercialização.

⁶¹ Sobre o mercado para o algodão nordestino ver: BNB/SUDENE - Mercado e Comercialização do algodão do Nordeste. BNB.ETENE/SUDENE-DAA. Fortaleza, Ceará. 1964.

GRÁFICO 2

REDE DE COMERCIALIZAÇÃO DO ALGODÃO (Z)

	19 elo	29 elo (maiores compradores)
Compradores Independentes	(24,5)	
Outros descaroçadores	(15,0)	
Produtores (100,0)		
Consumo do produtor (1,0)		
Corretores	(16,2)	Sanbra (30,0)
Sanbra	(3,0)	Outros descaroçadores (68,0)
Concentradores rurais	(40,3)	

FORNTE: SUDEN/Michigan State University. op. cit.

Existe ainda uma outra razão importante que justifica a existência destas relações de trabalho e que está ligada ao problema da necessidade desigual de força de trabalho por parte do algodão durante seu ciclo. A demanda por força de trabalho tem nesta cultura dois picos distintos: o do plantio, que dura em média 3 meses e o da colheita com duração aproximada de 2 meses, sendo este último o de maior intensidade. Há assim uma demanda de trabalho extremamente irregular que implicaria no caso de uso de assalariados, em escassez durante 5 meses, e superoferta nos 7 meses restantes. Evidentemente que o salário se elevaria bastante nos meses de pico, o que parece ser incompatível com a cultura do algodão.

A parceria e o pequeno arrendamento, servem aqui no caso para tornar adequada a oferta de força de trabalho, às necessidades da cultura principal, ocupando a família do parceiro ou rendeiro, com as culturas de subsistência, no período de menor necessidade de braços no algodão. A Tabela XXVIII a seguir dá uma idéia do calendário agrícola da cultura do algodão e das culturas consorciadas.

TABELA XXXVII
REGIÃO DO GADO-ALGODÃO
CALENDÁRIO AGRÍCOLA

M E S E S	ALGODÃO	LAVOURAS DE SUBSISTÊNCIA
Janeiro	Preparo do Solo e Plantio	Plantio
Fevereiro	" " "	"
Março	" " "	"
Abril	Tratos Culturais	Colheita e Replantio
Maio	" "	" "
Junho	" "	" "
Julho	" "	" "
Agosto	" "	Fim do Ciclo
Setembro	Colheita	" "
Outubro	"	" "
Novembro	Pastagem	Pastagem
Dezembro	"	"

Como se pode perceber, as lavouras de subsistência ocupam o parceiro o rendeiro e sua família, durante 5 meses dos tratos culturais do algodão onde se reduz bastante a necessidade de braços. Entretanto ainda assim, nos meses mais secos, (novembro e dezembro) onde a palha das culturas é utilizada como pastagem para o gado, a necessidade de trabalho nas lavouras, inexistente. Durante esta época, os parceiros e rendeiros procuram sua sobrevivência como diaristas, em tarefas dentro da própria região, que tanto podem ser ligadas à pecuária (construção e manutenção de cercas e instalações) quanto à lavoura, ou seja, ligada a ampliação da fronteira interna das grandes propriedades, envolvendo desmatamento, destocamento, etc.

Uma vez descritas as relações de trabalho predominantes caberia examinar a seguir, as transformações concretas que estão se processando nas relações de trabalho da região. No que se refere ao morador de sujeição, é conveniente destacar que este, já tem pouca importância nos pós-guerra e tende obviamente a se extinguir. Os dados da Tabela XXXI sobre pessoal ocupado por categorias na região, indicam a partir de 1950, não só pequena expansão dos assalariados permanentes, mas uma participação declinante no total do pessoal ocupado.⁶² A extinção do morador de sujeição nesta cultura está certamente vinculada a instabilidade crescente da cultura. Desde que uma parte do salário deste morador era paga em dinheiro, tudo leva a crer que outros tipos de relações de trabalho que envolvessem um menor desembolso por parte do proprietário fossem mais interessantes, e portanto a substituíssem.

Voltando ao pequeno arrendamento e a parceria, parece consistente inferir que estas relações de trabalho são uma invenção que asseguram e viabilizam uma produção comercial diante de condições de mercado extremamente precárias. O grande proprietário que lança mão destas formas de produção, assegura a apropriação do excedente com um mínimo de dispêndio monetário e

⁶² Considerou-se que os trabalhadores de sujeição estariam enquadrados nos Censos como assalariados permanentes, em função do Censo definir como tal aqueles que tem vínculo permanente com o estabelecimento e que recebem remuneração em dinheiro e/ou produto.

risco. Há dois problemas distintos envolvidos; de um lado, as condições do mercado tanto do produto quanto de força de trabalho que explicariam a existência destas relações de trabalho, e de outro, a face pré-capitalista representada pelo capital mercantil enquanto forma de extração do excedente, e que pode atuar como um freio às modificações que poderiam ser induzidas pelo mercado.

As condições hipotéticas para a transformação da parceria e do pequeno arrendamento, em uma relação de trabalho assalariado, seriam, de um lado, uma maior estabilidade do mercado que garantisse ao grande proprietário, uma taxa de lucros correntes além da reposição dos gastos com salários e insumos. Por outro lado, haveria que se contar com um mercado de trabalho suficientemente amplo que não comprometesse a oferta de trabalho no pico de produção, ou seja, haveria que se contar com uma superpopulação relativa, que impedisse a elevação excessiva dos salários, evitando assim, a eliminação da taxa de lucros.

Poder-se-ia pensar portanto que estas pré-condições seriam necessárias e suficientes para a transformação das relações de trabalho, como aliás ocorreu na pecuária. No caso da pecuária sua crescente lucratividade, bem como as diminutas necessidades de força de trabalho, levaram a substituição da parceria - "quarteação" - por uma relação de assalariamento. Entretanto conviria destacar que no caso do algodão a existência de mecanismos de extração do excedente com predominância mercantil, isto é, pré-capitalista leva a pensar que embora em última instância as transformações possam ocorrer, como fruto das pré-condições descritas anteriormente, elas podem ser parcialmente obstaculizadas, tornando-se muito mais demoradas.

A pergunta que se coloca a partir desta análise, é de saber concretamente quais as modificações que vem ocorrendo nas relações de trabalho na região do Gado-Algodão. Há que indagar, se possíveis mudanças estão ocorrendo com a parceria e o pequeno arrendamento, no sentido de uma evolução para o trabalho assalariado, ou se estas formas de produção resistem ao longo do tempo, ou mesmo, são re-inventadas. Neste tipo de análise há que

considerar como parâmetro a persistência da precariedade do mercado para o algodão nordestino, fenômeno este, apontado sistematicamente em estudos do BNB e mais recentemente do INFAOL.

Os dados sobre utilização da terra na região do Gado-Algodão revelam o grande dinamismo das áreas com lavouras, que crescem mais rapidamente do que as pastagens, tanto no período 50-60, quanto a partir de 1960. Interessa entretanto em

TABELA XXIX
REGIÃO DO GADO-ALGODÃO
UTILIZAÇÃO DAS TERRAS
1950 - 1960 - 1970

ANOS CATEGORIAS	1950	1960	1970	INCREMENTO %	
	HECTARES	HECTARES	HECTARES	50-60	60-70
- Lavouras	1.736.990	2.922.305	4.173.237	68,2	42,8
Permanentes	65.372	849.200	2.441.348	1.199,0	187,5
Temporários	1.671.618	2.073.105	1.731.889	24,0	Negat.
- Pastagens	4.951.321	6.840.494	7.980.842	38,1	16,7
Naturais	4.813.876	6.619.365	7.846.490	37,5	18,5
Plantadas	137.445	221.129	134.352	60,9	Negat.
- Matas e Florestas	4.471.577	4.643.005	5.253.902	3,8	13,1
Naturais	4.264.958	4.443.419	5.227.736	4,2	17,8
Plantadas	206.609	199.586	26.166	Neg.	Negat.
- Terras em des- canso e produtivas não utilizadas	4.941.481	3.500.950	3.044.224	Neg.	Negat.
T O T A L	16.101.369	17.906.754	20.452.205	11,2	14,2

FONTE: Censo Agrícolas 1950 e 1960.

Censo Agropecuário 1970.

fatizar que o crescimento mais rápido se dá nas culturas permanentes, ou seja no algodão a partir de 1960. Existe aqui um problema de comparabilidade dos dados pois ao que tudo indica, o Censo de 1950 registrou a área de algodão arbóreo como área de lavoura temporária. Só a partir de 1960, onde se considera como lavoura permanente toda lavoura que dê mais de uma colheita sem necessidade de plantio é que o algodão arbóreo é classificado como cultura permanente. Note-se ainda que em 1970, ano de seca, as lavouras temporárias se reduzem muito mais drasticamente. Estas observações permitem concluir que o crescimento da área de lavouras pode estar inclusive subestimado, o que confirma mais ainda seu crescimento mais rápido em relação as pastagens. Por outro lado não é possível se apontar um crescimento diferenciado entre lavouras permanentes e temporários, sendo mais coerente inferir que este crescimento tenha sido da mesma magnitude, em decorrência do caráter consorciado destas lavouras.

Ainda no que diz respeito as lavouras, chama atenção o fato de que entre 1950 e 1960, seu aumento se deveu em grande parte à utilização das terras em descanso, o mesmo ocorrendo com menor intensidade no período seguinte. Este fenômeno que aparece nos dados como diminuição tanto relativa quanto absoluta das terras em descanso e produtivas não utilizadas, significa uma mudança no sistema de cultivo com rotação de terras, ou seja um uso mais intensivo das terras. Entretanto, cabe destacar que esse uso intensivo não se deveu a progresso tecnológico. Os dados da Tabela XXX, mostram que as despesas com insumos para a lavoura, crescem um pouco entre 50 e 60, voltando a decair a partir deste ano. O significado maior destes dados é um padrão de crescimento extensivo desta agricultura, o que vem confirmar a queda da produção por hectare do algodão na agricultura do Nordeste.

A área de pastagens também se expande nesta sub-região, sugerindo portanto a continuidade da pecuária como atividade importante. Cabe entretanto destacar que as pastagens desta região são quase exclusivamente pastagens nativas, não plantadas, mantendo-se este padrão ao longo dos anos recentes. Estes dados permitem concluir que a combinação pecuária-lavouras, con

tinua a ser importante forma de articulação das atividades com a utilização da palha das culturas como alimento para o gado no período mais seco. Evidentemente, a pecuária tem se tornado uma atividade mais rentável do que o algodão, entretanto o plantio de pastagens na região envolve problemas muito mais sérios, pois trata-se fundamentalmente de pesquisar espécies que sejam resistentes às secas. Certamente por esta razão, é que a área com pastagens plantadas não cresce rapidamente. Entretanto, a atividade de pecuária se capitaliza de outras formas, seja através da construção de cercas, seja pela utilização de rações e medicamentos. Os dados da Tabela XXX demonstram que o crescimento das despesas com insumos se deve essencialmente aos insumos para a pecuária.

TABELA XXX
REGIÃO DO GADO-ALGODÃO
COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS DE PRODUÇÃO (%)
1950 - 1960 - 1970

CATEGORIAS ANOS	SALÁRIOS	PARCERIA E ARRENDAMENTO	INSUMOS P/A LA VOURA	INSUMOS P/PECUÁRIA	JUROS E IMPOSTOS	OUTROS
1950	41,0	22,9	2,8	-	2,9	30,3
1960	45,2	24,1	6,7	7,0	-	16,9
1970	38,1	13,4	3,3	20,0	6,0	19,1

FONTE: Censos Agrícolas 1950 e 1970.
Censo Agropecuário 1970.

As mudanças na estrutura de despesas, no sentido de uma maior capitalização da produção, são bem menos significativas do que em outras sub-regiões. Em linhas gerais, a participação dos salários se mantém enquanto o único item dos insumos que eleva a sua participação é o referente aos insumos para a pecuária. Parece patente a partir desta constatação, que não há um processo de capitalização em curso nesta agricultura. Aliás os insumos para pecuária, constituem-se basicamente em rações para

animais, certamente mais um recurso para fazer frente as estiagens. Este dado comprova entretanto que a pecuária é a única atividade capaz de admitir um maior montante de gastos monetários em razão de sua maior lucratividade.

Um dado bastante expressivo, diz respeito a que da da participação da quota parte entregue a parceiros somada com os arrendamentos. A queda brusca ocorrida a partir de 1960, se deve ao decréscimo das despesas classificadas como quota parte do parceiro desde que os arrendamentos mantêm uma participação constante. Este dado poderia ser interpretado de duas maneiras: em primeiro lugar, como uma indicação da superação da parceria, que estaria dando lugar a outro tipo de relação de trabalho, ou então, como um aumento da exploração do parceiro através de uma subtração maior ainda da quota parte que lhe caberia.

A segunda hipótese parece ser mais coerente, desde que, não há indicações de mudanças substanciais na relação de parceria, o que pode ser deduzido através dos dados de utilização das terras e de pessoal ocupado. Viu-se anteriormente que as lavouras crescem com um padrão (expansão das lavouras permanentes e temporários) que levam a concluir não estar havendo especialização de culturas e portanto deste ponto de vista não haveria razões para se pensar na extinção da parceria.

Os dados do pessoal ocupado, também confirmam em grande medida que a parceria se mantém, embora com algumas alterações de forma.

Um aspecto de fundamental importância a destacar é que no período 50-60, a composição do pessoal ocupado, mantem-se praticamente inalterada. Entretanto a partir de 1960, os dados registram mudanças significativas, entre as quais cabe destacar, o aumento absoluto e relativo da força de trabalho familiar, simultaneamente com um crescimento menos rápido da categoria dos parceiros e um decréscimo absoluto dos assalariados temporários.

TABELA XXXI
 REGIÃO DO GADO-ALGODÃO
 PESSOAL OCUPADO POR CATEGORIA
 1950 - 1960 - 1970

ANOS CATEGORIAS	1950		1960		1970	
	NÚMERO	%	NÚMERO	%	NÚMERO	%
- Familiar	231.858	47,0	349.565	47,0	712.791	76,0
- Ass. Permanentes	21.138	5,0	29.602	4,0	17.607	2,0
- Ass. Temporários	157.738	34,0	217.474	37,0	108.593	11,0
- Parceiros ⁽¹⁾	63.672	14,0	90.458	12,0	104.955	11,0
T O T A L	456.404	100,0	741.099	100,0	943.946	100,0

FONTE: Censos Agrícolas, 1950 e 1960.

Censo Agropecuário 1970.

(1) Em 1960 e 1970, somou-se a esta categoria, os trabalhadores de outra condição, que são segundo o Censo os moradores e agregados das grandes propriedades. Possivelmente a grande maioria destes agregados constitui-se de moradores-meeiros, justificando-se classificá-lo como parceiro.

Estes dados são importantes pois expressam, a mudança de forma ocorrida na parceria a partir dos anos 60. Desde logo convém notar que a categoria Familiar, não inclui somente os pequenos proprietários e seus familiares não remunerados mas também os parceiros autônomos com responsabilidade de administração do estabelecimento. Assim diante das características da área, pode-se interpretar os dados de crescimento da mão-de-obra familiar como um aumento do número de parceiros autônomos. Se considerarmos aqui o menor crescimento relativo dos parceiros subordinados aos estabelecimentos pode-se inferir que a partir dos anos 60, há uma significativa mudança de forma na parceria no sentido de torná-la mais autoônoma.

O que significa esta maior autonomia da parceria? Neste caso específico, significa um menor envolvimento do grande proprietário na organização da produção, ou seja uma menor parti

cipação em termos de envolvimento direto, como na preparação das terras através do trabalho assalariado. Aliás isto está plenamente de acordo com a diminuição do número de assalariados temporários, desde que a maior autonomia do parceiro não supõe como anteriormente a realização de algumas tarefas por parte do grande proprietário que as realizava através da contratação de assalariados.

Por fim poder-se-ia indagar das razões mais gerais que estariam levando a estabilidade da relação de parceria, que se mantêm ao longo do tempo. Em primeiro lugar é necessário considerar que a rentabilidade da cultura do algodão, continua extremamente precária, sendo também pouco provável que a pecuária enquanto atividade alternativa possa substituí-la, dadas as características ecológicas da região. Por outro lado há que se considerar a forma de extração do excedente, na cultura do algodão, que possui uma face nitidamente mercantil. Diante destes elementos é possível concluir que a crescente instabilidade da rentabilidade do algodão, tem feito com que os grandes proprietários tenham abandonado progressivamente um maior envolvimento direto na cultura, procurando com isto se livrar dos riscos inerentes à mesma. Por outro lado, entretanto, esta classe de grandes proprietário procurou garantir a apropriação do excedente, através do reforço das formas mercantis de extração.

A partir deste quadro, ganha sentido para esta sub-região, a tendência que Sá Jr.⁶³ propõe como verdadeira para todo o Nordeste, e que consistiria, no parcelamento das grandes propriedades através de pequenos arrendamentos (no caso, basicamente a parceria), e que tem como contrapartida a menor participação direta do grande proprietário no processo. Este torna-se em maior medida um comerciante, que procura apropriar o excedente na esfera da circulação.

⁶³ Sá Fr., Francisco - A Agricultura Nordestina e a Função das Atividades de Subsistência, op. cit.

CAPÍTULO 8

A REGIÃO DA FRENTE PIONEIRA

Apesar do Nordeste ser a região de ocupação e povoamento mais antigos no Brasil, é patente a existência de zonas desocupadas na região, no imediato pós-guerra. Estas zonas ainda caracterizadas por Lacerda de Melo, como Zonas de Baixa Ocupação do Solo⁶⁴ e Agropastoril Extrativista, constituem-se nas frentes pioneiras da região, cuja articulação com o restante da economia, passa a se verificar nos inícios dos anos 50, vindo a se intensificar mais recentemente. Embora não exista apenas uma frente pioneira na região, podendo-se distinguir entre três com características distintas - Sul e Oeste da Bahia e Meio Norte no Maranhão - esta última adquire um significado especial dentro deste estudo.

Alguns aspectos fundamentais, levam a selecionar a frente pioneira do Maranhão como de importância crucial dentro da economia agrícola nordestina. Em primeiro lugar, trata-se da frente que absorveu a maior parte do excesso relativo de população provindo da agricultura regional, por outro lado, constitui-se na frente onde aparecem claramente os conflitos entre o que se denomina Frente de Expansão e Frente Pioneira. Por fim, o enorme crescimento dos pequenos estabelecimentos ocupados, tornam a área de interêsse prioritário para este trabalho.

A propósito da importância do Maranhão na absorção do excedente relativo de população do Nordeste, os dados da Tabela XXXII são bastante ilustrativos, constatando-se o elevado dinamismo demográfico desta área, que se constitui num ponto central para sua caracterização como Frente de Expansão. Caberia ainda referir, que os Censos Agrícolas, apontam que entre 1950 e 1970,

⁶⁴ Ver a propósito Lacerda de Melo, Mário - Regionalização Agrária do Nordeste, op. cit.

TABELA XXXII
 MEIO NORTE MARANHENSE
 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA
 1950 - 1970

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA	1 9 5 0	1 9 7 0	INCREMENTO LÍQUIDO	% SOBRE O TOTAL DO NE
- Rural	320.968	652.348	331.380	30,96
- Urbana	42.466	114.714	72.248	4,57
T O T A L	1.363.434	767.062	403.628	15,23

FONTE: Censos Demográficos 1950 e 1970. Apud Guimarães, Leonardo - O Emprego Urbano no Nordeste. Situação Atual e Evolução Recente 1950/1970. BNB-ETENE, 1976.

cerca de 1/4 dos novos estabelecimentos agrícolas do Nordeste, surgiram justamente nesta região. Estes fatos nos levam a concluir que o Meio Norte Maranhense se constituiu na principal zona de expansão da agricultura nordestina, no período de pós-guerra.

A magnitude da expansão demográfica, não deixa dúvidas a respeito do caráter de Frente de Expansão desta região. Entretanto é possível caracterizá-la não só como tal, mas também como uma Frente Pioneira. Conviria portanto esclarecer quais as diferenças entre os dois conceitos, buscando definir suas principais características. A frente de expansão, constitui-se num movimento de ocupação do espaço, através de fluxos migratórios espontâneos, dando-se esta ocupação através de agricultores posseiros, em geral pequenos, que não possuem a propriedade de terra que trabalham. Neste caso, a produção não assume caráter mercantil, pois os agricultores trabalham visando essencialmente sua subsistência. A produção só é comercializada quando condições favoráveis de mercado, combinam-se com a existência de um excedente que se constitui da sobra esporádica, ou da produção que excede o consumo familiar.

A frente pioneira, caracteriza-se pela incorporação de novas terras à economia de mercado, sendo a produção uma produção de mercadorias e tendo por pressuposto a propriedade privada das terras. Esta última característica é de fundamental importância na definição do caráter da frente, desde que a propriedade privada da terra implica em que este principal meio de produção se converte em mercadoria, decorrendo daí que a busca de remuneração para a terra, torna a produção de mercadorias uma imposição. Por outro lado, cabe destacar que a frente pioneira não se caracteriza necessariamente por uma produção tipicamente capitalista que utilize trabalho assalariado e máquinas. O seu caráter de frente pioneira já se justifica a partir da produção de mercadorias, mesmo que esta seja realizada via relações de trabalho não capitalistas pois em última instância é uma economia subordinada ao movimento mais geral de ampliação do mercado.⁶⁵

A história agrária do Maranhão no século XX, confunde-se em boa medida, com a história da ocupação de seu território, e de sua progressiva incorporação ao mercado nacional a partir dos anos 50. Antes disto, afora os tradicionais períodos de auge algodoeiro nos séculos XVIII e XIX, a economia do Estado permaneceu estagnada e em grande medida desocupada de qualquer tipo de atividade econômica. No século XX, a partir dos anos 20, com a derrocada definitiva da borracha na Amazônia, os fluxos migratórios de nordestinos passam a se reorientar em boa parte para as áreas virgens do Maranhão. A intensificação da ocupação entretanto só parece ter se ampliado após 1945, onde torna-se cada vez maior o excedente relativo de população na agricultura do Nordeste.⁶⁶

Estes migrantes eram na sua maior parte, nordestinos que possuíam duas características fundamentais: de um lado provinham da região semi-árida, de ocupação antiga através da pe

⁶⁵ A propósito da distinção Frente de Expansão versus Frente Pioneira, ver: MARTINS, José de Souza - Frente Pioneira: Contribuição para uma caracterização Sociológica. In Capitalismo e Tradicionalismo Pioneira. São Paulo, 1977.

⁶⁶ Ver a propósito da ocupação do Maranhão. ANDRADE, M.C. de - A Terra e o Homem no Nordeste. Ed. Brasiliense - São Paulo - 1971 - Cap. VI.

cuária, estando inseridos num determinado tipo de produção onde predominavam as relações de trabalho arcaicas. Constituíam-se assim na sua maioria em ex, agregados, moradores, rendeiros ou parceiros, que procuravam fugir das precárias condições de vida impostas por essas relações. Além das relações de produção arcaicas em que estavam inseridos, estes migrantes na sua maior parte, possuíam em comum, o fato da maioria ter migrado em anos de seca. A este respeito é importante destacar o papel que tiveram as secas de 51-53 e de 58, na intensificação das migrações durante a fase de sua maior intensidade que foi justamente a década de 50.

A partir destes movimentos migratórios, é que passa a se constituir na região, uma economia de pequenos produtores posseiros, onde predomina a produção para subsistência. O processo de ocupação da região, é em consequência extremamente predatório, pois os únicos recursos que estes pequenos agricultores têm para dominar a floresta, são os proporcionados pelos métodos de cultivo mais primitivos. Assim, constituem suas roças a partir da destruição das florestas através do fogo, plantando em seguida as culturas de subsistência - basicamente feijão, milho, mandioca e arroz - de onde tiram seu sustento.

O seu isolamento em relação ao mercado e à vida urbana faz com que estes pequenos agricultores, se aglutinem em torno de alguns núcleos, onde predominam os laços de parentesco. As transações monetárias são neste caso quase inexistentes, predominando o sistema de ajuda mútua através da troca de trabalho. As relações de compra e venda no mercado eram também bastante restritas desde que, a lógica que comandava a produção era a lógica da subsistência ou seja, produzir para sobreviver.

De certa forma, este período inicial da ocupação, caracteriza-se pela existência de uma Frente de Expansão onde predominam, a posse da terra, o trabalho familiar, a produção para subsistência e as relações pessoais. "Como, nos períodos iniciais, a abundância de terra era regra geral, esse tipo de clã-rural apresentava uma certa estabilidade na medida em que, mesmo o solo não permitindo mais de um cultivo consecutivo, era possível aos

seus membros a prática do rodízio de terras, o que lhes garantia a possibilidade de produzir seu sustento. E também o aglomerado facilitava a existência de um sistema de mutirão bem desenvolvido que, como veremos adiante, é fundamental para suprir as necessidades de força de trabalho em algumas etapas do cultivo (principalmente na broca e na derrubada das matas)".⁶⁷

TABELA XXXIII
MARANHÃO
PESSOAL OCUPADO NA PEQUENA PRODUÇÃO,⁽¹⁾ SEGUNDO
AS FASES DE CULTIVO (%)

1969

FASES DO CULTIVO TIPO DE TRABALHADORES	BROÇA, DERRUBA DA ENCOVAIRA- MENTO, CERCA	PLANTIO E 1ª LIMPEZA	2ª E 3ª LIMPEZAS	COLHEITA E BENEFICIAMENTO
- Familiar	28,30	30,15	40,31	38,17
- Contratados	27,55	29,69	26,63	38,57
- Troca de Trabalho	44,15	40,16	33,06	23,26

FONTE: IPEI - Pré-diagnóstico do setor primário maranhense pág. 31.

(1) Definida pelo diagnóstico como "roça" ou seja, produção de alimentos básicos em área reduzida de até 10 hectares, tendo a força de trabalho familiar como centro de produção.

Mesmo o nível agregado dos dados da Tabela XXXIII que não permite uma análise isolada da frente de expansão, já são uma boa indicação da importância da troca de trabalho na pequena produção. Esta participação aumenta provavelmente na frente de expansão, onde as relações mercantis se encontram menos desenvolvidas.

⁶⁷ Maluf, Renato S.J. - A expansão do capitalismo no campo: o arroz no Maranhão. Tese de Mestrado - Unicamp: IFCH/DEPE. Campinas 1977 - mimeografado.

Como já foi referido anteriormente, a partir dos anos 50 esta região passa a ser efetivamente incorporada ao mercado nacional, sendo fundamental neste período o início da definição da propriedade privada da terra. Este movimento constituiu-se na verdade, na definição desta região como frente pioneira, processo que assume características peculiares. Em linhas gerais, a frente pioneira sucede a frente de expansão no tempo e no espaço, dando lugar a novas formas de organização econômica. Uma vez iniciado o processo, tem-se a convivência em espaços distintos, da frente de expansão e da frente pioneira, embora esta última tenda com o tempo a prevalecer.

Inicialmente, predominam na frente de expansão, os pequenos posseiros, cuja produção está largamente comprometida com a subsistência. Mesmo neste caso entretanto, a crescente vinculação com o mercado vai tornando esta economia em parte, mercantil. O produto pelo qual se faz esta vinculação é o arroz. Cabe destacar porém, que se o principal produto adquire caráter mercantil, esta é apenas a única relação de mercado existente nesta economia, desde que predominam nas demais, a troca de trabalho. O próprio pagamento do trabalho assalariado, quando existe é realizado através do produto comercial. Assim por exemplo, na colheita estes pequenos posseiros costumam dar a "terça" da produção àqueles responsáveis pela ajuda na colheita e no transporte. Evidentemente, que este fenômeno representa um primeiro momento na mercantilitização da produção, que em geral é comandado de fora da mesma. Comumente é o capital mercantil interessado na produção de arroz que adianta aos pequenos posseiros determinadas mercadorias, exigindo em contrapartida, o direito de comprar a produção. Está claro que ao assumir estes compromissos, o pequeno produtor, se obriga a dar maior atenção à cultura comercial.

Num segundo momento entretanto o que se mercantilitiza, não é a produção ou parte dela, mas o principal meio de produção que é a terra. Os dados da Tabela XXXIV revelam o crescente predomínio das terras próprias relativamente às ocupadas. Há que considerar entretanto que este predomínio relativo das terras próprias é fruto de seu crescimento absoluto mais rápido do que as terras ocupadas. Isto significa que ainda se está in

corporando novas terras através dos posseiros. O que ocorre é que, enquanto nas áreas mais antigas, os posseiros são em sua

TABELA XXXIV
REGIÃO DA FRENTE PIONEIRA
TERRAS PRÓPRIAS E DE TERCEIROS
1960 - 1970

ANOS	1 9 6 0		1 9 7 0	
	HECTARES	% DO TOTAL	HECTARES	% DO TOTAL
- Terras Própria	595.833	62,5	2.288.398	76,2
- Terras Arrendadas	17.496	1,8	46.136	1,5
Quantia Fixa	5.079	0,5	42.293	1,4
Quota Parte	12.417	1,3	3.843	0,1
- Terras Ocupadas	339.733	35,7	666.604	22,3
T O T A L	953.062	100,0	3.001.136	100,0

FONTE: Censo Agrícola 1960.
Censo Agropecuário 1970.

maioria expulsos pela apropriação privada das terras, nas zonas mais novas, tentam se reestabelecer através de novas posses. Apesar da ampliação das terras ocupadas, em 1970, a elevada participação das terras próprias no total, já indicam o predomínio da frente pioneira sobre a frente de expansão.

Interessa portanto esclarecer, como ocorre a definição da propriedade privada da terra ou o que dá no meso, a transformação da frente de expansão em frente pioneira. O processo de apropriação privada das terras, não se constitui num processo econômico, mas num processo extraeconômico conhecido como "grilagem", que envolve via de regra, os interesses do capital contra o dos pequenos posseiros. A grilagem de terras é antes de tudo um processo de acumulação primitiva, onde os pequenos produtores são expropriados da terra que é o seu principal meio de produção, através da violência.

Existem na região duas formas distintas de grilagem de terras. A primeira é em geral realizada diretamente pelo grande proprietário pecuarista, interessado em expandir suas áreas de pastagens, em detrimento das lavouras dos posseiros. A forma mais evidente de grilagem neste caso, é a pressão direta das ameaças, e a destruição dos roçados dos posseiros através da introdução do gado nas áreas de lavouras. Geralmente o posseiro se vê obrigado a abandonar as terras quando estas já estão completamente cercadas pelas pastagens e suas lavouras encontram-se permanentemente ameaçadas. Em alguns casos, o grande proprietário procura dar uma aparência de legalidade à grilagem, indenizando a baixo preço o posseiro.

Um segundo tipo de grilagem, não envolve imediatamente o confronto entre duas atividades distintas (lavouras x pecuária), tendo um caráter mais especulativo. Aqui trata-se de apropriar terras enquanto reserva de valor, procurando vendê-la posteriormente. Em grande parte este tipo de grilagem é realizado por Companhias de venda de terras, que emitem títulos de propriedade e tentam se apossar das terras. Mas recentemente, com a crescente incorporação da frente pioneira ao mercado, a apropriação privada das terras antecipou-se a frente de expansão. Quando os posseiros ocupam as terras adentrando-se nas matas, estas já tem proprietário definido, sendo a sua permanência nas terras reduzida. Em geral nestas operações de grilagem, usa-se pequenos exércitos, compostos na sua maioria de criminosos foragidos do Nordeste.

Estas terras que são objeto de grilagem nem sempre são imediatamente convertidas em pastagens, embora a longo prazo, este seja seu destino. Quando isto ocorre, os posseiros são em sua maioria expulsos, dando lugar ao trabalhador permanente, em número bastante reduzido devido ao caráter extensivo da pecuária. Se as terras não são entretanto convertidas imediatamente em pastagens, os posseiros, passam a depender da grande propriedade, surgindo aqui uma nova relação de trabalho, que se expressa no arrendamento. Neste tipo de arrendamento em geral não existe nenhum pagamento em dinheiro, pois o arrendatário tem fundamentalmente que entregar ao proprietário, as terras planta

Com referência à maior importância da atividade pecuária à medida em que a região se define como frente pioneira, os dados da Tabela XXXVI são bastante ilustrativos. Entre 1950 e 1960, quando a frente da expansão predomina sobre a fixa

TABELA XXXVI
REGIÃO DA FRENTE PIONEIRA
UTILIZAÇÃO DAS TERRAS (%)
1950 - 1960 - 1970

CATEGORIAS	ANOS		
	1 9 5 0	1 9 6 0	1 9 7 0
- Lavouras	<u>4,8</u>	<u>32,1</u>	<u>12,5</u>
Permanentes	0,1	0,7	0,1
Temporárias	4,7	31,4	11,5
- Pastagens	<u>40,5</u>	<u>32,5</u>	<u>34,5</u>
Naturais	39,8	26,3	37,5
Plantadas	0,7	6,2	17,0
- Matas e Florestas	<u>36,2</u>	<u>20,7</u>	<u>19,5</u>
Naturais	36,2	19,3	15,5
Plantadas	-	1,4	0,0
- Terras em descanso e produtivas às utilizadas	<u>18,5</u>	<u>14,7</u>	<u>37,5</u>
T O T A L	100,0	100,0	100,0

FONTE: Censos Agrícolas 1950 e 1960.
Censo Agropecuário 1970.

te pioneira, o crescimento das lavouras é bem mais rápido do que o das pastagens. Esta tendência se inverte a partir de 1960, quando as pastagens ganham maior dinamismo. Este crescimento tem sido da suas especificidades, pois como resultado das relações de produção estabelecidas a partir da predominância da frente pioneira as pastagens plantadas - em sua maioria pelos pequenos arrendatários - crescem mais rapidamente.

das com capim. Realiza o desmatamento, planta lavouras de sub sistência e arroz e posteriormente o capim, quando então é obri gado a devolver a terra ao grande proprietário. Este último em geral, não tem o menor interesse pelas lavouras, e quase nunca atua como financiador do arrendatário na entressafra, ou seja este grande proprietário não possui via de regra a face mercan til. Este pequeno arrendatário, geralmente, está vinculado ao capital mercantil independente do grande proprietário, de quem recebe os adiantamentos necessários para realizar a produção.

O que foi dito até agora, permite estabelecer com alguma segurança, o processo de ocupação de novas terras na fron teira agrícola, destacando as suas fases bem como as relações de produção que lhes são inerentes. Assim num primeiro momento, quan do se constitui a frente de expansão os pequenos produtores pos seiros constituem-se no principal tipo de produtor. Em seguida, quando se define a propriedade privada da terra, uma parte dos posseiros se mantem na região, subordinados ao grande proprietá rios, a quem pagam renda. Como a pecuária é de maior interêsse para a grande propriedade não raro, a renda da terra é paga com o trabalho de desmatamento. Enquanto tendência é de se esperar - que a pecuária ou mesmo a atividade agrícola mais capitalizada substituem os arrendatários por assalariados permanentes. Os da dos da Tabela XXXV, mostram o tipo de relação de produção predo minante segundo o tempo de ocupação das terras na fronteira agrí cola.

TABELA XXXV
FRENTE PIONEIRA
DISTRIBUIÇÃO DOS AGRICULTORES, SEGUNDO A CONDIÇÃO
DE POSSE DA TERRA, (%)
1969

REGIÕES	CONDIÇÃO DE POSSE	PROPRIETÁRIO		POSSEIROS		NAO PROPRIETÁRIO	
		ROÇA	NÃO ROÇA (2)	ROÇA	NAO ROÇA	ROÇA	NÃO ROÇA
- Frente Pioneira							
	Codô	8,2	77,4	4,3	6,4	87,5	16,1
	Bacabal	12,5	68,7	17,9	20,3	69,5	11,0
- Frente de Expansão							
	Barra de Corda	7,8	31,6	87,7	61,5	4,4	6,9
	Imperatriz	14,4	38,6	78,5	60,0	7,0	1,3
	Moução	11,8	46,4	83,5	48,6	4,7	5,0

FONTE: IPEI - Pré-diagnóstico do setor primário maranhense.op.cit.

(1) Agregados, rendeiros, parceiros.

(2) Unidade de produção que se dedica principalmente as cul turas permanentes e à pecuária de médio e grande portes

Com referência à maior importância da atividade pecuária à medida em que a região se define como frente pioneira, os dados da Tabela XXXVI são bastante ilustrativos. Entre 1950 e 1960, quando a frente da expansão predomina sobre a fren

TABELA XXXVI
REGIÃO DA FRENTE PIONEIRA
UTILIZAÇÃO DAS TERRAS (%)
1950 - 1960 - 1970

CATEGORIAS	ANOS		
	1 9 5 0	1 9 6 0	1 9 7 0
- Lavouras	4,8	32,1	12,3
Permanentes	0,1	0,7	0,5
Temporárias	4,7	31,4	11,8
- Pastagens	40,5	32,5	34,4
Naturais	39,8	26,3	17,3
Plantadas	0,7	6,2	17,1
- Matas e Florestas	36,2	20,7	15,6
Naturais	36,2	19,3	15,5
Plantadas	-	1,4	0,1
- Terras em descanso e produtivas às utilizadas	18,5	14,7	37,7
T O T A L	100,0	100,0	100,0

FONTE: Censos Agrícolas 1950 e 1960.
Censo Agropecuário 1970.

te pioneira, o crescimento das lavouras é bem mais rápido do que o das pastagens. Esta tendência se inverte a partir de 1960, quando as pastagens ganham maior dinamismo. Este crescimento tem ainda suas especificidades, pois como resultado das relações de produção estabelecidas a partir da predominância da frente pioneira, as pastagens plantadas - em sua maioria pelos pequenos arrendatários - crescem mais rapidamente.

Outros aspectos que merecem destaque são, a ausência de importância das lavouras permanentes e o crescente grau de subutilização das terras. Este aumento do grau de subutilização das terras reflete sem dúvida tanto o aspecto especulativo que acompanha a definição da propriedade das terras, quanto a utilização predatória dos solos, fruto do baixo nível técnico da agricultura praticada nesta região.

Embora se constate, o predomínio da pecuária, que se consolida através das pastagens plantadas, há que se considerar que a área com lavouras não decresce em termos absolutos, o que se explica em grande medida pela possibilidade de novas terras. Nas zonas novas esta incorporação é realizada pelos possesores enquanto nas zonas antigas, utiliza-se os arrendatários para ampliação da área cultivada das grandes propriedades. É indiscutível entretanto a maior importância da pecuária que se mostra como a única atividade capaz de se capitalizar.

TABELA XXXVII
REGIÃO DA FRENTE PIONEIRA
ESTRUTURA DAS DESPESAS DE PRODUÇÃO (%)
1950 - 1970

CATEGORIAS ANOS	SALÁRIOS	PARCERIA E ARRENDAMEN TO	INSUMOS P/ A LAVOURA	INSUMOS P/A PE CUÁRIA	JUROS E IMPOSTOS	OUTRAS
1950	41,1	2,2	5,8	0,0	2,2	48,6
1960	20,6	2,8	4,3	13,4	,	58,9
1970	45,2	4,5	1,3	12,5	2,8	33,6

FONTE: Censos Agrícolas 1950 e 1960.
Censo Agropecuário 1970.

O fato de a pecuária, constituir-se na atividade de interesse quase exclusivo do grande proprietário, além de implicar na sua mais rápida capitalização, tem consequências impor

tantes sobre a apropriação do excedente dos pequenos produtores. Estes, além de pagarem uma renda da terra elevada, que nem sempre é computada como tal pois constitui-se numa renda implícita, estão submetidos ao capital mercantil que em geral apropria a maior parte do excedente na esfera da comercialização. Como ao grande proprietário não interessa as atividades de lavouras, cabe ao comerciante financiar o pequeno agricultor, apropriando-se da maior parte do excedente, que se configura em quase toda a produção de arroz. Embora a cadeia de comercialização seja bastante complexa, o gráfico 3, sugere que a maior fração do excedente é apropriada por grandes comerciantes e beneficiadores de arroz.

Finalizando, seria importante concluir que as características da frente do Maranhão, lhe confere uma especificidade, no que diz respeito as formas de extração do excedente. Parece claro que até o momento da consolidação da pecuária enquanto atividade dominante com características de produção capitalista, podem ser distinguidas duas formas não-capitalistas de relações de trabalho, que tendem a sofrer modificações. A primeira delas caracteriza-se como uma acumulação primitiva, onde os posseiros são expropriados de seu principal meio de produção, no caso, a terra. Em seguida, já sob o regime de propriedade privada da terra, o excedente adquire duas formas: de um lado o gasto de trabalho realizado pelo rendeiro no desmatamento e plantio de capim, e de outro a produção de arroz deste pequeno agricultor que é apropriada pelo capital mercantil. Embora enquanto tendência, seja possível admitir que a pecuária, seja uma atividade que por suas características mais dinâmicas, venha a predominar na área, consolidando assim uma forma de produção e apropriação do excedente, capitalistas, não há como não reconhecer que estas três formas de produção coexistem atualmente na região, o que se dá em função do caráter de frente de expansão do Meio Norte, onde existe grande quantidade de terras virgens.

REDE DE COMERCIALIZAÇÃO DO ARROZ NA FRENTE
 PIONEIRA (%)

	19 elo	29 elo (maiores compradores)
	Açambarcadores que utilizam caminhão (9,8)	
	Cooperativas (0,4)	
Produtores (100,0)		
	Açambarcadores da cidade (6,3)	Beneficiadores (55,1)
Consumo do Produ <u>tor</u> (22,0)	Beneficiadores (3,3)	Consumo Local (7,0)
	Açambarcadores de vila (53,4)	Beneficiadores integrados (6,0)
	Beneficiadores integrados (0,6)	
	Açambarcadores de povoado (4,2)	

FONTE: SUDENE/Michigan State University, op. cit.

CONCLUSÕES

Desde o início deste trabalho, já na sua apresentação, colocava-se como objetivo central do mesmo, a tentativa de melhor compreender os determinantes das precárias condições de vida, as quais estão submetidas a maioria da população nordestina. Assim é que, ao longo das duas partes que constituem esta monografia, tentou-se o mais objetivamente possível, analisar as formas concretas de apropriação do excedente na agricultura regional, atentando para sua diversidade, bem como para sua evolução recente. Não caberia aqui, portanto, repetir desnecessariamente as conclusões específicas de cada seção do trabalho, mas, enfatizar aquela que seria a sua principal conclusão. A partir daí poder-se-ia apontar uma possível alternativa para o desenvolvimento da agricultura que beneficiasse a maioria oprimida da população.

Em decorrência da análise das várias formas de produção na agricultura do Nordeste, uma conclusão que se impõe, é o caráter dominante do capitalismo, que contraditoriamente, se utiliza de relações de produção não especificamente capitalistas na apropriação do trabalho excedente, em pelo menos, três das quatro regiões estudadas. Em síntese, está-se diante de um capitalismo que, condicionado pelas relações de produção pré-existentes, encontra sérios obstáculos ao seu pleno desenvolvimento. A partir desta conclusão mais geral que pode-se entender melhor o projeto de transformação da agricultura regional, subjacente aos diagnósticos estruturalistas. Esta estratégia de transformação propugnava essencialmente por uma intensificação do desenvol-

vimento capitalista no campo, realizado de tal forma que minimizasse os custos sociais desta transformação.

Como esta estratégia de transformação não chegou concretamente a se efetivar, o que certamente implicou custos sociais elevados, e entretanto o desenvolvimento capitalista seguiu seu curso, caberia indagar, portanto, da validade, ainda hoje das estratégias de transformação propostas pela visão cepalino-estruturalista. Em outras palavras, seria importante questionar em que medida a Reforma Agrária constituiu-se ainda como uma solução adequada para o problema agrário regional.

Desde logo, convém advertir que a diversidade das relações de produção e das formas de apropriação do excedente nesta agricultura já indicam que não se pode pensar numa solução única para os problemas. Há que se entender que, pelo menos duas estratégias de transformação devem ser pensadas e discutidas. Isto porque, enquanto em uma das sub-regiões analisadas as relações de produção assumem o caráter especificamente capitalista, nas demais, permanecem de uma ou de outra forma, características não-capitalistas que não só tornam mais difícil o desenvolvimento deste modo de produção, como implicam em custos sociais elevados, quando as transformações se realizam.

Assim, por exemplo, na região canavieira, às custas de um elevado desemprego e da piora das condições de vida, constituiu-se um numeroso proletariado rural que tem na questão salarial o seu principal interesse. Prova inequívoca disto é o já discutido Acordo do Campo, realizado no início da década dos 60, o que se constituiu na principal conquista dos trabalhadores,

contribuindo decisivamente para a melhoria das condições de vida e o fortalecimento de suas organizações. Neste caso, portanto, onde a produção se organiza em grande escala, e o uso de insumos modernos é crescente, torna-se retrógrado pensar em soluções como a Reforma Agrária. A luta sindical neste caso, é não só viável como também mais consequente, podendo resultar em melhorias para a classe trabalhadora desta sub-região.

Nas demais sub-regiões, o caráter precário do desenvolvimento capitalista, induz a pensar a Reforma Agrária como a estratégia de transformação mais viável. Nestas regiões, o caráter pouco desenvolvido das forças produtivas, a sub-utilização das terras, a incapacidade de proletarizar completamente o trabalhador, o uso de mecanismos mercantis e mesmo da violência como instrumentos de apropriação do excedente, tornam a questão da terra o problema central a ser enfrentado.

Finalizando, caberia reconhecer o caráter precário de decidir por quem de direito, qual a estratégia mais conveniente para a transformação no campo. Entretanto, há que se recordar aqui que a experiência histórica acumulada ao longo deste último século, permite propor com base nas experiências de transformações bem sucedidas e também fracassadas, estratégias de transformação que sejam não só politicamente mas também economicamente viáveis. Trata-se, antes de mais nada, de influir na medida do possível, num debate que não conduza às mudanças para caminhos indesejáveis como o da institucionalização da miséria.

ANEXO

AS MICRORREGIÕES QUE CONSTITUEM AS
DIVERSAS SUB-REGIÕES ANALISADAS AO LONGO DESTE TRABALHO
SÃO AS QUE SE SEGUEM:

REGIÕES AGRÁRIAS	ESTADOS ABRANGIDOS	MICRORREGIÕES INTEGRANTES
	Paraíba	93-Litoral Paraibano 99-Agropastoril do Baixo Paraíba
REGIÃO CANAVIEIRA	Pernambuco	110-Mata Sêca Pernambucana 111-Recife 112-Mata Úmida Pernambucana
	Alagoas	116-Mata Alagoana 117-Litoral Norte Alagoano 119-Tab.de Miguel dos Campos 120- Maceió
	Sergipe	126-Cotinguiba
REGIÃO DO GADO-PO LICULTURA	Rio Grande do Norte	87-Borborema Potiguar 88-Agreste Potiguar
	Paraíba	91-Curimataú 92-Piemonte da Borborema 97-Agreste da Borborema 98-Brejo Paraibano
	Pernambuco	106-Arcoverde 107-Agreste Setrentional PE 108-Vale do Ipojuca 109-Agreste Meridional PE
	Alagoas	113-Sertão Alagoano 114-Batalha 115-Palmeira dos Índios 118-Arapiraca
	Sergipe	123-Sertão SE e do São Francisco 125-Nossa Senhora das Dores 127-Agreste de Itabaiana 128-Agreste do Lagarto 130-Sertão do Rio Real
	Bahia	148-Agreste de Alagoinha 142-Serrinha 144-Jequié
REGIÃO DO GADO-AL GODÃO	Piauí	51-Baixões Agrícolas Piauiense

(Continuação)

REGIÕES AGRÁRIAS	ESTADOS ABRANGIDOS	MICRORREGIÕES INTEGRANTES	
REGIÃO DO GADO-AL GODÃO	Ceará	57-Baixo Médio Acaraú	
		58-Uruburetama	
		59-Fortaleza	
		60-Litoral de Pacajus	
		61-Baixo Jaguaribe	
		62-Ibiapaba	
		63-Sobral	
		64-Sertões do Canindé	
		65-Serra de Baturuté	
		66-Ibiapaba Meridional	
		67-Sertões de Cratêus	
		68-Sertões de Quixeramobim	
		69-Sertões de Sendor Pompeu	
		70-Médio Jaguaribe	
		71-Serra do Pereiro	
		72-Sertão dos Inhamus	
		73-Iguatu	
		74-Sertão do Salgado	
		75-Serrana de Caririaçu	
		76-Sertão do Cariri	
		77-Chapada do Araripe	
		78-Cariri	
		Rio Grande do Norte	79-Salineira Norte-Riograndense
			80-Litoral de São Bento do Norte
			81-Açu e Apodi
			82-Sertão de Angicos
			83-Serra Verde
			85-Serrana Norte-Riograndense
86-Seridó			
Paraíba	89-Catolé do Rocha		
	90-Seridó Paraibano		
	94-Sertão de Cajazeiras		
	95-Depressão do Alto-Piranhas		
	96-Cariris Velhos		
100-Serra do Teixeira			
Pernambuco	102-Salgueiro		
	104-Alto Pajeú		
	105-Sertão do Moxotó		
REGIÃO DA FRENTE PIONEIRA	Maranhão	35-Pindaré	
		35-Mearim	
		38-Altos Mearim e Grajaú	
		39-Imperatriz	
		40-Médio Mearim	

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

- ANDRADE, Manoel Correia de. - A Terra e o Homem no Nordeste. Editora Brasiliense, São Paulo, 1973.
- ANDRADE, Manoel Correia de. - Agricultura e Regionalização no Nordeste. SUDENE/DAA-DPF. Recife, 1969. Mimeografado.
- Banco do Nordeste do Brasil/SUDENE - Mercado e Comercialização do Algodão do Nordeste. BNB/ETENE e SUDENE/DAA. Fortaleza, 1964.
- BERNARDES, Nilo - A utilização da Terra no Nordeste. In. Recursos e Necessidades do Nordeste. BNB/ETENE. Fortaleza, 1964.
- CARNEIRO, Ricardo e CABRAL, Pedro Eugênio T. - As Transformações Recentes na Agricultura do Nordeste. Texto para Discussão nº 66.CME/PIMES. Recife, 1978. Mimeografado.
- CASTRO, A. B. - O Desenvolvimento Recente do Nordeste. In: 7 Ensaios sobre a Economia Brasileira. Volume II. Companhia Editora Forense. Rio de Janeiro, 1971.
- FURTADO, Celso - Dialética do Desenvolvimento. Editora Fundo de Cultura. Rio de Janeiro, 2ª Edição, 1964.
- FURTADO, Celso - Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. Companhia Editora Nacional. Rio de Janeiro, 1977.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. Cia. Editora Nacional, 11ª Edição. São Paulo, 1971.
- GARCIA JR., Afrânio - Terra de Trabalho. Tese de Mestrado apresentada ao PPGAS/UFRJ. Rio de Janeiro, 1977.
- GNACÁRINI, J. C. - A Economia do Açúcar: processo de trabalho e processo de acumulação. In: O Brasil Republicano I. Difel São Paulo, 1975.

- GRAZIANO da Silva, F. - O Boia Fria entre Aspas e com os Pingos nos Is. Botucatu, 1977. Mimeografado.
- G.T.D.N. - Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste. Ministério do Interior. SUDENE. Assessoria Técnica. Recife, 1967. 2ª Edição.
- GUIMARÃES Neto, Leonardo - Heterogeneidade do Mercado de Trabalho Urbano; o caso do Nordeste. BNB/ETENE. Mimeografado, Recife, 1978.
- GUIMARÃES Neto, Leonardo - O Emprego Urbano no Nordeste: Situação Atual e Evolução Recente. 1950/1970. BNB/ETENE/GEDUR. Fortaleza, 1976.
- HEREDIA, Bestriz M. A. de - La Morada de La Vida - Tese de Mestrado apresentada ao PPGAS da UFRJ. Rio de Janeiro, 1977.
- IPEI - Pré-diagnóstico do setor primário maranhense. Governo do Estado do Maranhão - Sistema Estadual de Planejamento. São Luiz, 1972.
- KAUTSKY, Karl - A Questão Agrária. Portucalense Editora. Portugal, 1972.
- LACERDA de Melo, Mário - Espaços Geográficos e Política Espacial no Nordeste. Separata de Boletim Econômico da SUDENE. Volume V nº 2. Recife, 1972.
- LACERDA de Melo, Mário - Regionalização Agrária do Nordeste. U.F.P.E. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Ciências Geográficas. Recife, 1978. Mimeografado.
- LACERDA de Melo, Mário - O Açúcar e o Homem: problemas sociais e econômicos no Nordeste Canavieiro. Recife Ins - Título Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1975, (Série Estudos e Pesquisas, 4).

- LACERDA de Melo, Mário - Plano de Desenvolvimento do Agreste Meridional. CONDEPE, Recife, 1974. Mimeografado.
- LENINE, V.I. - A Questão Agrária e os Críticos de Marx. Editorial Calvino. Rio de Janeiro, 1945.
- LENINE, V. I. - El Desarrollo del Capitalismo en Rusia. 3^a Edición. Ediciones Estudios Buenos Aires, 1973.
- MALUF, Renato S. J. - A Expansão do Capitalismo no Campo: o arroz no Maranhão. Tese de Mestrado. Unicamp. IFCH/DEPE. Campinas, 1977.
- MARTINS, José de Souza - Frente Pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. In: Capitalismo e Tradicionalismo. Pioneira Editora, São Paulo, 1977.
- PATRICK, G. F. - Desenvolvimento Agrícola do Nordeste. IPEA/INPES. Relatório de Pesquisa nº 11 - Rio de Janeiro, 1972.
- SÁ Jr. Francisco - O Desenvolvimento da Agricultura Nordestina e a Função das Atividades de Subsistência. Seleções CEBRAP nº 1. São Paulo, 1975.
- SIGAUD, Lygia - Os Clandestinos e os Direitos. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da FFLCH/USP. São Paulo, 1977.
- SUAREZ, Maria Tereza S. de M. - Cassacos e Corumbas. São Paulo, Ática, 1977.
- SUDENE. I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social. (1961-1963). SUDENE. Divisão de Documentação. Recife, 1961.
- SUDENE. III Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social. (1966-1968). SUDENE. Divisão de Documentação. Recife, 1966.

- SUDENE. IV Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social. (1968-1973). SUDENE, Divisão de Documentação, Recife, 1968.
- SUDENE/Michigan State University. Processos de Mercado no Recife - Área do Nordeste Brasileiro - SUDENE, Recife, 1970.
- SZMRECSÁNYI, Tamás - Contribuição à Análise do Planejamento da Agroindústria no Brasil. Tese de Doutorado apresentada do DEPE/Unicamp. 3 vols. Campinas, 1976. Mimeografado.